

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO – UENF
PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA – MESTRADO

**O CUSTO SOCIAL DA HONRA NO BRASIL REPUBLICANO:
O DRAMA DE EUCLIDES DA CUNHA E ANNA EMÍLIA SOLON**

REGIANE DA SILVA FERREIRA

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

FEVEREIRO– 2014

**O CUSTO SOCIAL DA HONRA NO BRASIL REPUBLICANO:
O DRAMA DE EUCLIDES DA CUNHA E ANNA EMÍLIA SOLON**

REGIANE DA SILVA FERREIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Mestrado em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Macedo Campos

CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ

FEVEREIRO – 2014

**O CUSTO SOCIAL DA HONRA NO BRASIL REPUBLICANO:
O DRAMA DE EUCLIDES DA CUNHA E ANNA EMÍLIA SOLON**

REGIANE DA SILVA FERREIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós -
graduação Mestrado em Sociologia Política do
Centro de Ciências do Homem da Universidade
Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro,
como parte das exigências para a obtenção do
título de Mestre.

Aprovada em 25 de fevereiro de 2014.

Comissão Examinadora:

Mauro Macedo Campos (Orientador) – LGPP/UENF

Arno Vogel (Examinador Interno) – LESCE/UENF

Geraldo Márcio Timóteo (Examinador Interno) – LEEA/UENF

Neiva Vieira da Cunha (Examinadora Externa) – UERJ

Dedico minha performance científica e literária a Santíssima Trindade e ao meu mestre e grande antropólogo, Professor Arno Vogel.

Agradecimentos:

O ser humano é um potencial criativo, que muitas vezes abafa esse dom porque caminha na escuridão, nas trevas das teorias falsas, na companhia de cegos. Até que uma chance lhe é dada pelos deuses ou por Deus (para aqueles que, ainda, acreditam no misticismo, ora, no poder da magia) de quebrar as correntes e encontrar o caminho da sabedoria, do verdadeiro conhecimento científico que não é imposto, é uma descoberta. Para isso, contamos com a ajuda de grandes mestres espirituais, aqueles que se propuseram verdadeiramente, serem os servos do saber, da ciência.

Antes de conhecer Victor Turner e Antonin de Sertillanges – que infelizmente já partiram - e conviver com o Professor Arno Vogel que me apresentou os primeiros, “eu via, mas via mal, ouvia, mas não compreendia. Viviam séculos a fio confundindo tudo, habitando como as providas formigas, cavernas escuras cavadas na terra” (Prometeu Acorrentado¹).

A experiência de partilhar o cotidiano com sábios é indescritível. É como se aos poucos, eu abandonasse a pequenez, deixasse de andar como um quadrúpede para andar ereto enxergando a linha do horizonte.

Aos mestres que Deus escolheu pra mim, a minha singela homenagem e as minhas doces palavras de agradecimento nos idiomas que transitei durante a minha pesquisa de dissertação:

Thank you very much, Victor Turner;

Merci beaucoup, Antonin de Sertillanges;

Danke schoen, Prof. Arno Vogel.

Ao meu amigo e professor Mauro Campos, os meus sinceros agradecimentos por toda a ajuda que me concedeu no período da dissertação.

Estou imensamente grata ao Professor Carlos Freitas pelo empréstimo da obra raríssima *A Tragédia da Piedade: Mentiras e Calúnias da “A Vida Dramática de Euclides da Cunha”* escrita por Dilermando de Assis. Este livro foi primordial para o desenvolvimento da pesquisa.

¹ Tragédia de Ésquilo.

Também agradeço ao Sr. Amaury pela tarde agradável em que conversamos sobre a história de sua família e toda a repercussão da tragédia em sua vida. Isto nos ajudou a refletir sobre o drama.

Para Virgem Maria, em gratidão, ofereço as flores que colhi durante a minha caminhada intelectual.

E a Jesus Cristo, meu *Lord* dos *lords*, todos os meus agradecimentos multiplicados por todas as estrelas do universo.

RESUMO

A 'Tragédia da Piedade', grande drama social republicano do início do século XX, e que envolveu toda sociedade brasileira de 1909, é o objeto dessa pesquisa e o valor da honra é seu tema. O Brasil dessa época encontrava-se num período de transição, o que Victor Turner chamou de *betwixt and between*. Isto é, estava entre os preceitos da modernidade e os costumes tradicionais. O cenário dessa tragédia foi o Rio de Janeiro, então Capital do Brasil e seu palco, o subúrbio da Piedade. O escritor Euclides da Cunha é uma das *dramatis personae* do acontecimento, ao lado da sua esposa, Anna Emília e do amante dela, Dilermando de Assis. Euclides, famoso pelo seu *opus magnum*: "Os Sertões: Campanha de Canudos"; considerado herói da República por proclamar as ideias do positivismo, a Civilização; frente à traição de sua esposa tomou a decisão de *lavar sua honra com sangue* tal como estava no *script da* cultura patriarcal, ainda, vigente naquela época. No duelo, contudo, ele foi morto por seu oponente, Dilermando de Assis. O homicídio do marido traído pelo o amante de sua esposa tornou-se um escândalo, suscitando, como problema de pesquisa: o custo social do valor da honra.

Palavras chaves: Honra, Traição, Tragédia, Drama Social, Brasil Republicano.

ABSTRACT

This master thesis is about 'Tragédia da Piedade'. Its main theme is honor and its social costs. It aims at analyzing a criminal case which happened in Brazil at the beginning of the twentieth century when the Republican regime was just finishing the first decade of its existence. Its *dramatis personae* involved the most famous Brazilian writer, Euclides da Cunha, the renowned author of "*Os Sertões: Campanha de Canudos*". He was a hero of the newly established Brazilian Republic and a well-known ideologist proclaiming the positivist ideas of Civilization. But he lived in a society which itself was 'betwixt and between', where patriarchal tradition and State Law coexisted side-by-side. So, when his wife, Anna Emília, betrayed him, he reacted as a traditional male would have done. He decided to wash his honor with blood. But, in the showdown with the young lover of his wife, he was killed by his opponent, Dilermando de Assis, unleashing a full-blown social drama which shook the very foundations of the whole society of Rio de Janeiro, the Brazilian Capital city. The case, which reached its peak, in a neighborhood called 'Piedade', became something of a national scandal about honor and shame; guilt and vengeance.

Keywords: Honor, Betrayal, Tragedy, Scandal and Brazil Republic Period.

SUMÁRIO

I. Prólogo.....	10
1. Introdução	13
2. Teoria e Método	16
2.1. Materiais Etnográficos	19
2.1.1. Publicações Literárias.....	19
2.1.2. Os Jornais.....	20
2.1.3. Os Empecilhos da Pesquisa.....	22
3. Ensaio Literário.....	23
3.1. O Tema da Honra	19
3.3. Honra e Drama.....	24
3.2. O Status Social e a Honra: a Figura do Rei.....	30
3.4. Do Pundonor à Proibição dos Duelos	32
4. Contexto Histórico	36
4.1. A Invasão do Pensamento Europeu e a Ascensão de uma Classe	36
4.2. A Origem de Euclides da Cunha e o Drama Social da Campanha de Canudos.....	40
4.3. Euclides e Anna: Casamento e Traição.....	42
5. <i>Dramatis Personae</i>	45
5.1. Os Protagonistas do Drama.....	45
5.1.1. Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha.....	45
5.1.2. Anna Emília Solon Ribeiro.....	47
5.1.3. Dilermando de Assis.....	49

5.2. Euclides filho e Dinorah de Assis: Outras Vítimas da Tragédia	51
5.2.1. Dinorah de Assis.....	51
5.2.2. Euclides da Cunha Filho.....	52
6- O Drama Social	53
6.1. O Roteiro Etnográfico da Tragédia.....	52
7- Considerações Finais.....	77
8- Referências	84
Documentos em Anexo	88

I- Prólogo

O investigador é parte de qualquer investigação - estão nelas seus motivos e circunstâncias. (Turner, 2008:59)

O teatro é parte de mim. O drama de palco ajudou-me a encontrar a teoria do drama social de Victor Turner. Nunca me contentei em estudar nas Ciências Sociais algo, que de certa forma, não pudesse ser relacionado com as artes dramáticas. Do meu ponto de vista, os primeiros a refletirem sobre a sociedade foram os artistas. Com Antígona de Sófocles, meu primeiro personagem de valor no teatro, aprendi a pensar a complexidade do que significa ser humano. Desde então, busco compreender este enigma. Não me esqueço das aulas de antropologia I, em que o professor Arno Vogel, sempre costumava dizer: “o homem é capaz de coisas sublimes, mas, ao mesmo tempo, de coisas monstruosas”. Tempos depois lendo coisas corriqueiras, a seguinte frase me chamou atenção - “o teatro oscila entre o sublime e o ridículo, entre as estrelas e a lama: é tão impuro e frágil como o próprio homem - o que embora pareça o seu pecado, é a sua extraordinária virtude, pois é exatamente por ter o corpo na lama e o espírito nos céus que o teatro tem estado tão próximo do homem”²- então descobri, o ponto de contato entre a antropologia e o teatro: o humano.

Minha inquietude me levou a conhecer Victor Turner, filho da atriz Violet Witter, uma das fundadoras do Teatro Nacional Escocês. Por sua familiaridade com a rica literatura dramática inglesa, rompeu com a metodologia de pesquisa do estrutural-funcionalismo britânico, graças à recém formulada orientação da escola de Manchester³. O primeiro propunha-se encontrar leis gerais que regessem a vida social, assim como a física se propôs encontrá-las para o universo. Ao viajar para sociedade Ndembu⁴, no convívio diário com os nativos, Turner percebeu que as histórias contadas e os conflitos, pequenos e grandes, revelavam mais sobre aquela sociedade do que o levantamento do número de casas, dos vínculos genealógicos ou de qualquer outro tipo de dado quantitativo. Observou os rituais e as pessoas que nele estavam envolvidas, seus papéis, dos mais importantes aos mais modestos, pois representavam suas respectivas posições na sociedade.

Os conflitos vividos pelos Ndembu e a familiaridade de Turner com a arte dramática fizeram-no elaborar a teoria do drama social que desenvolveu em sua tese

² Alcione Araújo (2006)

³ Grupo de antropólogos que se formou em torno da liderança de Max Gluckman.

⁴ A tribo Ndembu é do noroeste da Zâmbia, é um povo centro-oriental de língua Bantu.

de doutoramento, publicada com o título *Schism and Continuity in an African Society: A Study of Ndembu Village Life* (1957). No qual se distingue, nitidamente, quatro fases: (1) ruptura da ordem estabelecida, ou seja de um estado de relativo equilíbrio; (2) a crise e sua progressiva intensificação; (3) o acionamento de mecanismos corretivos; (4) a regeneração ou o reconhecimento do cisma.

Anos mais tarde, na Inglaterra, ouvindo as mães contarem às suas crianças a lenda de São Thomas Becket, arcebispo de Cantuária, decide analisá-la. Por meio da reunião de documentos, lendas, peças de teatro e da peregrinação ao Santuário de Canterbury reconstruiu o drama ocasionado pelo conflito entre o arcebispo Thomas Becket e o rei Henrique II, um episódio que significou, nada mais e nada menos, do que um dos mais notáveis conflitos do mundo moderno, o confronto entre a Igreja e o Estado.

Em muitos casos, o drama social se transforma em drama de palco. O caso de Becket foi um deles, resultando na peça *Murder in the Cathedral*⁵, de TS. Eliot, adaptada em seguida para o cinema. Os dramas de palco são “histórias que eles contam a eles mesmos sobre si mesmos” (Clifford Geertz, 1976). Funcionam como um espelho, suscitando a auto-reflexão da sociedade.

Victor Turner e Richard Schechner⁶, um diretor de teatro americano, ajudaram-me a compreender a função antropológica do teatro, coisa que dificilmente teria descoberto enclausurada dentro do conhecimento das Ciências Sociais ou trancada no mundo das Artes Cênicas, universos que se completam mutuamente, formando um só.

Inspirada na metodologia de Turner e tomando como exemplo o caso do arcebispo de Cantuária, decidi abandonar minha idéia inicial que era a de encontrar a especificidade do catolicismo brasileiro e os valores de uma cultura medieval, tematizados na literatura dramática de Ariano Suassuna. Analisar valores medievais significava cair num universo de categorias, cujo estudo teria, obrigatoriamente, de abarcar, num tempo muito curto, e sem o conhecimento necessário. A literatura como campo etnográfico afigurava-se-me, neste sentido, como uma aventura perigosa. Meus intentos iniciais, com este objetivo, serviram-me, no entanto como primeiros passos para a realização da pesquisa, quando encontrei o tema, objeto desta

⁵ Assassinato na Catedral.

⁶ Além de ter sido orientando de Victor Turner, eles trabalharam juntos.

investigação: o problema da honra, que resolvi abordar a partir de um caso etnográfico: a “Tragédia da Piedade”, como ficou conhecido o caso do assassinato de Euclides da Cunha que ocorreu no bairro da Piedade na cidade do Rio de Janeiro.

A honra violada fora, precisamente, o motor da ação de Euclides da Cunha, que culminara com a sua própria morte e, anos depois, com a de seu filho, também ele chamado Euclides. As implicações deste acontecimento não se limitaram, entretanto a estas duas mortes. Compreenderam também a arrasadora maré de hostilidade que atingiu Anna Emília, esposa de Euclides, e Dilermando de Assis, seu amante, que matara o autor de “*Os Sertões*” em legítima defesa. A literatura copiosa a respeito do caso, a análise de jornais da época, bem como algumas entrevistas ajudaram-me a reconstruir esse drama social.

Minha preocupação principal foi a de captar o significado da categoria “honra” para os nativos, pois “compreender uma sociedade” - é antes de tudo - “enxergá-la da perspectiva-eles e da perspectiva-nós” - percebê-la como a configuração de outros homens, a respeito dos quais dizemos “eles”; e ao mesmo tempo, vê-la da maneira como aqueles homens a viam, como eles viam a si mesmo, quando diziam “nós” (Elias, 2001:80). Em outras palavras, tratei, tanto quanto possível de olhar o mundo que tinha me proposto a analisar “do ponto de vista do nativo”, não esquecendo nunca o tabu da tênue linha que separa este de quem resolveu dedicar-se a estudá-lo (Geertz, 1976).

Que faz um antropólogo quando adentra uma selva ou se aventura a pesquisar uma cultura estranha? Busca nas estórias dos nativos o entendimento da sua vida social, considerando a complexa gama de símbolos que lhe conferem seu significado. Eu, de minha parte, saí em missão etnográfica com o objetivo de compreender a sociedade republicana brasileira da virada do século XIX por intermédio do olhar dos nativos tal qual se podia encontrar nos livros que publicaram, nos relatos veiculados pelos seus jornais, procurando atingir o máximo de imersão no mundo da honra daqueles tempos, recorrendo a escritores e jornalistas que contribuíram para imortalizar a “Tragédia da Piedade”.

1. Introdução

Uma viagem ao mundo da honra começa pelo entendimento deste conceito através da literatura antropológica de Julian Pitt-Rivers (1968), Marcel Mauss (2003) e Peristiany (1992). A honra é um valor porque as pessoas estão dispostas a matar ou morrer por ela. Sua importância se manifesta como tema da dramaturgia teatral shakesperiana⁷ e faz parte da Era de Ouro do teatro espanhol, revelando, assim, um tópico da preocupação dos nativos, pois a problemática abordada nas obras artística é reflexo do social. A honra, juntamente com bens materiais, como terra e dinheiro, é apontada por Victor Turner (2008), como um dos vários elementos responsáveis por desencadear um drama social, pois constitui uma regra cara à sociedade, sendo capaz, neste sentido de suscitar, em primeira instância uma crise.

O tema da honra está presente tanto nos estudos de Pierre Bourdieu (2002) sobre a sociedade *Kabyle*⁸ quanto nos do filósofo Appiah (2012) com suas descrições das mortes que ocorreram, entre 2004 e 2008, no Paquistão. Surge, igualmente no famoso duelo entre o conde de Wellington e o duque de Winchilsea, em 1829. Este último revela o embate entre o mundo da honra e o mundo moderno que arrogou ao Estado a resolução dos conflitos entre os seus súditos. Contudo, as regras que regem o primeiro são diferentes das que organizam o último. Apresentam, dessa forma, implicações para a estrutura social, pois, o primeiro lida com as pessoas e suas posições estatutárias enquanto o segundo lida essencialmente com indivíduos. O embate surge sempre que o Estado trata como indivíduos, aqueles que se identificam como pessoas e acreditam, portanto que a resolução dos seus conflitos está nas próprias mãos, e que lhes cabe “lavar sua honra” para continuar sendo respeitados pelo grupo social a que pertencem.

Em 1909, o Brasil caminhava para as comemorações de seus vinte anos de República, muita coisa tinha acontecido no decorrer dessas duas décadas sob um regime novo. Era uma república, tanto quanto possível modelada pelos sonhos dos muitos discípulos de Augusto Comte, que, atravessando o atlântico tinham aportado um vasto material de pensamento e propaganda. Este logo floresceu nos círculos de conversas e nas tertúlias da intelectualidade.

A classe que essas idéias novas encontraram neste recém constituído circuito de sociabilidades era uma classe descontente com o antigo regime: a classe militar. Cansados e inconformados com a posição de subalternidade que este lhe reservava, lutavam em favor de uma ascensão em bloco, do seu grupo social.

⁷ Shakespeare, poeta e dramaturgo inglês (1564-1616).

⁸ Tribo da África do Norte estudada por Pierre Bourdieu (2002).

Dela fazia parte Euclides Pimenta Rodrigues da Cunha, aspirante do Exército brasileiro e redator do jornal *A Província de São Paulo*. Era estrela de primeira grandeza no firmamento literário nacional, graças ao seu já então famoso livro *Os Sertões*, um ensaio sociológico da guerra de Canudos que bem se podia considerar “um poema épico em prosa” (Afrânio Coutinho, 1966:13). Era homem de ciência, geógrafo, etnógrafo, filósofo, historiador, e um magnífico estilista.

Naquele momento, entretanto, era, sobretudo o protagonista de um escândalo de grandes dimensões, que, em 1909, abalou o país inteiro, culminando com sua morte após um duelo des-ritualizado com um jovem aspirante do Exército, Dilermando de Assis, amante de sua esposa Anna Emília.

Euclides era casado com Anna Emília Sólton Ribeiro, filha do Marechal Sólton Ribeiro, o qual tinha lutado na guerra do Paraguai e que foi uma das figuras emblemáticas da Proclamação da República. Apesar dos méritos inegáveis conquistados nas campanhas militares do Prata e na guerra Tríplice Aliança não lhes garantiam o prestígio e a posição almejada. Inspirados na Revolução Francesa haviam desafiado e finalmente golpeado o regime monárquico.

O drama trágico que acabaria destruindo a vida do casal teve início quando Anna encontrou Dilermando, sobrinho de umas amigas. Encantada com o garbo, a beleza e a juventude do jovem aspirante evoluiu-se num romance extraconjugal com ele. Quando este caso veio a público, pôs em questão a honorabilidade de sua família inteira, principalmente, a do seu marido.

A crise conjugal foi se agravando na medida em que os mecanismos de controle social, as intrigas e fofocas, as denúncias à boca pequena e a ação da família e dos amigos não lograram qualquer efeito sob Anna Emília que questionava a posição feminina vigente na época. A mulher amante, isto é a cortesã, e a esposa virtuosa eram dois papéis sociais distintos e irreconciliáveis reservados as mulheres do século XIX, com sua moral victoriana. Inconformada por seu marido não a desejar como amante, percebendo-a apenas como esposa virtuosa, a mãe de seus filhos, ela havia encontrado nos braços de Dilermando o amor-paixão, do qual sentia falta em Euclides. Anna não quis, de forma alguma, sacrificar essa conquista em nome de sua família, colocando suas vontades acima das convenções sociais de sua época.

Como Anna não ouvia os apelos familiares, Euclides se sentia, cada vez mais, pressionado a lavar sua honra e da família. Com um senso de dever elevado, e movido pela saída da esposa de casa para ir ao encontro do amante. No domingo, 15 de Agosto de 1909, encaminha-se até a casa de Dilermando, aonde chegou anunciando “Vim para matar ou morrer”. No encontro entre os dois, ocorrido na

Piedade, subúrbio do Rio de Janeiro, o escritor termina sendo morto, passando, a partir daí a ser santificado pela sociedade por ter morrido em nome de um princípio tão caro a todos - a honra.

Os jornais performaticamente trataram de comunicar “o fato” a capital do país, e a toda população brasileira, comentando a morte de Euclides, conhecido a partir de então como a “Tragédia da Piedade”, em explícita analogia com as tragédias gregas. Chegaram a invocar diretamente os símbolos da tragédia, como por exemplo, a categoria fatalidade. O aprofundamento das investigações revelou que Anna e Dilermando eram, de fato, amantes. Um julgamento de massa pelos jornais aplicou a sentença. Euclides fora canonizado, mas o casal hostilizado.

Este mal estar social causado pela tragédia perdurou por décadas, agravando-se com a morte de Euclides da Cunha Filho, quando também ele tentava lavar a honra do pai. Em 1916, acontecera, portanto uma reprise de 1909. Como Anna e Dilermando fossem impedidos de contar sua versão da história aos jornais, vieram a se publicar livros para restaurar a reputação daqueles que haviam sido tratados como párias.

A partir desse momento, surgiu um embate na arena literária. Dilermando respondeu as acusações dos jornais e do biógrafo de Euclides, Eloy Pontes; Judith de Assis, sua filha com Anna, decide retratar após a morte da mãe uma versão da história baseado nas memórias destas. O marido de uma das netas de Euclides, por sua vez, considerando que a imagem deste havia sido maculada por calúnias, publicou um livro no qual se propõe a revelar “a verdade dos fatos”.

Submergir no mundo das relações sociais brasileiras do início do século XX, onde encontramos homens e mulheres que pautam suas condutas pelo valor da honra, é empreender um estudo sociológico, e ao mesmo tempo, antropológico, utilizando materiais históricos e literários com o objetivo de discutir o custo social da honra numa conjuntura liminar, e, por isso mesmo, particularmente suscetível a crises, e dramas sociais.

2. Teoria e Método

Os estudos empreendidos pela antropologia social, e também pela sociologia, que buscam no passado seus objetos de pesquisa, pautam a sua metodologia pelo processo social. Victor Turner (2008), antropólogo escocês, vinculado a escola de Manchester, e Norbert Elias (2001), notável sociólogo alemão, são exemplos acabados dessa estratégia metodológica.

Numa passagem de *Dramas, Campos e Metáforas: Ação simbólica na sociedade humana* (2008), Turner, referindo-se aos historiadores afirma que estes:

Tentariam avaliar a partir dos documentos e materiais de arquivo de qualidade variável o que considerariam ser o melhor relato possível dos fatos, dos eventos sucessivos singulares. Escolheriam alguns registros e rejeitariam outros, dando o devido peso à perspectiva ou ângulo dos quais as observações das testemunhas oculares foram feitas e aos vieses inerentes às interpretações contemporâneas destas observações (p.122).

Segundo ele, os antropólogos, no entanto, “estão interessados nas interdependências, concatenações dos fatos, eventos, relacionamentos, grupos, categorias sociais” – bem como – “nas orientações para as recompensas e valores que fazem com que os atores assumam relações de campos uns com os outros e a partir de campo de interseção entre campos [de forças]”. Neste sentido, não lhes importa tanto a sucessão de fatos isolados, mas a seqüência de fatos interconectados, de feixes ou sistemas de relações interligados. Seu interesse está concentrado na “complexa rede de relações” nas quais os personagens destes fatos, feixes ou sistemas estão envolvidos. (Turner, idem: *ibidem*).

Quando fazemos referência as definições da antropologia, não estamos excluindo a sociologia, pois a antropologia social é uma sociologia, que se fez, inicialmente, com os dados das sociedades ditas ‘primitivas’ ou ‘simples’, ou ‘tradicionais’. É, portanto, como assinala Marcel Mauss (s/d), no seu conhecido *Manuel d’ ethnographie*, uma fenomenologia jurídica, uma sociologia preocupada com a questão da ordem (ou desordem) social. Norbert Elias, na mesma linha argumentativa, assinala a diferença entre pesquisa sociológica e a pesquisa histórica, não obstante o fato de utilizarem o mesmo material.

A sociologia não consiste, ou pelo menos não exclusivamente, no estudo das sociedades contemporâneas. Seu objeto é plenamente histórico, no sentido em que se situa no passado, mas em seu procedimento em nada é histórico, já que não diz

respeito a indivíduos supostamente livres e únicos, mas às posições que existem independentemente deles e às dependências que regulam o exercício da sua liberdade (Elias, 2001:7).

Tanto Turner quanto Elias concordam, pois, quanto à utilização de materiais históricos para fins de análise sociológica ou antropológica. Bastaria, neste sentido, apontar: *Paradigmas religiosos e ação política: Thomas Becket no Concílio de Northampton* (2008) e *Hidalgo: A História enquanto Drama Social* (2008), no caso do primeiro e *Mozart, a sociologia de um gênio* (1995), e *A Sociedade de Corte* (2001), no caso do último.

Os trabalhos supracitados, desses dois autores, constituem as referências teóricas e metodológicas principais desta dissertação, seus pilares, por assim dizer, modelos para a análise da “Tragédia da Piedade”. Neste drama social, com suas diversas fases, poder-se-ia usar a fórmula poética do próprio Turner, quando, referindo-se a este tipo de estrutura, afirma: “Aqui não se trata de um caso do “fogo encontrando sua própria forma”, mas da forma, fornecendo uma lareira, um tubo, e um registro de chaminé ao fogo” (Turner, 2008:32)

Em outras palavras, o interesse está no processo:

Com a minha convicção quanto ao caráter dinâmico das relações sociais”- continua Turner – “eu via movimento tanto quanto estrutura, persistência tanto quanto mudança e, na verdade, persistência enquanto um notável aspecto da mudança. Vi pessoas interagindo e, dia após dia, via as conseqüências de suas interações. Comecei então a perceber uma forma no processo do tempo social. E esta forma era essencialmente *dramática*. Aqui, minha metáfora e meu modelo era uma forma estética humana, um produto da cultura e não da natureza. Uma forma Cultural era o modelo para um conceito social científico (2008:27).

Homens e mulheres do presente e do passado estão ou foram emaranhados em uma cadeia de relações sociais. Deste ponto de vista deve-se “estudar não a ação de um príncipe, mas a rede de pressões na qual ela está inscrita” (Elias, 2008:7). Isto nos dá a entender que o mesmo se aplica a esta pesquisa de dissertação, analisando a ação dos personagens dentro da rede de pressões em que estão inseridos. É justamente essa teia de relações sociais em que o indivíduo está emaranhado que torna suas ações um dilema. As fases do drama social “representa(m) seqüências de eventos sociais, que vistas, respectivamente por um observador, podem ser

mostradas como tendo uma estrutura” – sendo “a estrutura a ordem em um sistema” (Turner. 2008:31).

A ideia de processo é a chave para entender o pensamento de Victor Turner. Para ele, as instituições sociais “só deixam de ser feixes de regras mortas ou frias, quando passam a ser vistas desde o início como fases no processo social, como padrões dinâmicos” (Turner, 2008:32). Pensar nas sociedades como fluxo, é tentar entender os valores que se transformam e, apesar disso, mantêm seus resquícios de forma não consciente, pois, segundo a analogia biológica do autor, é como se esses valores fossem uma espécie de DNA cultural do ser humano.

Nesta pesquisa, o valor tradicional da honra permanecia vivo numa sociedade já ‘republicana’, cujos pensadores se pautavam de acordo com os ideais da Revolução Francesa. Conscientemente desejavam ser modernos, mas as raízes dos valores tradicionais ainda não tinham sido extirpadas. Desse ponto de vista, a nossa questão ‘sociológica’ está claramente definida: é o custo social da honra, ou seja, o contexto etnográfico de uma ideia. A questão antropológica, por sua vez, é a do significado, em outras palavras, o problema do sentido deste valor e de sua permanência (ou não), numa sociedade ‘moderna’.

A espinha dorsal do argumento metodológico e teórico compreende três autores cardeais: Victor W. Turner (2008), Norbert Elias (1995), e Julian Pitt-Rivers (1968). Este último autor é renomado, sobretudo, por seus trabalhos sobre as assim chamadas ‘sociedades mediterrâneas’, onde estudou, reiteradamente, questões relacionadas à honra como valor. Quanto a uma possível exigüidade (ou insuficiência) de referências bibliográficas, podemos invocar a autoridade de Antonin de Sertillanges (1944:167ss), quando distingue leituras de formação e leituras de informação. As primeiras devem ser poucas, ao contrário das últimas, que, necessariamente tenderão a se multiplicar segundo as necessidades da pesquisa.

2.1 Materiais Etnográficos

2.1.1. Publicações Literárias

A título de material etnográfico reunimos seis livros de épocas distintas, uma coletânea de excertos de Euclides escrita aos seus amigos; um dossiê publicado na Revista da Biblioteca Nacional, além de recortes de jornais. Os livros *Anna de Assis: História de um Trágico Amor* (1987) e *Águas de Amargura: o Drama de Euclides da Cunha e Anna* (1990) constituem uma polêmica entre os descendentes de Euclides da Cunha e Dilermando de Assis. O primeiro, um depoimento de Judith de Assis, filha de Anna Emília e Dilermando; o segundo foi um depoimento a Adelino Brandão do marido de uma das netas de Euclides, Eliethe da Cunha Tostes, filha de Manoel Afonso.

O próprio Dilermando de Assis escreveu livros em sua auto-defesa e a bem da restauração do seu prestígio social: *Um Conselho de Guerra. A morte do aspirante da Marinha: Euclides da Cunha Filho. Defesa do Tenente Dilermando Cândido de Assis* (1916) e *A Tragédia da Piedade: Mentiras e Calúnias da “A vida Dramática de Euclides da Cunha”* (1951), uma resposta aos jornais e a biografia de Euclides *A Vida Dramática de Euclides da Cunha* (1938) escrita por Eloy Pontes e publicada pela editora José Olympio, dirigida, na época por Gilberto Freyre.

A coletânea “*Euclides da Cunha a seus amigos*” (1938) editada por Francisco Venâncio Filho, um dos maiores biógrafos do escritor, traz um conjunto de excertos das cartas escrita por Euclides aos seus amigos, revelando um pouco de sua personalidade e detalhes do mundo social ao qual pertencia.

Em 2009, fora publicado, em comemoração ao centenário de morte de Euclides, o livro “*Matar ou morrer: o caso de Euclides da Cunha*” que se revelou uma rica fonte de análise; e o dossiê *Euclides da Cunha* (2009) editado pela *Revista de História da Biblioteca Nacional* que reuni artigos de autores nacionais e estrangeiros em torno da representação do herói nacional desde o seu nascimento até a sua morte.

Publicações Literárias Utilizadas			
Ano	Título	Autor	Editores
1916	Um Conselho de Guerra. A morte do aspirante de Marinha: Euclides da Cunha Filho. Defeza do Tenente Dilermando Cândido de Assis	Dilermando de Assis	Tipografia dos Annaes
1938	A Vida Dramática de Euclides da Cunha.	Eloy Pontes	José Olympio
1938	Euclides da Cunha a seus amigos.	Francisco Venâncio Filho	Companhia Editora Nacional
1951	A Tragédia da Piedade: Mentiras e Calúnias da "A vida Dramática de Euclides da Cunha"	Dilermando de Assis	O Cruzeiro
1987	Anna de Assis: História de um Trágico de Amor	Jefferson Andrade	Codecri
1990	Águas de amargura: o Drama de Euclides da Cunha e Anna	Joel Bicalho Tostes em depoimento a Adelino Brandão	Rio Fundo Editora
2009	Matar ou morrer: o caso de Euclides da Cunha	Luiza Nagib Eluf	Saraiva
	Dossiê Euclides da Cunha	Revista de História da Biblioteca Nacional	Biblioteca Nacional

Quadro 1: Relação de publicações utilizadas.

2.1.2. Os Jornais

Nos recortes dos jornais da cidade do Rio de Janeiro, principal meio de comunicação e formação da opinião pública, foram encontradas as notícias da morte de Euclides e de sua grande repercussão. Salientamos que esta apenas ficou

conhecida como a “A Tragédia da Piedade” graças à performance⁹ dos jornais. Ao chamá-la de tragédia evocam as tragédias gregas, e com elas todos os atributos que tem a palavra tragédia como a ‘fatalidade’, ‘a violação da regra’, ‘a noção de destino’, influenciando a interpretação e reflexão dos leitores.

No acervo *on line* da Biblioteca Nacional, encontramos algumas notícias da época nos jornais que foram preservados. Estima-se que há muito mais notícias sobre o caso do que foi possível reunir. Temos a relação dos jornais que foram utilizados:

Décadas do Século XX	Os Jornais da Cidade do Rio de Janeiro
1900 a 1919	Gazeta de Noticias
1900 a 1919	Jornal do Brasil
1900 a 1919	O Paiz -
1901 a 1919	Correio da Manhã
1906 a 1916	O Seculo
1910 a 1927	A Rua
1912 a 1919	A Epoca
1911 a 1919	A Noite

Quadro 2 : Jornais em circulação no Rio de Janeiro nas três primeiras décadas do século XX.

Fonte: Arquivo da Biblioteca Nacional: <.bn.memoria.br>

⁹ “Uma performance acontece enquanto ação, interação, e relação. Deste modo, uma pintura, um romance”- do mesmo modo os noticiários de jornais- podem ser performativos ou serem analisados “enquanto” performances” (Schechner, 2006).

2.1.3. Os Empecilhos da Pesquisa

Nosso caminho de descoberta científica foi pedregoso - diríamos como Carlos Drummond de Andrade - que “tinha uma pedra no meio do caminho”. Na verdade muitas pedras. Primeiro, a ausência de uma biografia ou livros baseados nas memórias das outras vítimas da tragédia, Euclides Filho e Dinorah de Assis, tornou muito difícil a tarefa de descrever seus perfis psicológicos e os detalhes de suas ações dentro do grande drama social. Deparamo-nos, ainda, com outro problema, na medida em que não encontramos informações sobre os livros lidos por Anna Emília. Estes explicariam quais idéias sociais havia influenciado seus pensamentos e ações. Talvez, os romances franceses de Honoré de Balzac; de Gustave Flaubert; de Émile Zola e do russo Leon Tolstói, tivessem inspirado suas atitudes e posições. Percebemos grandes semelhanças entre Anna Emília e as personagens dos romances.

Os documentos reunidos na obra “Águas de Amargura: o drama de Euclides da Cunha e Anna” (1990), que pertencem aos arquivos pessoais da família Da Cunha, tem problemas. O autor apresenta trechos escritos por Anna que parecem confidências pessoais registradas num diário, mas não revela de forma clara a origem. Ele, às vezes, não inclui as datas das cartas escritas por Euclides da Cunha. Esta situação tornou um pouco difícil a utilização desses documentos, mas não impossível.

O tempo de pesquisa foi um grande inimigo. Apenas um ano. Um ano para desvendar o mundo da honra, e, por conseguinte, o da sociedade brasileira do início do século XX; para escrever a obra, para torná-la apreciável. Por inúmeras vezes, interrompemos o processo de elaboração por falta de dados e tivemos que procurar e comprar livros. Na biblioteca da universidade só tinha uma obra das muitas que utilizamos. E no acervo *on line* da Biblioteca Nacional não havia todas as notícias de jornais da época sobre a tragédia, o que tornou nossa fonte incompleta.

Enfim, apesar dos empecilhos da pesquisa, a partir dos dados etnográficos e de uma reflexão sobre o tema da ‘honra’, conseguimos construir o drama social da ‘Tragédia da Piedade’, respeitando as fases descritas por Victor Turner (2008). Primeiro, analisamos a bibliografia da categoria ‘honra’; em seguida, apresentamos o contexto histórico desse drama e as *dramatis personae*: Anna Emília, Euclides da Cunha, Dilermando de Assis, Dinorah de Assis e Euclides Fº. Depois, descrevemos a etnografia da tragédia, e concluímos o drama evidenciando as figuras liminares opostas: Anna Emília e Euclides da Cunha.

Para analisar uma sociedade, o pesquisador pode utilizar metáforas: o organismo; o jogo; o mecanismo, a linguagem e o drama. Aqui, nós escolhemos entender a sociedade como um grande drama.

3. O Ensaio Literário

3.1. O Tema da Honra

El hombre de honor es una ley, pero una ley para si mismo (Pitt-Rivers, 1968:519)¹⁰.

Numa passagem do seu “Esboço de uma Teoria Geral da Magia”, Marcel Mauss afirma que esta “só existe na consciência dos indivíduos em razão da existência da sociedade, à maneira das ideias de justiça ou de valor”; acrescentando – “diríamos de bom grado que é uma categoria do pensamento coletivo” (2003:152). A mesma coisa poder-se-ia dizer de outra noção muito familiar à antropologia e igualmente importante na sociologia, a da ‘honra’.

Seria um engano imaginar que o tema da honra se restringe aos antigos, isto é, às sociedades ditas tradicionais. Embora, modernamente, ela não desempenhe o mesmo papel que lhe era reservado naquelas, sua presença ainda se faz notar. Para compreender a problemática nela implicada é necessário, portanto, levar em conta o contexto histórico, político, social e religioso no qual a categoria ‘honra’ se apresenta em cada caso.

Halvor Moxnes (1993) em seu artigo *Honor and Shame*, uma revisão da literatura sobre o tema da honra, sustenta que a noção da honra é universal, apresentando-se, no entanto, de forma diversa nas mais variadas culturas, pois depende de como é socialmente construída e interpretada.

[...] A noção de honra passou por uma série de transformações: nas obras mais antigas do cânon literário ocidental, os poemas homéricos, existe em algo como uma forma primitiva ainda encontrada nas sociedades muçulmanas, mas uma tradição de ceticismo relativamente sobre a honra surgiu no pensamento clássico romano grego, e a cristandade exerceu uma forte pressão no sentido de moralizar a noção que se tornava cada vez mais forte no Renascimento que alcançou seu auge no século XIX, quando a honra tinha como cerne um vínculo com a moralidade cristã, com a integridade pessoal, com ideais de lealdade, de boas maneiras com a do patriotismo (Cairns, 2011:24).

¹⁰ O homem de honra é uma lei, mas uma lei para si mesmo.

A linhagem do pensamento antropológico que viria a ocupar-se deste assunto remonta à década de 1960 tendo como marco fundador a coletânea *Honor and Shame, the Values of Mediterranean Society* organizada por J.G. Peristiany e publicada em 1965¹¹. Desde então, o tema tem sido abordado em múltiplas publicações, sobretudo coletâneas, cujas contribuições se ocupam dele em contextos históricos bem como atuais, com o argumento explícito de que “a honra causou mais mortes do que a peste”, como se pode ler numa resenha dedicada a outra dessas antologias conhecidas - *Honor and Grace in Anthropology*(1992)¹².

O tema da honra nas sociedades mediterrâneas é um referencial teórico para qualquer pessoa que se disponha a estudar tal categoria. Embora, já presente nas pesquisas antropológicas antigas, por exemplo, no “Ensaio sobre a Dádiva” de Marcel Mauss (2003) sobre os polinésios e melanésios, Julian Pitt-Rivers (1977), ao atentar para a presença desse valor nas sociedades do século XX se tornou um autor imprescindível pela minuciosidade com que tratou a problemática. Entre as suas publicações encontram-se: *The fate of Shechem: or The politics of sex: essays in the anthropology of the Mediterranean* (1977); *Mediterranean countrymen; essays in the social anthropology of the Mediterranean* (1963); Além disso, elaborou um verbete discutindo em detalhe os vários aspectos do conceito de honra, sustentando que “do ponto de vista das Ciências Sociais é essencial ter presente que a honra compreende todos ao mesmo tempo” (1968:514).

3.2. Honra e Drama

A honra, um tema caro aos olhos da antropologia, levou Victor Turner a defini-lo como uma das possíveis razões para se iniciar um drama social, a ruptura de uma norma consuetudinária, a infração de uma regra moral na arena pública, causado por “um estopim simbólico, um confronto, um embate” (Frederik Bailey *apud* Turner, 2008:33). Ao romper a paz, o conflito instaura-se, o infrator da regra é exposto ao julgamento público (Turner, 1982).

A honra, com todos os seus atributos é, portanto, um valor. Os sujeitos estão dispostos a matar ou morrer em seu nome. Ela “é o valor de uma pessoa aos seus próprios olhos”. Não obstante, como causadora de um drama “também [o é] aos olhos da sociedade” (Pitt-Rivers, 1977:1). Numa tradução genérica do grego *timê*, ‘honra’

¹¹ Tradução portuguesa é da Fundação Calouste Goulbenkian, Lisboa, 1971.

¹² Peristiany, J.G. & J.Pitt-Rivers (org). 1992.

significa, ao mesmo tempo, “o nosso valor aos nossos próprios olhos e aos olhos dos outros e à estima conferida pelos outros” (Cairns, 2011:29).

Victor Turner, um antropólogo familiarizado com a literatura e, particularmente com o teatro, buscou inspiração no drama de palco para construir os elementos da sua teoria do *drama social*. Citando D.H. Lawrence, ele acreditava que a antropologia nada mais é do que *man alive* ou *woman alive*¹³. Em seu artigo *Dramatic Ritual/Ritual Drama: Performative and Reflexive Anthropology*, declara: “Há muito tempo, tenho pensado que ensinar e aprender antropologia deveria ser mais divertido do que frequentemente é. Talvez, deveríamos não meramente ler e comentar etnografias, mas na verdade realizar *performance* a respeito (Turner, 1982:89)¹⁴. Neste sentido, não há, segundo ele, metáfora melhor para se compreender o mundo social do que o drama.

“No mais primitivo sentido do termo, a palavra ‘drama’ denota simplesmente ‘ação’¹⁵. Esta resulta do “desequilíbrio de um conflito que força a(s) personagem(s) agirem para resolver a contradição; porém sua ação (sua reação) trará outros conflitos e contradições” e é justamente tal “dinâmica incessante que cria o movimento da peça” (Pavis, 1999:4). De acordo com Richard Schechner, a “palavra ‘drama’ é derivada da raiz grega - *dra*: fazer, construir, criar” (2011:168), significando que o drama é o momento em que os envolvidos estão fazendo, construindo ou criando algo, ou seja, passando por um processo de transformação.

Victor Turner (2008) levando em consideração a ideia de processo elabora a teoria das fases do drama social. Após a ruptura das relações formais, inaugura-se uma seqüência de ações e reações, que são movimentos seqüenciais entre as várias fases do drama:

- (1) ruptura das relações formais regidas pela norma, ocorre entre pessoas ou grupos dentro do mesmo sistema de relações sociais;
- (2) na crise crescente [...] “há uma tendência de que a ruptura se alargue, até se tornar tão coextensiva quanto uma clivagem dominante no quadro mais amplo das relações sociais relevantes ao qual as partes conflitantes e antagônicas pertencem;
- (3) ação corretiva – mecanismos de ajuste e regeneração informais ou formais institucionalizados ou *ad hoc*, são

¹³ Homem vivo ou Mulher viva.

¹⁴ Tradução não publicada: Arno Vogel.

¹⁵ (Gray, Louis H) Hastings Encyclopedia.

rapidamente operacionalizados por membros de liderança ou estruturalmente representativo do sistema social perturbado.
 (4) reintegração do grupo social perturbado ou reconhecimento do cisma e legitimação social do cisma irreparável entre as partes em conflito [...] é a fase do clímax, solução ou resultado temporário- é uma oportunidade de se fazer o balanço (Turner, 2008: 33-37).

Turner insiste que “o drama social é uma forma processual universal e representa um desafio perpétuo a todas as aspirações à perfeição na organização social e política” (Turner, 1982:71). Eles são:

em larga medida, processos políticos, isto é, envolvem a competição em torno de fins escassos – poder, dignidade, prestígio, honra, pureza – através de meios particulares e da utilização de recursos que são também escassos- bens, território, dinheiro, homens e mulheres- alguns recursos podem ser transformados - terra e dinheiro em honra e prestígio (Turner, 1982:71-72).

A problemática que envolve homens e mulheres do mundo da honra está relacionada ao lugar que cada um deles ocupa na sociedade. “O aspecto da honra que se associa com o status social descende preferencialmente pela linha do varão, como os títulos hereditários, mas em seu aspecto moral a honra do varão vem principalmente da mãe” (Pitt-Rivers, 1968:517). A honra suscita duas noções de valores: o valor pessoal que abrange o sentimento e a forma de conduta; e a honra como qualificação que compreende o valor social, o status, o que não se caracteriza apenas pela reputação individual, mas por seus antecedentes sociais.

Jean-Pierre Vernant em seu ensaio “*Héstia - Hermes, sobre a expressão religiosa do espaço e do movimento entre os gregos*” ao estudar o simbolismo desse par de divindades, deuses do Panteão Grego, percebeu os papéis sociais destinados a homens e mulheres, naquela sociedade, com base nos espaços ocupados por cada um. “O homem é feito para atividades ao ar livre, as ocupações de fora; a mulher para as ocupações interiores” (1990:158). Ao homem pertencem o mercado, os negócios, as guerras, a ágora, lugar das discussões políticas e o campo. Sob os cuidados da mulher está o âmbito doméstico (Vernant, 1990).

Neste sentido, de acordo com as regras vigentes no mundo da honra, cabe aos homens lavar a honra de seu clã e as mulheres de lembrá-los do dever de fazê-lo, tal qual a personagem Colomba do romance de Mérimée¹⁶. A troca de lugares é

¹⁶ Ver o romance Colomba de Mérimée (1803-1870).

vista como uma anomia social, pois o funcionamento harmônico de uma ordem social, ocorre:

[...] enquanto não houver interferências exteriores, quanto mais perfeitamente os membros de qualquer sociedade ajustarem-se aos seus status e papéis, tanto mais suavemente funcionará a sociedade. Em suas tentativas para obter esses ajustamentos, toda sociedade se coloca entre as pontas de um dilema (Linton, 1970:130).

O homem compartilhando o espaço doméstico e a mulher o espaço público, é algo inconcebível, em que ambos são estigmatizados e marginalizados, como no caso das prostitutas. As mulheres que tem uma vida sexual aberta, isto é, tem relações sexuais fora do matrimônio são consideradas 'mulheres públicas', estigmatizadas como prostitutas ou adúlteras. Seus filhos desempenhariam o papel social de bastardos, sem os mesmos direitos dos filhos legítimos, nascidos dentro do vínculo matrimonial. Nesse contexto, exige-se, pois das mulheres a pureza sexual com o fim de evitar prole indesejável.

Dilemas envolvendo a honra podem ser observados tanto no drama de palco como no drama social, em alguns casos na mesma época, pois o primeiro, e de um modo geral a literatura de ficção, constitui uma metalinguagem do social (Turner, 1982). De acordo com Lanson (1939), a literatura é um ato individual, mas, um ato social do indivíduo, sendo, portanto, um fenômeno social.

Um assunto explosivo, como a honra, já mobilizava os dramaturgos desde a Antiguidade. Douglass Cairns (2011) analisa a presença dessa categoria nos poemas Homéricos como uma ética das obrigações interpessoais específicas, reforçada pelo sentimento individual e pela desaprovação pública. Na Espanha da Era de Ouro, entre os séculos XVI e XVII, com suas rígidas hierarquias sociais enfaticamente demarcadas, os conflitos relacionados com a honra suscitam a atenção apaixonada do público, na medida em que espelham a sociedade. A importância sociológica dessa temática, neste sentido, era, pois claramente atestada pela pauta da dramaturgia nativa. A tópica abrangida pela mesma era, com efeito, vasta, compreendendo, entre outras:

[...] a honra marital, a honra como superioridade, a honra como status social, a virtude cívica representada pela honra do povo, a pureza da mulher, a fidelidade ao rei, o dever de reparar a honra ofendida por meio da vingança, a dificuldade de ocultar a

desonra e o poder e a perfídia da opinião pública (Pitt-Rivers, 1968:519).

O drama trágico shakespeariano é recheado desse assunto, pois a honra é um dos fatores capazes de provocar o desenlace trágico (Suassuna, 2012). Em *Otelo*, *O Mouro de Veneza*, os personagens: Otelo, mouro nobre, a serviço da República de Veneza, e Desdêmona, sua esposa, são vítimas de uma armação realizada por Iago, um alferes. Este não só desejava conquistar o posto que era de Otelo, mas estava inconformado por um mouro ter sido designado pelo doge de Veneza a chefiar o exército na ilha de Chipre no combate com os otomanos.

No desenrolar da trama, Iago fingindo ser amigo do casal, cria uma situação que faz Otelo pensar que a esposa o traiu com Cássio. Numa sociedade pautada pelo código de honra, as mulheres podem cometer um ato de desonra envolvendo-se por livre e espontânea vontade com um homem antes do casamento, num relacionamento extraconjugal, ou mesmo se forem estupradas, pois caberia a mulher sempre resistir à virilidade masculina (Appiah, 2012).

No drama de Shakespeare, o astuto Iago planta no coração do nobre mouro a desconfiança e depois forja indícios para comprovar a traição. Com a ajuda da serviçal de Desdêmona, rouba um lenço para colocá-lo nas mãos de Cássio. Quando Otelo confirma suas suspeitas, depara-se com um dilema: “um fim a escolher e outro a repelir”- é, pois, característico do personagem trágico, ser um:

homem de caráter excepcional e, por isso mesmo, personalidade na qual se misturam o bem e o mal, é levado pela própria grandeza de suas paixões, de suas qualidades e de seus defeitos, a um conflito (Suassuna, 2012:129).

As circunstâncias levaram Otelo a tentar matar Cássio e asfixiar Desdêmona. Para homens e mulheres pautados pelos costumes do mundo da honra, a desonra precisa ser lavada com sangue (Pitt-Rivers, 1968). Por isso, a expressão “lavar a honra com o sangue” significa tirar a mancha que uma ação, ou uma afronta, cometida por um, ou a um membro da família, ou clã, trouxe, sem exceção, a todos os componentes desse grupo familiar. É inclusive, uma vergonha para as gerações futuras, sendo, portanto uma desonra coletiva. Otelo justifica desse modo, o assassinato da esposa em nome da honra, “a maior das razões e não por ódio” como podemos perceber em seu diálogo com o personagem Ludovico:

Ludovico - O tu, Otelo, que tão bom já foste, como vieste a cair nas artimanhas de um celerado? Que dirão de ti?

Otelo - O que quiserem. Assassino honrado, se assim vos aprouver, porque fiz tudo pela honra, não por ódio.

O personagem Iago sabia da sanção que poderia sofrer uma mulher que traísse o seu marido: a pena de morte porque a honra está relacionada, em primeira instância com a reputação da pessoa; com a estima desta no âmbito do seu grupo social. Ou seja, ela “é fundamentalmente o reconhecimento público de um padrão social” (Moxnes, 1968:20).

No final da trama, tudo se revelou um engano, pois Desdêmona não cometera adultério. Ele, no entanto, agiu de acordo com o código de honra, sacrificando quem amava em nome de uma regra social (Appiah, 2012). A honra, pois, “representa um forte senso pessoal de uma dignidade socialmente aceita ou de uma conduta socialmente esperada [...] tende fortemente a manter em alto nível a moral do *status quo*” (Smith, 1954: 456). Se Otelo não agisse segundo o “*script cultural*” (Turner, 2008) do mundo da honra, não poderia mais fazer parte dele, se tornando um pária.

Otelo, ao descobrir seu erro, tomado pela necessidade de se redimir, cometeu suicídio. Ele agiu, portanto, como as personagens trágicas que escolhem os caminhos de maior perigo, os mais arriscados, os cheios de grandeza (Suassuna, 2012), os de maior valor social.

Tanto no dilema de palco de Shakespeare do século XVII quanto nos dramas reais do século XXI, o tema da honra está presente. Ela é o Calcanhar de Aquiles de alguns grupos sociais, uma vez atingida, é capaz de gerar um drama social.

Em 2008, no vilarejo de *Baba Kot* no Baluquistão, “três moças decidiram se casar contra a vontade de suas famílias [uma forte instituição social que está acima do indivíduo]” (Appiah, 2012:166). Diferente da modernidade, o mundo da honra não é um lugar de indivíduos, mas de pessoas, pois o “individualismo é necessariamente o rechaço de toda autoridade superior à razão individual” (Guenon, 2001:77). Os dois mundos não podem coexistir sem conflitos.

O mal-estar social provocado com o despontar do indivíduo numa sociedade ainda tradicional, dar início a uma crise, um drama social. Este necessita ser contido, rapidamente, antes que ocorra a ruptura completa entre as partes envolvidas e uma nova ordem seja estabelecida. A violência é utilizada para conter a crise porque o

mundo moderno implica na destruição do mundo tradicional. Elas foram condenadas a morte pelo conselho de anciãos¹⁷ (Appiah, 2012).

Caso, as mulheres não fossem punidas, se tornariam exemplos para outras mulheres que passariam a reivindicar o direito de escolha individual. A crise inicial não seria contida, e, provavelmente, a quarta fase do drama social seria inaugurada, significando a separação completa entre as partes envolvidas: os partidários do mundo da honra e do mundo moderno (Turner, 2008). De um lado, o código de honra se atenuaria na medida em que as mulheres se tornassem independente da autoridade do varão (Pitt-Rivers, 1968). Por outro lado, logo, a organização social antiga patriarcal seria suplantada atribuindo novos papéis a homens e mulheres.

3.3. O Status Social e a Honra: a Figura do Rei

Honra significa distinção social, “e não se confere apenas por status real, mas deriva da interação social em todos os níveis de uma sociedade [...] É a apresentação sempre da realidade do poder, seja militar, político, social ou econômico, apoiando-se no consenso de uma comunidade” (Hobbes *apud* Pitt-Rivers 1968:515).

A honra pode ser definida como o reconhecimento respeitoso por palavras ou signos de valores ou posições de outros. Portanto, honro a uma pessoa por reconhecer seu título, se ela tiver, e por tirar-lhe o meu chapéu, ou por ceder um lugar de precedência a esta. Desse modo, reconheço o seu valor, e ao mesmo tempo, me considero seu inferior (*Catholic Encyclopedia*, 2013).¹⁸

Etimologicamente a palavra honra deriva do fato de o rei conceder terras ou privilégios de impostos cedidos aos seus servidores ou partidários de destaque, transformando, assim o favor real na “fonte da honra” quer dizer na dignidade social e nas vantagens econômicas (Pitt-Rivers, 1968).

A honra está, igualmente, relacionada ao prestígio, à riqueza e às posições sociais. Em algumas sociedades, existem ainda as categorias hospitalidade e caridade, porque “a beneficência transforma o poder econômico em honra” (Pitt-Rivers, 1968:518). Para Marcel Mauss:

o prestígio individual de um chefe e o prestígio de seu clã estão mais ligados ao dispêndio e à exatidão em redistribuir conforme o uso as dádivas aceitas, de modo a transformar em obrigados aqueles que obrigaram. Aqui, o consumo e a redistribuição são

¹⁷ Ver também a obra “Em honra de Fadime, Assassinato e Humilhação” da escritora Unni Wikan.

¹⁸ Verbetes: honra <<http://www.newadvent.org/cathen/07462a.htm>> acesso em 18 de Abril de 2013.

realmente sem limites. Em certos *potlatch*¹⁹ deve-se gastar tudo o que se tem e nada conservar. É uma disputa de quem será mais rico e também o mais loucamente perdulário (2003:237-238).

A disputa por quem será o mais rico é, ao mesmo tempo, uma corrida por quem será o mais honrado. O mesmo se apresenta na sociedade Mediterrânea em que “as interações entre pessoas são sempre caracterizadas pela competição com outros pelo reconhecimento” (Moxnes, 1968:20).

O mundo da honra é um mundo de trocas de favores, gentilezas e afrontas. Reconhecer o outro como digno de honra é estabelecer uma reciprocidade. Negá-la quer dizer que não o reconhece como parte desse mundo e, portanto não compartilha os mesmos valores, por isso não é digno de respeito, tornando-se um pária. Em síntese, ser reconhecido como mulher e homem honrado, implica na estima pública (Appiah, 2012).

A distribuição da honra em uma sociedade estratificada concorda com o status social, honra atribuída ao nascimento. Na sociedade medieval, o senso de honra ordenava-se partindo da aristocracia que o desfrutava devido ao seu poder, seu valor e sua proximidade ao rei até chegar aos que careciam da honra em absoluto: “os hereges e os proscritos, os que se dedicavam a ocupações infamantes e aos condenados por infâmia” (Pitt-Rivers, 1968:517). A honra está estritamente relacionada às categorias sociais e a posição que cada pessoa ocupa dentro da sociedade.

Trocas de bens, mulheres, prestígios, lutas violentas, só assumem uma dimensão organizadora da sociedade na medida em que um sistema de valores, que pode ser traduzido em vários termos próximos da idéia de honra, está em ação (Pitt-Rivers & Peristiany apud Rohden, 2006:114).

“A luta pela honra tem lugar só quando a superioridade é valiosa e pouco segura” (Pitt-Rivers, 1968: 518). Ela é um ponto melindroso, há apenas uma linha tênue que separa a honra da vergonha, qualquer ação inapropriada pode acarretar um conflito, desequilibrando as bases sobre as quais aquela sociedade se estrutura (Turner, 2008).

¹⁹ *Potlatch*: “Termo da língua índia *nootka* que significa <<dar>> e designa um dom ofertado por motivos de rivalidade ou de provocação [...] O *Potlatch* consistia em os chefes ou os membros da aristocracia oferecerem solenemente riquezas a um rival para o desafiar ou dominarem”. In: Dicionário de Etnologia.

3.4. Do Pundonor à Proibição dos Duelos

O pundonor, o ponto-de-honra, surgiu nas cortes da Itália renascentista pela necessidade de estabelecer um código de comportamento para regular as competições que envolviam o valor da honra. “Foi, portanto, uma instituição pseudolegal que governou a esfera da etiqueta social onde a lei não era competente ou se recebia mal” (Pitt-Rivers, 1968:519). Quatro séculos de discussões foram necessários para estabelecer “os pretextos das ofensas, as formalidades do desafio, o duelo e as circunstâncias pelas quais se julgava que a honra se perdia ou se redimia [se lavava – grifo nosso]” (1968:518)

Os desafios, muitas vezes, respondidos na forma do duelo, representavam uma maneira de regular a violência entre as famílias. A origem da “palavra duelo vem do italiano, *duello*, Lat. *Duellum*- forma antiga *bellum*- de *duo*, *dois*” (F.S; X,1955:711)²⁰. Em seus tempos de glória, era comum, as pessoas perguntarem: “Quem lutou ontem?” ou, quem vai lutar hoje?”(p.713). Era, portanto a expressão de um fenômeno social. O duelo é “um premeditado encontro entre duas pessoas, com arma mortal, de acordo com regras convencionais, com o objetivo de resolver uma briga pessoal ou decidir um ponto de honra” (F.S; X, 1955: 711).

O pundonor europeu estabelece que somente as pessoas de mesma posição social podem responder à afronta. Questão também observada entre os *Kabyles* onde a “honra de um homem não podia ser impugnada por quem não era seu igual” (Bourdieu, 2002). A ofensa ou a infidelidade de um inferior deveria ser castigada, pois não afetava a honra seu superior (Pitt-Rivers,1968).

Havia uma agravante quando a ofensa era infligida em público. É ela, a opinião pública o tribunal encarregado de julgar o infrator da regra. Na sociedade *Kabyle*, ela é responsável por garantir que “o ofendido aceite jogar, segundo as regras do jogo; subtrair-se ao desafio é a única atitude condenável” - não se censura o vencido por ter cumprido seu dever - “se ele é vencido de acordo com lei do combate, ele é vencedor de acordo com a lei da honra” (Bourdieu, 2002:64).

O homem honrado é ao mesmo tempo homem virtuoso e de boa reputação. A respeitabilidade, avesso da vergonha, define-se essencialmente por sua dimensão social e deve, portanto ser conquistada e defendida frente a todos; coragem e generosidade (*elhanna*) são os valores supremos, enquanto

²⁰ O duelo apareceu na literatura shakespeariana, por exemplo, em “Romeu e Julieta”.

que o mal reside na fraqueza e na pusilanimidade, no fato de sofrer sem exigir reparação (Bourdieu, 2002:69).

O ofendido não pode deixar de responder ao insulto, sob pena de banimento do grupo. Segundo as regras, é estritamente proibido delegar a outrem a sua obrigação, a menos que a sua idade, seu sexo, estado de saúde ou status eclesiástico, o impeça de agir. Quando um ato que fere a honra ocorre na presença de testemunhas, os envolvidos são obrigados a reagir. Não é possível fingir o desconhecimento do fato, todos participam daquilo que presenciam (Pitt-Rivers, 1968).

[...] a tradição cultural não oferece nenhuma possibilidade de escapar ao código de honra, é no momento da escolha que a pressão do grupo se exerce com mais força: primeiro, pressão dos membros da família, prontos para substituir o faltoso já que, como a terra, a honra é indivisível e a infâmia de um atinge todos os outros; pressão da comunidade clânica e aldeã, pronta a condenar a covardia ou complacência (Bourdieu, 2002:66).

A pessoa que sofreu o insulto não pode demorar em respondê-lo, os membros da família podem lembrá-lo do seu dever. Se não agir, outro poderá tomar atitude que lhe cabe, fazendo com que fique desonrado perante todos os membros da comunidade. Diante disso, o sujeito não tem muita escolha, “compreende que se expõe às conseqüências conjuntas da covardia e da vingança, ele deve decidir-se, “a contragosto” como se diz, ou exilar-se” (Bourdieu, 2002:67).

O pedido de desculpas em público também é um modo de se repara a ofensa. Este, no entanto, só é aceito, quando há possibilidade de reduzir a humilhação ocasionada pelo ato. O pedido significa a negação da intenção de cometer a afronta (Pitt-Rivers, 1968). A intenção de cometer um ato desonroso, já é por si mesmo uma infração à regra, uma vez que se externalizou em atos, torna-se pública.

O famoso duelo entre dois nobres ingleses, o duque de Wellington e o George William Finch-Haton, conde de Winchilsea, é um exemplo da reparação do dano por um pedido de desculpas dentro de um contexto próprio. Se de um lado, o duque exigia a lei da Liberação Católica que significava para os católicos, assento no parlamento britânico, podendo decidir questões políticas, o que desde o rompimento da igreja com o Estado, não era mais possível. Por outro lado, o conde não desejava mudanças, apenas manter a tradição. Esta situação levou-o a acusar publicamente, o duque de conspirar contra a constituição protestante (Appiah, 2012).

Os jornais noticiaram a acusação, levando o duque a reagir. Este, imediatamente, insistiu em que o conde se retratasse publicamente. A crise se intensificou com a recusa deste. O duque o convocou para um duelo. Os dois se encontraram no dia 21 de março de 1829 nos *Battersea Fields*, palco de memoráveis duelos ingleses, já proibidos desde 1760.

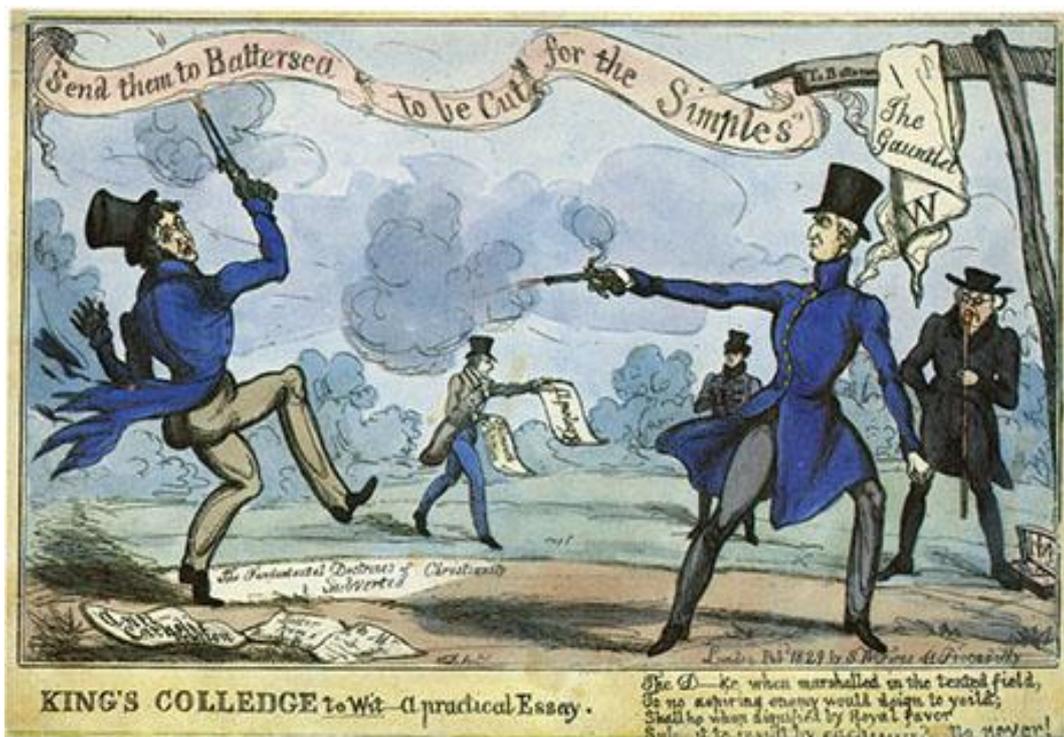


Figura 1: “King’s Colledge [sic] to wit – a practical essay”, de autor anônimo (talvez Thomas Howell Jones). Publicado por S. W. Fores, 41 Piccadilly, 1829. British Cartoon Archive, Universidade de Kent, <www.cartoon.ac.uk> (a contribuição a Jones está no site King’s College London: <http://www.Kcl.ac.uk/depsta/iss/archives/wellington/duel.htm>)” (Appiah, 2012:55)

As leis de proibição, entretanto, não foram suficientes para extinguir os duelos, “enquanto em todos os países da Europa se promulgaram repetidas leis contra os duelos a partir do século XVI, o costume continuou em ampla convivência com as autoridades judiciais, até nosso século” (Pitt-Rivers, 1968:519). Eles seguiam “as convenções da Itália do século XVI e as codificadas em documentos pelo código irlandês²¹”.

A tensão estava num crescendo, tudo parecia caminhar para o rompimento completo entre as partes. Mas, o conde de Winchilsea ao receber um tiro, decidiu pelo improvável- o pedido de desculpas, aceito, imediatamente, pelo duque. O caso ganhou

²¹Também conhecido como os 26 mandamentos.

repercussão nos jornais e provocou comentários da população, que tomavam partido nos acontecimentos. Aproximadamente, duas semanas depois, a lei de Liberação Católica foi aprovada (Appiah, 2012).

O embate entre o duque e o conde é uma competição entre grupos sociais, os protestantes e católicos, que dividiam o país na época, envolvendo ganho de status social e poder de um lado, e perda de prestígio por outro, era, de fato, uma tensão mais profunda do que aparentemente apresentava (Turner, 1982).

O desenlace da história, entre os dois nobres ingleses, foi bem diferente de outro famoso duelo que culminara com a morte do republicano Alexander Hamilton nos EUA, 25 anos antes.

Em Julho de 1804, dois dos políticos mais importantes dos primórdios da república americana, Alexander Hamilton e Aaron Burr, travaram um duelo fatal- isto é, fatal para Hamilton – nas colinas de Weehauken, em New Jersey. Hamilton foi um dos autores dos Papeis Federalistas (1788), que continuam a definir o significado da Constituição americana; foi também ministro da fazenda. Nesse período, Burr era vice-presidente dos Estados Unidos. E a morte prematura de Hamilton - não tinha nem 50 anos- foi um dos grandes escândalos da época. Mas, mesmo acusado de homicídio em New Jersey e New York, Burr nunca foi efetivamente julgado e concluiu seu mandato da vice-presidência, embora muita gente desaprovasse totalmente o que ele havia feito (Appiah, 2012:39).

Aos olhos da lei moderna, o causador de uma morte num duelo deve ser punido da mesma forma que um assassino comum (F.S.; X, 1955: 715). Mas, tanto no caso americano, o mais grave por envolver a perda irreparável da vida, quanto no britânico por violar uma lei de proibição já estabelecida, os envolvidos não foram punidos. No segundo caso, a “norma jurídica oficial entrava em conflito com o consenso social entre a elite britânica” (Appiah, 2012:40), o mesmo se pode dizer entre os americanos, apesar do descontentamento de alguns.

Ao longo da história tudo se transformou. O código de honra relativo ao duelo, em alguns momentos permitidos, foi condenado pela igreja, e, posteriormente, também pelo Estado moderno. Em um determinado período, ele era realizado nas feiras, onde em ocasião de festividade – “permitiam o arranjo das disputas remetendo a decisão ao julgamento divino; era um modo de prova” (Pitt-Rivers, 1968:519).

Na Idade Média, antes da “Revolução Jurídica do século XII”, (Peters, 1985: 51), reconheceu-se a luta privada como uma forma legal de resolução de contendas.

Com o surgimento do Estado moderno, no entanto, pautado no poder centralizado, ocorreu a necessidade de se criar leis universalmente obrigatórias a toda a Europa cristã (*idem:ibidem*). “[Os] soberanos aspiravam tomar o arranjo das disputas das mãos imprevisíveis da divindade e submetê-los a jurisdição dos tribunais” (Pitt-Rivers, 1968:519).

As normas da lei não “satisfaziam os requisitos do homem de honra, pois obrigavam-no a pôr sua honra nas mãos de outros, impedindo-o de redimi-se por si mesmo, a única maneira que se podia fazer” - O Estado moderno tentou devolver a honra com pagamento em dinheiro, algo que não oferece satisfação válida - “O arranjo deste tipo exclui a possibilidade de demonstrar o valor pessoal mediante a exibição do valor próprio” - A honra pede fidelidade as pessoas, e a lei aos princípios abstratos - a primeira - “se relaciona com as pessoas e se centra na vontade, e a segunda reduz as pessoas a categoria jurídicas o que implica o ataque ao princípio fundamental da autonomia pessoal” (Pitt-Rivers, *idem:ibidem*), são, portanto, contraditórias.

No início do século XX, no Brasil, as regras do mundo da honra e do mundo moderno entraram em conflito, num episódio conhecido como a ‘Tragédia da Piedade’. Nesta, o escritor Euclides da Cunha é morto, após tentar *lavar sua honra*. O suposto assassino foi absolvido alegando legítima defesa, mas isto não agradou a opinião pública. Naquela época, ainda, o adultério²² era considerado crime. Para o código de honra, no entanto, o Estado não se podia arrogar a resolução do conflito. A pessoa lesada, no caso o esposo traído, tinha de tomar uma atitude, mesmo que significasse a perda de sua vida.

4. Contexto Histórico:

4.1. A Invasão do Pensamento Europeu e a Ascensão de uma Classe

No Brasil, na segunda metade do século XIX, ainda durante a vigência do regime monárquico e escravocrata, verificou-se uma verdadeira avalanche filosófica européia. O positivismo de Augusto Comte difundiu-se entre a burguesia urbana, graças, sobretudo, ao apostolado desenvolvido por Miguel Lemos e Raimundo Teixeira (Hilton, 1974: 539), em virtude do qual os adeptos dessa corrente filosófica se multiplicaram e começaram a agir com grande ímpeto, em favor de suas idéias. Com elas nasceu também o espírito do futuro regime republicano (Pontes, 1938).

²² No Brasil, a prática do adultério já foi capitulada como crime no artigo 240 do Código Penal, tendo sido revogado em 2005 pela Lei 11.106. <<http://jus.com.br/artigos/7871/adulterio-traicao-e-dano-moral>> Acesso em 13 de dezembro de 2013.

A obra do filósofo francês Augusto Comte já vinha sendo discutida, desde 1850, no Rio de Janeiro, então capital do Império, e berço das ideias efervescentes da teoria positivista. Estas haviam se difundido extraordinariamente entre os estudiosos da matemática, das ciências físicas e naturais e da engenharia civil. O centro de sua difusão foi originalmente a Escola Central, criada em 1858, e em seguida na Escola Militar onde, futuramente Euclides da Cunha seria apresentado ao positivismo (Pontes, 1938). “No positivismo de Comte e no evolucionismo de Spencer, a juventude republicana encontrara uma transgressão das filosofias vazias que dominaram no segundo Reinado” (Lima, 2000: 38).

Desse modo, o melhor da produção intelectual, literária e científica do mundo europeu, principalmente a francesa, ingressou no círculo de conversas da intelectualidade brasileira da época. A filosofia de Stuart Mill, Spencer, Schopenhauer, Hegel, Hartmann, Schelling, Littrée e Laffite, além das teorias de Lamarck e Darwin sobre a seleção natural conquistaram e inquietaram os espíritos mais refinados do País. O mesmo aconteceu na literatura. Onde, primeiro, Balzac, Stendhal e Merimée, e pouco tempo depois “Flaubert, Zola, Daudet, Maupassant, os [irmãos] Goncourts, [...] Dostoiévski, Turgueniev, Tolstoi, Dickens, Meredith, Hauptmann” monopolizavam os interesses dessa elite intelectual, influenciando notavelmente o pensamento social brasileiro (Pontes, 1938: 8).

Essa avalanche de ideias provocou as impaciências filosóficas, os entre choques das doutrinas, as lutas de ideias gerando “efeitos imprevistos” (*idem: ibidem*). No final do século XIX, dois acontecimentos vieram a marcar profundamente o País. O primeiro deles foi o fim da escravidão em 1888; o segundo foi a queda da monarquia e conseqüentemente a instauração da República em 1889 (Lima, 2000).

Esta última se insere no âmbito de um grande movimento que “se operava silenciosamente” (Faoro, 1974: 361). Era um fenômeno complexo, no qual um “setor da sociedade se elev[ou], como camada monolítica, dentro da ordem imperial”, não almejando os títulos da nobreza, mas o status de camada importante na nova ordem republicana. Essa elevação e a conseqüente irradiação de seu novo status, em bloco a todos os seus integrantes, assumiram o “caráter de [um] cataclisma”, de grandes proporções “no equilíbrio do poder reinante, ao deslocar grupos e instituições tradicionalmente ancoradas na maquinaria política” (*idem: ibidem*).

Apesar das honras conferidas ao Exército após suas glórias conquistadas na guerra do Paraguai, seus integrantes não compartilhavam o prestígio dos juízes, bacharéis, políticos e oficiais da Marinha. Continuavam alijados dos tabuleiros em que se jogava o “novo arranjo do poder” (Faoro, idem: 363), o que lhes causava profunda inquietação e ressentimento²³. Graças a sua boa formação na Escola Militar, esses quadros da instituição militar não eram mais iletrados, embora continuassem a ser vistos como caçadores de escravos fugidos.

Cansados dessa subalternidade²⁴, resolveram insurgir-se contra ela, respondendo ao regime monárquico quando este pretendeu engajá-los na assim chamada questão servil - “Nós não somos capitães do mato”. A partir daí tramaram reverter o jogo da mesma forma que os burgueses na Revolução Francesa (Martins, 1996).

A classe de prestígio estava longe de imaginar que tipo de gente se formava na Escola Militar. Com efeito, no “isolamento de seu internato”, uma classe pensante vinha se aperfeiçoando, pois –“o sentimento e a instrução dos militares serviu para constituir uma espécie de ginásio político-literário-militar”. - A República estava por vir – “tudo foi preparado ali numa casta intermédia, interessada nas contendas civis, pela direção do espírito, e ligada ao exército, pela identidade da profissão legal (Monteiro *apud* Faoro, 1974:366).

Em meio a toda essa efervescência social, nasceram Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha e Anna Emília Solon Ribeiro. Ambos os protagonistas de uma tragédia que marcou profundamente o País, sobretudo porque um desses personagens ia notabilizar-se como um grande escritor Euclides da Cunha, o herói nacional que viria a destacar-se por sua luta intransigente no Exército, a favor do republicanismo, utilizando a melhor de suas armas, a palavra, com a qual travou muitas batalhas na redação do jornal *A Província de S. Paulo* (Lima, 2000).

²³ “Pretendesse qualquer oficial, um alferes, um tenente, por bem reputado que fosse, a mão de qualquer moça de família mais notada pela posição e pelos haveres; eram surpresas, pasmos sorrisos de compaixão, mil dificuldades [...]” (Taunay *apud* Faoro, 1974:368)

²⁴ “[...] as portas propulsoras se abriam ante a solicitação de qualquer bacharelzinho saído de fresco das escolas, mas que contavam com patronos no senado, na política e na alta administração” (Taunay *apud* Faoro, 1974:368),

4.2. A Origem de Euclides da Cunha e o Drama Social da Campanha de Canudos

Gênio da literatura e intérprete do Brasil, Euclides da Cunha não nasceu em berço de ouro. Seu pai, Manoel Rodrigues Pimenta da Cunha era “baiano de origem, exercia o ofício de guarda-livros nas fazendas de café da região do Paraíba do Sul” (Lima, 2000:5). Em algum momento de sua vida fora vendedor de escravos. “De fazenda em fazenda, entregue às exigências da profissão veio a conhecer D. Eudoxia Moreira” (Pontes, 1938:11), filha de pequenos proprietários (Lima, 2000). Lá, em Cantagalo, “uma das zonas da região fluminense que mais atraíam os filhos das outras províncias [pela prosperidade]” (Pontes, 1938:11), casaram-se Manoel Pimenta e Eudóxia Moreira.

A união do casal significou, para Manoel a possibilidade de mudar de profissão, levando vida rural numa pequena propriedade de terra (Lima, 2000). Mas isto não lhe agradou. “É bem possível que pensasse em comprar escravos, pois o trabalho servil prevalecia na comarca. Não se encontravam trabalhadores libertos. As senzalas eram as colméias de todos os fazendeiros” (Pontes, 1938:12).

Em 1866, o casal recebia na família o seu primeiro filho, Euclides que nascera num ambiente social inquieto, fortemente marcado pelas conturbações geradas pela guerra do Paraguai. “Sua mãe débil e nervosa, conceder-lhe-ia a herança dessas tristes influencias” (Pontes, 1938: 13). Um ano depois nasceu a segunda filha, Adélia. Mas, logo a senhora Eudóxia adoeceu. A tuberculose a enfraqueceu, provocando sua morte precoce. Desde então, os dois filhos pequenos, Euclides com três anos e Adélia com apenas um, viveriam, doravante em casa de parentes dada à ausência do pai, sempre, justificada pela necessidade de trabalhar (Pontes, 1938).

Mais tarde, Euclides recordaria dos seus momentos de infância nas cidades de São Fidelis no norte fluminense e Nova Friburgo e Teresópolis na região serrana da província. A propósito dizia o escritor: “esse alpestre de Therezopolis, onde passei os mais verdes annos e me cresci, de sorte que a adorável villa fórma o scenario mais longinquo das minhas recordações e das minhas saudades” (*apud* Pontes, 1938: 15).

Apesar da origem simples, Euclides, cadete do exército, transitava na classe média urbana da sociedade brasileira, numa época em que a carreira militar tinha chegado a ser “a melhor profissão do país” (Venâncio Filho, 1938:6). No Exército, entretanto, sua vida foi marcada por altos e baixos, em vários momentos criou conflitos, o que levaria sua expulsão em 1888. Leopoldo M. Bernucci rememora “o

incidente provocado por seu espírito inquieto de jovem republicano, quando afrontou o ministro da Guerra do Império, Tomás Coelho, na Escola Militar” (2009:24).

José Murilo de Carvalho descreve esse incidente com maiores detalhes:

Segundo a versão do próprio Euclides, transmitida oralmente a amigos, ele atirou ao chão a arma em protesto contra os colegas que apresentaram armas ao ministro e não deram, de acordo com que tinham combinado, um viva à República. “Infames” gritou ele na ocasião. “A mocidade livre cortejando um ministro da Monarquia!” O episódio repercutiu na imprensa e nas duas casas do parlamento, e provocou a exclusão de Euclides do Exército, por incapacidade física, em 14 de dezembro desse ano [1888] (Carvalho, 2009:28).

A fama de Euclides no meio militar resultara, em grande parte, por ter ele abraçado a causa republicana²⁵, o que lhe possibilitou freqüentar a casa do Major Frederico Solon de Sampaio Ribeiro, pai de Anna Emília, sua futura esposa, e homem de grande projeção social: “A carreira militar de Frederico Solon é histórica e ele figura nos compêndios escolares como o Major Solon Ribeiro, aquele que foi um dos proclamadores da República” (Andrade, 1987:19).

Euclides da Cunha e os militares tinham em comum os ideais positivistas. Sua paixão se mantém fervorosa até sua ida à Canudos, na qualidade de correspondente do jornal *A Província de São Paulo*. Nesta guerra entre os republicanos e um grupo de camponeses do sertão, liderado por Antônio Vicente Mendes Maciel²⁶, o Antônio Conselheiro, sofrera uma grave decepção.

²⁵ A “eloquência”- de Euclides – “em defesa do republicanismo só fez crescer o seu prestígio entre os militares e republicanos. Entre dezembro de 1888 e Julho de 1889, sob tutela de Júlio de Mesquita, editor do jornal *A Província de S. Paulo* (hoje O Estado de São Paulo), publica quatorze artigos protestando veemente contra o Império de Pedro II e exortando os leitores a abraçar a nova causa revolucionária que estava fermentando. No período seguinte (1890-1892), serão mais trinta e cinco artigos sobre assuntos diversos publicados no jornal Democracia (RJ) e em *O Estado de S. Paulo*. (Bernucci, 2009:24).

²⁶ “...E surgia na Bahia o ancoretta sombrio, cabelos crescidos até aos ombros, barba inculta e longa; face escaveirada; olhar fulgurante ; monstruoso, dentro de um hábito azul de brim americano; abordado ao clássico bastão em que se apóia o passo tardo dos peregrinos...” (*Euclides da Cunha*. In: Coutinho, 1966:202). [...] “O profetismo tinha, como se vê, na sua boca, o mesmo tom com que despontou na Frígia, avançado para o Ocidente. Anunciava, idêntico, o juízo de Deus, a desgraça dos poderosos, o esmagamento do mundo profano, o reino de mil anos e suas delícias” (p.208). [...] “A exemplo dos seus comparsas do passado, Antônio Conselheiro era um pietista ansiando pelo reino de Deus, prometido, delongado sempre e, ao cabo, de todo esquecidos pela igreja ortodoxa do século II” – “Abeirava-se apenas do

Na verdade, “os inimigos” da República, não passavam de simples jagunços, homens, mulheres e crianças, que defendiam a forma de vida do regime monarquista, modelo da sociedade tradicional. Euclides apelidara esse episódio de “A Nossa Vendéia” numa “aproximação histórica dos acontecimentos do sertão da Bahia e os da Vendéia da França (1793-1796), uma revolta de camponeses e nobres franceses, católicos e monarquistas, que se opunham ao princípio da Revolução de 1789”. Esta revolta detalhadamente descrita n’ *Os Sertões: Campanha de Canudos* significou na história do País, o embate entre a sociedade moderna e tradicional (Moreira, 2009:29).

A obra *Os Sertões: Campanha de Canudos*, quando publicada fora considerada “um tratado de Sociologia e Antropologia” (Venâncio Filho, 2009: 42). Por ocasião da morte de seu autor, o jornal italiano *Fanfulla* estampava: “Seu livro, sobre a revolta de Canudos, é uma obra de pulso, e seu estudo sobre a questão de fronteiras, entre Brasil e Peru e Bolívia, pô-lo em lugar de destaque, no meio dos especialistas de semelhantes assumptos” (*apud* Correio da Manhã, 3^a, 17 de Agosto de 1909).

O solo do Brasil, Euclides Cunha o estudou, o descreveu nos Sertões no duplo caráter de cientista e poeta que era; percorreu-o, colhendo, para sua obra monumental as flores da única poesia de que se deixou dominar, a investigação científica. Do Brasil, paciente e genialmente, estudou e descreveu o homem e o meio. (S. Paulo *apud* Correio da Manhã, Terça feira, 17 de Agosto de 1909).

Um homem inteiramente convicto das ideias republicanas cede lugar ao homem descontente, que ansiava, ainda, por ver seu ideal se concretizar. No discurso de posse do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Euclides dizia - “Eu me considero um grego transviado nas ruas de Bizâncio” (Venâncio Filho, 2009: 41). Aos poucos a certeza de que “a vitória, porém, [era] infalível e próxima” – foi se transformando em uma grande dúvida - o grito de “Viva a República” se abafara (*apud* Lima, 2000:13). O seu entusiasmo se convertera em angústia, desejava vingar os sertanejos mortos no conflito de Canudos - “Serei um vingador e terei desempenhado um grande papel na vida- o de advogado dos pobres sertanejos assassinados por uma sociedade pulha, covarde e sanguinária” (*apud* Lima, 2000:25). Na verdade Euclides desconhecia o adversário quando optou por criticar o movimento de Canudos, tudo que sabia antes vinha de fontes secundárias.

A obra de Euclides da Cunha é o espelho da sua vida. Por trez vezes elle pretende fugir aos decretos das inclinações. Primeiro

catolicismo mal compreendido” (p.209) [...] “Prenunciava-o a República – pecado mortal de um povo – heresia suprema indicadora do triunfo efêmero do Anticristo” (p.232).

quer ser militar, quando os ânimos sacudidos pelas veheências da guerra civil, creavam a atmosfera asphyxiante. Depois pensa em ser engenheiro, quando os castigos da profissão só abriam as encruzilhadas dos empregos sem encantos ou relevo” (Pontes, 1938:10).

Euclides fora, a princípio, um simples cadete do Exército, inconformado, que se tornou, em seguida um grande escritor, intérprete do Brasil. Seu prestígio como escritor, no entanto, não lhe conferia privilégios econômicos. A instabilidade financeira era seu “tendão de Aquiles”.

4.3. Euclides e Anna: Casamento e Traição.

O casamento de Euclides da Cunha com Anna Emília Sólton Ribeiro já aconteceu no regime republicano. Segundo Judith de Assis, filha de Anna, eles tinham-se conhecido por ocasião de um festejo em que se comemorava a Proclamação da República, na casa do Major Solon. A menina Anna Emília²⁷, filha do anfitrião, estava lisonjeada pela proximidade de um jovem sobre quem ouvira tantos comentários de admiração. Também a beleza de Anna o encantara de imediato. Escreveu-lhe, então: “Entrei aqui com a imagem da República e parto com a sua imagem” (*apud* Andrade, 1987:25). Ela²⁸ se pôs logo a sonhar seu casamento com Euclides, o grande herói da República. Ele havia conquistado uma belíssima noiva, um ótimo casamento aos olhos da sociedade.

A proclamação da República aconteceu em 15 de novembro de 1889, e os jovens se casaram, em menos de dois meses, “em 10 de Janeiro de 1890” (Andrade,1987:27). Vieram, rapidamente, os filhos. A primeira, Eudoxia, morreu com apenas “quatro meses de idade” (*idem:ibidem*), vitimada da varíola. Em seguida, nasceram, Solon Ribeiro, Euclides Filho e Manoel Afonso (Andrade, 1987).

Com o decorrer dos anos, surgiram as dificuldades financeiras e de convivência do casal. Euclides abandonara a carreira militar, o que foi um pesar para seu sogro. Via-se, portanto, obrigado a ganhar seu sustento como engenheiro civil.

²⁷ Anna Emília nasceu em Jaraguão no Rio Grande do Sul em 18 de Junho de 1875.

²⁸ Anna Emília lembra a personagem *Julie* do romance “A mulher de Trinta Anos” de Honoré de Balzac. Quando Julie, ainda menina, se apaixona pelo coronel Victor d’Aiglemont, o pai a aconselha: “Ah, bem, minha criança: ouça. Muitas vezes, as jovens criam imagens nobres, maravilhosas; imaginam figuras totalmente ideais e fabricam idéias quiméricas sobre os homens, sobre os sentimentos e sobre o mundo; depois inocentemente, elas atribuem a algum homem, as perfeições que elas mesmas sonharam, confiam nele e amam, no homem escolhido, essa criatura imaginária; entretanto, mais tarde, quando já não há mais tempo de se livrar da desgraça, a aparência enganadora, que elas tanto embelezaram, o seu primeiro ídolo, finalmente se transforma em um esqueleto terrível” (Balzac, 2013: 31-32).

Tornava-se cada vez mais difícil não aceitar solicitações de trabalhos em terras distantes. “Fala[va] em ir para Venezuela ou para as Guianas, a serviço do Ministério do Exterior” (Anna apud Tostes, 1990:17). Aceitara, vários convites de trabalho, a contragosto de sua esposa que pensava: “Que ele arranje uma situação fixa, permanente, aqui, no Rio. Não quero sair daqui. Gosto daqui. Fora do Rio de Janeiro não tem Brasil civilizado. Interior pra mim é passado que não desejo mais” (apud Tostes, 1990:25).

A péssima situação financeira da família, enquanto Euclides chefiava, a convite do Barão do Rio Branco, a Comissão de Demarcação dos Limites do Acre, no Alto Purus, obrigou Anna a tomar algumas atitudes. Primeiro, enviou os dois filhos mais velhos, Solon e Euclides F^o, para um internato. Depois, para reduzir as despesas decidiu morar na pensão *Monat* com o filho caçula, Manoel Afonso. Lá, estavam instaladas duas amigas, Angélica e Lucinda Ratto. Certo dia, surpreendeu-se com a visita de um jovem aspirante do Exército, Dilermando de Assis, que, como descobriu mais tarde era sobrinho das senhoras Ratto (Andrade, 1987). Tinha idade para ser seu filho, mas isto não lhe parecia um impedimento:

O amor não tem idade. A Rainha Isabel da Inglaterra amou desesperadamente ao Duque de Essex e por ele também foi amada, e ela tinha o dobro da idade dele. E se fosse ao contrário? Dilermando tivesse 34 anos e eu 17?(Anna Emília apud Tostes, 1990:16).

Anna, diríamos de bom grado, a mulher de trinta de Balzac,²⁹ não desistiria tão fácil dessa paixão. No período de férias dos filhos, alugou uma casa. O destino pareceu conspirar a seu favor. Suas amigas pediram a Dilermando que se hospedasse na casa para lhe fazer companhia, aproximando-os ainda mais. Pareciam ter se esquecido completamente da existência de Euclides da Cunha em terras longínquas (Andrade, 1987).

Os momentos de alegrias, no entanto, foram interrompidos, subitamente pela volta daquele de quem há muito tempo não se tinha notícia. Em janeiro de 1906, Euclides voltou ao Rio de Janeiro, essa aparição inesperada obrigou os três a viverem sob o mesmo teto para não despertar qualquer tipo de suspeita. Meses depois, Dilermando partiu para o Rio Grande do Sul a fim de estudar na Escola de Artilharia do Exército (Andrade, 1987).

²⁹ Honoré de Balzac (1799-1850), considerado um grande romancista, nasceu na cidade francesa *Tours*.

De uma hora para outra a situação de Anna se inverteu: estava grávida, longe do amante e perto do marido. Foi tomada, então, por uma grande angústia, pois, carregava em seu ventre uma criança que poderia ser tanto de Dilermando quanto de Euclides. Só o tempo poderia dizer, simplesmente, quem era o pai (Tostes, 1990).

Em julho de 1906, nasceu um menino registrado como Mauro Ribeiro da Cunha. Para que fosse filho de Euclides, só haveria uma explicação, nascera prematuro. O pequeno teve vida breve. Dilermando, em gozo de férias, retorna ao Rio, pouco depois disso reencontra Anna e os dois retomaram seu romance interrompido. Daí resultou, o menino Luiz, também ele registrado como filho de Euclides da Cunha (Andrade, 1987).

Em 1909, Dilermando retornou definitivamente para o Rio de Janeiro e para os braços da sua amante. Euclides, já advertido por conhecidos sobre o que se passava, tinha acessos de fúria, Anna Emília decidiu viajar para Roma com uma noiva, sua irmã Alquimena. Temerosa das possíveis reações de seu marido saiu de casa dizendo que ia fazer uma visita à sua mãe. Não demorou, contudo, para Euclides inteirar-se da verdade. Diante dos fatos, o marido traído tomou a decisão de “lavar a sua honra” (Andrade, 1987), tal como previsto no código de honra (Appiah, 2012).

A partir daí, a tragédia era fato anunciado. Cinco vidas foram atingidas diretamente: Euclides foi morto por Dilermando de Assis; Dinorah de Assis, irmão de Dilermando, amigo dos filhos de Anna e cúmplice no segredo da traição, foi atingido pelo escritor na coluna vertebral e, em consequência disso, ficou hemiplégico³⁰, cometendo suicídio doze anos depois; Euclides Filho ao tentar vingar a morte do pai, se curvando aos preceitos da tradição (Pitt-Rivers, 1968) também foi morto por Dilermando; Anna e Dilermando sofreram uma espécie de linchamento pela opinião pública (Canetti, 1983). Estes foram às principais *dramatis personae* da ‘Tragédia da Piedade’ que entraram para a história.

³⁰ Hemiplégico referente a hemiplegia - paralisia de um dos lados do corpo. In: Verbete. *Novo Dicionários Aurélio*. Ed. 13ª. Editora: Nova Fronteira.

5. As *Dramatis Personae* da ‘Tragédia da Piedade’

5.1. Os Protagonistas do Drama

5.1.1. Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha



Figura 2: Euclides da Cunha
Fonte: <http://bp1.blogger.com/>

De Euclides “restam apenas os livros escritos num período febril, projetor insatisfeito, e a recordação dos amigos que pregavam tanto quanto admiravam” (Venâncio Filho, 1938: 41). Admirado e estimado por seus amigos, ele ficou conhecido na sua vida pública como gigante das letras, exegeta do Brasil.

Era um homem, não modesto, porque era humilde. Ruy Barbosa, que com ele conviveu, chamou-o “eruditíssimo e doutíssimo.” Batista Pereira, que herdou essa amizade e a admiração, disse dele: “cabeça de Salomão”. E Waldomiro Silveira: esse assombro do engenho, de cultura e de bondade”. Não tinha um diploma, mas sabia tudo: arte, ciência, literatura, história, paleografia, política, direito e tudo isso com humildade e timidez, quase desculpando-se de saber tanta coisa, numa curiosidade insatisfeita e multiforme (*apud* idem: *ibidem* 16).

De certo, valorizava a amizade acima de tudo: “Depois da sabedoria é a amizade o maior presente dos deuses, escrevia Cícero, acrescentando, no seu ensaio celebre, o conselho sábio: Preferi a amizade a todos os bens, exceto a virtude, sem a qual não poderia existir” (*apud* *ibidem*, idem: 11). Esta declaração é reveladora, porque a

palavra virtude no “mais amplo sentido do termo significa a excelência da perfeição de uma coisa e, o seu contrário, é justamente a ausência da perfeição”³¹. Tal como um ator de teatro que quer desempenhar muito bem o seu papel, para ser reconhecido, também Euclides deseja representar seu papel social de acordo com o padrão estabelecido para ele na sua sociedade, pois a perda da virtude significa, ao mesmo tempo, a perda do seu status, por não desempenhar de forma excelente aquilo que era o seu dever (Linton, 1970).

Costumava levar às últimas conseqüências o senso do dever. Dizia que “só havia uma desculpa plausível para não se comparecer em certas ocasiões: a certidão de óbito” (Venâncio Filho, 1938:22). Certa vez, necessitava ir a Vitória para honrar um compromisso. Decidiu sair de barco mesmo debaixo de tempestade, apenas depois de uma advertência do capitão, resolveu esperar a tormenta passar, e naquele instante proferira a mesma frase que diria uma personagem das tragédias shakespearianas ou gregas: “Se eu morresse, tinha uma bela morte, a morte no cumprimento do dever” (p.25).

Posteriormente, quando ficou em segundo lugar no concurso para a cátedra de lógica do Colégio Pedro II na qual tomou posse, apenas por influência do Barão do Rio Branco, a sua consciência não o deixava em paz. Pensava que “não [era] por ser republicano que aproveit[aria] a oportunidade para ter um bom cargo” (Lima, 2000:30).

Euclides era um adepto da ciência - “a única religião em que acreditava sem saber que a tomava por religião” (Lima, 2000:23). Fora considerado um ateu convicto, mas a refutou tal opinião ao seu respeito:

Somente porque não freqüento a igreja ou não saio rezando nas procissões, puseram-me na mesma roda dos singulares infelizes que usam do ateísmo como usam as gravatas – por chic; e para se darem ares de sábios ... Então, eu não creio em Deus? Quem teria propalado esta calúnia? Ah! Meus pobres amigos que me acusam de ateísmo. Mal sabem que também rezo. Rezo sem palavras, na perpétua adoração das coisas e na minha miserabilíssima e falha ciência sei positivamente, que há alguma coisa além do que sei e que não posso definir (*apud* Tostes 1990:48-49).

³¹ <<http://www.newadvent.org/cathen/15472a.htm>> acessado em 27 de janeiro de 2014.

Poucos dos seus seguidores conheceram a insegurança que o atormentava, em grande parte, fruto de uma infância marcada pela ausência materna, e também paterna. Suas memórias no-lo revelam um homem assombrado:

S'Aninha não está em casa...A risada que me acorda é maldosa é irônica... O Embuçado... este seu sorriso bárbaro...Cavaleiro das Trevas, negro mensageiro da noite!... Quem sabe tudo isso não passa das conseqüências do estado malarioso em que vivo – herança das que febres apanhei no Amazonas (*apud* Tostes 1990:49).

Era tido como um “pessimista, mas [que] conheceu o riso. Emocionava-se não só com as coisas tristes, mas também com as alegres” (Venâncio Filho, 2009:42). Era, no entanto, um homem de “temperamento solitário, arredo, mas impetuoso” (Lima, 2000:7); “um temperamento difícil” - e- “explosivo” (Venâncio Filho, 2009:41). Era um homem muito frágil, afetivamente inseguro, “dominado por um gênio forte e um caráter temperamental - que alguns chamariam de doença” (Bernucci, 2009:24). Havia uma diferença entre a figura pública de Euclides e sua figura privada. Se para os intelectuais, era um herói nacional, para Anna Emília era apenas um marido. Este é Euclides da Cunha, um dos personagens principais dessa tragédia.

5.1.2. Anna Emília Solon Ribeiro



Figura 3: Anna Emília Solon Ribeiro (jovem)
Fonte: Livro “Anna de Assis: História de um Trágico Amor”

Anna Emília era filha de um militar que chegou a marechal, uma menina sonhadora quando conheceu seu primeiro marido, aos 14 anos. Mais parecia a personagem Julie do romance de Balzac no momento em que se encantara pelo coronel Victor d’Aiglemont, na verdade mais pela farda dele, a representação das

glórias, do que por ele em si. Anna vendo o mundo com seus olhos de menina, pensou que se casaria com um herói de guerra.

Transformou-se numa mulher de posições fortes que “não [era] de recuar na briga. [...] Detest[ava] irresoluções, dúvidas, excesso de escrúpulo[...]” (Anna Emília *apud* Tostes, 1990:14) . No decorrer da sua vida, revelou ser uma mulher de “inflexível comportamento”, fruto de uma herança paterna (Andrade, 1987:20). “Anna da Cunha [foi] sempre uma mulher independente” – segundo uma de suas filhas - “isto não era comum” (p.32). Como senhora Cunha, era a dona do seu lar, administrava sua casa e a educação dos filhos.

A imagem de uma mulher romântica e, ao mesmo tempo, decidida, é a pintura que o livro “Anna de Assis: História de um Trágico Amor” deixa como recordação. De acordo com o depoimento do seu sobrinho neto³² a própria família via nela duas formas distintas: de um lado a mulher vanguardista que rompeu com os padrões de uma época, servindo, inclusive de paradigma para *Tulinha*³³, que a via como um ícone; e do outro lado como uma mulher que havia envergonhado a família pela a insistência em seu relacionamento com Dilermando de Assis, mesmo casada com Euclides da Cunha.

Após a morte de seu marido, e não obstante, a rejeição de seus familiares e amigos e, o rótulo de adúltera que os jornais lhe atribuíam, recusou-se a abandonar Dilermando, prestando-lhe ajuda durante todo período em que esteve na prisão. Buscava nos doces, sua fonte de renda. Já casada com Dilermando, Anna de Assis fez de tudo para preservar sua união. O matrimônio do casal fora abalado pela morte de Euclides Filho quando este, num duelo travado com seu padrasto para “lavar a honra” de seu pai, foi, por sua vez, abatido a tiros. Mas nem isto fora suficiente para separá-los. O que só aconteceria no momento em que Anna descobriu a relação extraconjugal do seu marido. Nesta ocasião saiu de casa com os filhos, proferindo a seguinte frase que ficou famosa: “você é único homem que não tinha o direito de prevaricar” (Andrade, 1987:159).

Sozinha, sem auxílio do marido, por um tempo, cuidou do sustento dos filhos com os seus dotes de cozinheira. Os bolos de milho eram uma de suas

³² Entrevista que realizei com a ajuda do professor Arno, em 19 de Julho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

³³ Tulinha é a sobrinha de Anna que cresceu ouvindo a história da tia.

especialidades. Mais uma vez, revelando a herança paterna de fortaleza interior, levou anos sem falar com Dilermando. Numa conversa que os dois tiveram a portas fechadas, já no final de sua vida, não o perdoou. Negara-se a dar-lhe o beijo do perdão que ele havia implorado (Eluf, 2009).

Num episódio em que envolveu Anna e sua neta, numa briga judicial pelo direito autoral das obras de Euclides, alegava que estes direitos a pertenciam, uma vez que se sentia responsável pelo o que Euclides escrevera. “Sou herdeira legítima das obras de Euclides. Seus *copi-rights* me pertencem. Não abro mão dos meus direitos” (Andrade, 1987: 231). Esta é a nossa personagem, primeiro, a menina Anna Emília que se tornou Anna da Cunha e com a morte do marido, entrou para história como Anna de Assis.

5.1.3. Dilermando de Assis



Figura 4: Jovem Dilermando de Assis
Fonte: <http://velhaguardacarloskluwe.blogspot.com.br>

Dilermando Cândido de Assis é o personagem desse drama que aparece nos relatos como um jovem de dezessete anos, bonito, loiro, alto de olhos azuis, exímio atirador, “filho e sobrinho de militares gaúchos” (Carvalho, 2009:28). Na época do romance, já era órfão de pai e mãe (Andrade, 1987).

Apaixonou-se por Anna, tornou-a sua amante e em virtude das circunstâncias resultante dessa situação viu-se obrigado a matar Euclides da Cunha em legítima defesa. Condenado pela sociedade, Dilermando foi absolvido pelo Conselho de Guerra com este argumento. Isto, porém, não foi suficiente para redimi-lo aos olhos da

opinião pública. Para esta continuou sendo o assassino de um homem que nada mais fizera do que cumprir o seu dever, defendendo sua honra (Assis, 1916).

Casado com Anna Emília, Dilermando fora, por um tempo, um pai carinhoso e marido amável. Mas, os anos o tornaram um homem rude com a esposa e com filhos. O adultério fora neste sentido a gota d'água, levando ao fim do relacionamento. Ele relutou, no começo, em auxiliar financeiramente os filhos que haviam preferido viver com a mãe (Andrade, 1987).

A culpa de ter deixado a mulher consumiu-o daí por diante. Vinte e cinco anos depois da separação, em ocasião da doença de Anna, Dilermando lhe fez um pedido de perdão, um beijo que não lhe fora concedido. Após a morte da ex-esposa em 12 de maio de 1951, ele sofreu vários enfartes, e finalmente um derrame cerebral. Em seu leito de morte confundindo a filha Judith com Anna, pediu-lhe um beijo de amante:

Eu fui, dei um beijo nele. Mas, ele me segurou. E gritou: Não.Não. É aquele beijo. Eu consegui me desvencilhar e fugir. Eu tentava sair do quarto e os meus irmãos, o próprio médico, me seguravam e pediam para que aceitasse o beijo do meu pai. Voltei chorando, aproximei-me da cama, do rosto dele. Então, o meu pai me deu um beijo na boca. Me deu um beijo de amor. Ele estava completamente alucinado. Depois do beijo, ele caiu na cama, e disse: Ela me perdoou. E apontava para o alto, erguia os dois braços. Ela perdoou (Judith de Assis apud Andrade, 1987:278).

Dilermando de Assis faleceu em 13 de novembro de 1951. Entrou para história como personagem da 'Tragédia da Piedade' que escrevera sobre a qual três livros³⁴ tentando convencer a sociedade da sua inocência. E em outras palavras, buscava, também ele, "lavar sua honra".

³⁴ Ver livros publicados em anexo I – Cronologia dos fatos.

5.2. Euclides Filho e Dinorah de Assis: as outras vítimas fatais da tragédia.

5.2.1 Dinorah de Assis



Figura 5: Dinorah Cândido de Assis
Fonte: <http://advivo.com.br/blog/gilberto-cruvinel/>

O jovem Dinorah Cândido de Assis, cúmplice do irmão e de Anna Emília no romance extraconjugal, foi considerado “a vítima esquecida de Euclides da Cunha” (Acélio Dauat³⁵ *apud* Andrade, 1987: 165). Ele foi ferido por Euclides na coluna vertebral, junto à nuca (Assis e Andrade, 1987:72). Embora, sua carreira não se interrompesse de imediato, aquela bala cravada anunciava um futuro pouco promissor. Disputou, ainda, campeonatos futebolísticos em agosto e setembro de 1909, e nos anos seguintes até 1911. “Somente em 1913, em São João Del Rei, foi extraída, pelo Dr. Ribeiro da Silva, a bala que atingiu a espinha dorsal. Já então, estava muito doente, em consequência desse ferimento” (Andrade, 1987: 175).

Sua carreira fora interrompida pelo problema de saúde. O menino que desde cedo já tinha “fama de ser excelente zagueiro” – era – “[e]xemplo de lealdade, honrando a farda gloriosa da Marinha que envergava nas ruas e a camisa alvinegra do valente Botafogo com que aparecia nos campos” (Jornal carioca *O Sport*, 24 de junho de 1929 *apud* Andrade, 1987: 167-169) - tivera seu brilho juvenil ofuscado: suas “carreiras na escola Naval e como jogador de futebol” foram destruídas. Dinorah ficara hemiplégico (Acélio Dauat *apud* Andrade, 1987: 170).

³⁵ Escreveu um artigo sobre Dinorah de Assis para o jornal *Folha da Tarde* de Porto Alegre, em 22-10-1946.

Desceu “de degrau em degrau, na sociedade, chegando a se ver obrigado a estender à mão a caridade pública” (Jornal: A Rua (RJ), 19 de Janeiro de 1915). Mendigando, “aleijado, apoiado num bastão”, assumindo, portanto, o papel de pária, se juntou ao corpo de rejeitados da sociedade. “E esse personagem, o único que resta em cena, diante de três cadáveres, há de exclamar, como o desventurado Édipo: - “Oh Deus! que quiseste fazer de mim?” (Acélio Dauat *apud* Andrade, 1987: 171).

As glórias, os elogios e a estima pública se transformaram em fracasso e vergonha, sua morte social fora decretada. Ele buscou no álcool e nas casas de prostituição um refúgio. “Acabou por contrair sífilis, que devido à saúde combalida, progrediu rapidamente” (Eluf, 2009:106). Morreu em 1921 na cidade de Porto Alegre (RS), dando cabo da própria vida.

5.2.2. Euclides da Cunha Filho (*Quidinho*)



Figura 6: Euclides da Cunha Filho criança.
Fonte:<http://tarauaca100anos.blogspot.com.br>

Euclides da Cunha Filho, o terceiro da prole de Anna e Euclides, também conhecido como *Quidinho*, sofria pressões da sociedade para vingá-lo. Ele também tinha que respeitar o código de honra para evitar a vergonha (Appiah, 2012). Ainda menino, por meio de uma carta que escreveu a mãe, falou das fofocas que o incomodava. A propósito pediu-lhe que não fosse visitá-lo, apesar de apreciar seu

carinho, porque: “como sabes a língua é pérfida e injuriosa. Vindo aqui poderão os espíritos obnubilados falarem. Dirão que me dou com o assassino do meu pai, pois estás casada com ele” (*apud* Andrade, 1987: 115).

De acordo com os costumes do mundo da honra, cabe aos varões, por ordem hierárquica a partir do mais velho, “lavar a honra” de sua família. Solon Ribeiro, o filho primogênito de Euclides, fora morto numa emboscada no Amazonas em 1915. Por isso, coube a *Quidinho* a tarefa da vingança, mesmo contra sua vontade. Curvando-se, desse modo, a sutil, mas a imperiosa vontade social, ele tentou matar Dilermando, mas foi morto por este. Euclides da Cunha Filho entrou para história como mais uma vítima fatal da tragédia.

6. Drama Social

Como já se comentou anteriormente³⁶, o drama social é uma crise de raízes profundas fruto de um abalo na estrutura social, iniciando uma sucessão de quatro fases: (1) a infração de uma regra consuetudinária ou de costume, rompendo as relações sociais formais; (2) a intensificação da crise; (3) a ação corretiva quando os mecanismos de controle são acionados, e se falharem a quarta fase é inevitável; (4) rompimento completo entre as partes envolvidas ou a reintegração. Nesta fase, todos estão postos na arena - “um quadro explícito” – da situação – “nada permanece meramente subentendido. A ação é definida, as pessoas falam com franqueza; as cartas estão sobre a mesa. Pode haver intrigas nos bastidores, mas o palco é a arena aberta” (Turner, 2008: 124).

Todas as sociedades possuem regras, do norte ao sul do mundo, as do passado e as do presente. Elas são estabelecidas por grupos que, em momentos de conflitos, no período liminar, rompem as antigas para estabelecerem uma nova organização social³⁷.

A ascensão de uma ordem social implica na decadência da outra. O *betwixt and between*³⁸ é o período em que os dramas envolvendo escândalos são suscetíveis. A sociedade se divide em dois pólos: aqueles que desejam manter a ordem e os que querem transformá-la. Pessoas peculiares surgem quebrando o protocolo e causando

³⁶ Ver prólogo p. 10

³⁷ Norbert Elias (1995) em “*Mozart, a sociologia de um gênio*”, analisa o drama que envolveu a vida de Mozart, um burguês vivendo numa sociedade de Corte, desejando ser um indivíduo em um lugar em que se valorizava as pessoas e suas posições sociais.

³⁸ A expressão pode ser traduzida por ‘nem lá nem cá’.

comentários da opinião pública. No momento de transição, as identidades sociais se confundem, assim como o senso de certo e errado (Turner, 1967). Todos estão postos na arena - “um arcabouço – seja ele institucionalizado ou não que funciona manifestamente como um cenário para a interação antagonística cujo intuito é chegar a uma decisão publicamente reconhecida” (Van Velsen *apud* Turner, 2008:123).

A Tragédia da Piedade é, portanto, um drama social. Os personagens estão postos na arena – Euclides da Cunha e os seus amigos estão de um lado da arena, e Anna Emília e Dilermando de Assis estão do outro. Cada ação consciente ou inconsciente provoca uma reação no adversário até o desenlace, o clímax.

6.1. O Roteiro Etnográfico da Tragédia

No final do mês de setembro de 1905, enquanto o consagrado escritor Euclides da Cunha chefiava a comissão de demarcação dos limites do Acre em Alto Purus, sua esposa, Anna Emília estava na capital do Brasil, Rio de Janeiro, residindo na pensão *Monat* com o filho caçula Manoel Afonso, os dois mais velhos moravam, a essa altura, num internato. A crise financeira familiar obrigou-a diminuir as despesas. “A pensão *Monat*³⁹ era ótima e barata” (Andrade, 1987:42). Longe do marido e dos filhos pôde gozar a agradável companhia das amigas Lucinda e Angélica Ratto⁴⁰. A pensão lhe oferecia divertimentos que não teria no isolamento de sua casa, os saraus eram um deles (idem, *ibidem*).

Anna Emília estava casada com Euclides há quinze anos. A menina deslumbrada, que entrara na igreja e dissera sim, transformara-se numa mulher preocupada com a aproximação da velhice, angustiada por não aproveitar os anos da sua mocidade (Tostes, 1990). Da mesma forma que Julie poderia pensar: “O

³⁹ Esta era uma ‘pensão familiar’, distinguindo-se dos demais estabelecimentos do gênero, onde costumavam acontecer encontro íntimos entre casais.

⁴⁰ “Dona Lucinda Ratto, tendo vindo de São Paulo para esta capital no anno de 1905, foi se hospedar na pensão *Monat*, então situada na rua Senador Vergueiro, em Botafogo, onde também residia em companhia de seus três filhos, *Sólon, Euclides e Manoel Afonso*, a esposa do dr. Euclides Cunha. D. Anna Cunha domiciliara-se naquela pensão, porque seu esposo tinha partido para o Acre, em comissão do governo. Tempos decorridos chegou a esta capital Dilermando de Assis, que, vindo de São Paulo, trazia para d. Lucinda Ratto uns livros, que lhes foram entregues. Foi nessa ocasião que se avivaram mais as relações de Dilermando com d. Anna, que chegará aconselhá-lo, conforme diz d. Lucinda que se installasse igualmente na pensão. O desejo foi satisfeito (*O Correio da Manhã*, quinta feira, 19 de Agosto de 1909; grifo nosso)”. – No livro de Andrade “Anna de Assis: História de um Trágico Amor” consta que os filhos mais velhos estavam num internato e não junto com a mãe.

casamento, a instituição em que hoje se apóia a sociedade, leva-nos a sentir, sozinhas [...]” (Balzac, 2013: 104)

Esta solidão logo teria fim com a chegada do aspirante do Exército Dilermando de Assis, “um deus louro”- que veio na primavera - “Deus pagão, de alguma lenda nórdica, que o destino fez atravessar em meu caminho” (Anna Emília *apud* Tostes, 1990:16). O espírito da jovem sonhadora e romântica despertara. Chamaria, mais tarde, às duas amigas de “os gênios bons” (idem:ibidem), pois o rapaz era sobrinho delas.

Anna e Dilermando se apaixonaram. Dilermando viu encantos numa mulher de trinta anos que não veria numa jovem. Talvez comungasse com Balzac a propósito das qualidades inerentes a esta fase da vida:

Para um jovem, em uma mulher de trinta anos existem encantos irresistíveis; [...] uma mulher madura conhece todas as extensões dos sacrifícios a serem feitos [...] Armada de uma sabedoria quase sempre paga com sofrimentos e caro demais, a mulher experiente que se entrega parece dar mais do que a si mesma enquanto a moça, ignorante e crédula, se nada sabe, nada sabe comparar, nada avaliar; aceita o amor e o analisa [...] Uma se desonra sozinha, a outra destrói uma família inteira em nosso favor [...] Ao chegar aos trinta anos, a mulher pede a um jovem para devolver-lhe a auto-estima que a ele sacrifica; vive só pra ele, cuida de seu futuro, deseja-lhe uma vida bela, cheia de glórias; ela obedece, implora e comanda, rebaixa-se e se eleva, sabe consolar mil acontecimentos, enquanto a moça só sabe gemer (Balzac, 2013:121-122).

Anna se viu, de uma hora para outra, infringindo as leis da sociedade (idem: ibidem) ao trair o seu marido. Alugou “uma casa na rua Humaitá e lá vive[u] dias, semanas, meses de uma paixão intensa e exaltada” (Andrade, 44:1987). Um bilhete interrompeu tudo: “*Estou a bordo do Tennyson. Mande-me buscar. Euclides*” (idem:ibidem). Diante das circunstâncias, a esposa foi com seu amante recebê-lo para evitar suspeitas.

Um compromisso de honra obrigou-me a esse vexame. Retirar-me naquele instante, tendo permanecido em companhia de sua mulher durante tantos meses, seria denunciar o extremo a que chegaram as nossas relações. Eu tive que o fazer, para evitar mal maior. Errei? Não errei? Quem poderá dizê-lo? O maior erro já estava consumado. O certo é que sofri bastante (Dilermando de Assis *apud* Andrade, 44-45, 1987).

O marido voltava para casa; para sua família; para sua esposa, para a cama dela. “Na mesma noite do dia em que voltou, dormimos juntos, afinal ainda somos marido e mulher. Veio com fôlego de gato. De meia dúzia de gatos. Diria melhor de

bode; de galo quando pula do poleiro de manhã cedo” (Anna Emília *apud* Tostes, 1990:15). Só, havia alguém que, em segredo, perturbava a harmonia daquele lar: Dilermando. Ele quebrara a convenção familiar. Anna passou a viver sob o mesmo teto com os dois homens: o marido e o amante - “Daqui a quantos meses, se nascer um filho, nem eu saberei de quem é. Se dele [de Euclides] ou de quem eu amo de verdade” (idem:ibidem).

Por solidariedade, talvez, alguém enviou um bilhete anônimo para Euclides comunicando-lhe o que se passara na sua ausência. Quando consultada, Anna nega tudo:

Por um instante, tive ímpetos de lhe dizer que era verdade. Ainda bem que me contive. Foi melhor para todos. Reagi, lançando-lhe em rosto de covardia de quem se escondia para não se ferir. Como é que ele ia dar crédito a infames bilhetes anônimos? Jurei-lhe que jamais iria profanar meu corpo, que só a ele pertencia. Que ele me matasse, acaso julgasse o contrário. Antes, morrer do que ao menos pensar em quebrar o juramento que lhe fiz de ser fiel até o fim da vida (*apud* Tostes, 1990:15).

A traição espiritual foi a única coisa que admitira ao marido. “Euclides disse que não dava importância o que tivesse podido pensar, uma vez que seu corpo não fora profanado” (Andrade, 1987: 47). Mas, a semente da desconfiança estava lançada.

Desconfortável com a situação, Dilermando partiu, sem saber da gravidez de Anna, para o Rio Grande do Sul onde continuaria sua formação na escola de Artilharia do Exército. Tudo parecia terminado. Aqueles dias não passariam de belas recordações.

No ventre de Anna, entretanto, crescia uma criança, uma espécie de “dedo acusador” (Anna Emília *apud* Tostes: 1990:15). O seu segredo estava ameaçado.

Consultei o Dr. Érico. É amigo, é de confiança. Explicou-me. Se a criança nascer de 180 dias da concepção, é de D. Nascendo depois de 180 dias, tanto do ponto de vista da medicina como da lei, será de Euclides. Nem ele nem eu poderemos dizer o contrário. Muito menos o meu querido. Será crime, Nem que eu diga que a criança é filha de outro, de nada adiantará. A filiação “adulterina” não seria registrada. Será sempre filho de Euclides. Tivemos relações, assim que chegou. Vivemos juntos. Não há saída (Anna Emília *apud* Tostes, 1990:18).

Até o nascimento do menino Mauro, em julho de 1906, Anna viveu angustiada. Tinha medo que Euclides descobrisse sua falta e que a sua família visse-a desonrada. Naquela época, seria difícil encontrar solidariedade por parte de amigos e

familiares, pois cometera uma falta grave. O pequeno, contudo, faleceu logo⁴¹. Velando o corpo do menino – dizia:

Sete dias te amamentei, e era a minha vida que transferia para teu corpinho frágil, repousa aqui, sob a indiferença de uma campa, onde um símbolo aritmético que perpetua para mim a lembrança do número de dias em que te apertei nos braços. Sete dias vivos; um dia - morto. Morto? Perdoa-me se digo mal. Vivo, sim. Mauro, mouro, moreno agalopado no tempo, como um guerreiro do Islã, alfange em riste, a investir contra a eternidade. Lá, onde os anjos te receberão, se já não te receberam, e onde eu te encontrarei quando, livre das quimeras e desenganos, mergulhar na concha do infinito, para conviver contigo, para sempre, nesses azuis sem fim, aonde só os anjos e os inocentes como tu são transportados (*apud* Tostes, 1987:27).

Euclides registrou-o como Mauro Ribeiro da Cunha, seu filho. Após, o luto pela morte do bebê, Anna continuou a viver ao lado de seu marido e filhos. No mês de janeiro de 1907, contudo, Dilermando retornou à Capital para passar férias. Soube ali, tudo que se tinha passado (Assis, 1916). A paixão latente, imediatamente, uniu Anna à Dilermando. Mais um capítulo da história começava a ser escrito, quase uma reprise da primeira parte. Anna engravidou. Desta vez, tinha certeza de que o filho era de seu amante⁴². Ao fim das férias, ele retornara à Porto Alegre (RS). Arriscou-se, novamente, insistindo no relacionamento, mesmo a distância. Em sinal de carinho, trocavam cartas.

Muito sinto não poder abraçar-te em adeus.
Que fazer?! Assim, o quis fatalidade, assim o quis o destino.
Haverão de nos consolar e nos amar ainda mais, não é? Pouco tempo haveremos de estar separados e este servirá para aumentar a sede de nosso amor mais irracional, mais terno, mais enlaçado em que nos haveremos de rolar como umas conchas levadas e trazidas pela maré que beija as areias da praia, saudadas por um sol cheio de vida e de calor como para nós é a esperança que nos dá alento e conforto. Abraça bastante a nossa flor por mim, beija-a e suga-lhe o perfume e o mel como as abelhas para ouvir-me, (ilegível) ainda que pouco,

⁴¹ Para explicar morte da criança há dois relatos: (1) – depoimento de Judith, filha de Anna - “[Anna] implorava para que ele lhe entregasse a criança, mas o marido não cede aos seus suplicios. O pequeno Mauro faleceu e foi enterrado por Euclides no quintal da casa. Ele mesmo comunica a morte do menino a esposa que o chama de assassino. A criança morreu porque fui impedida de amamentá-la. Perdi meu filho que morreu de inanição (Andrade, 1987:54). (2) – depoimento de Norma Cunha, neta de Euclides - A versão veiculada no capítulo 7 do livro Anna de Assis, as páginas 53 e 54 é não somente aberrante, mas falsa. Segundo os autores, Anna teria deixado Euclides enterrar o cadáver do filho no quintal da casa, silenciando o crime, ocultando o cadáver e nada dizendo a polícia nem ninguém até a morte (Tostes, 1990: 27).

⁴² Há duas afirmações contraditórias para paternidade de Luis no , de um lado, Tostes, marido da neta de Euclides da Cunha, sustenta que o menino é filho de Euclides. Do outro lado , Judith, filha de Anna, afirma que de Dilermando é o pai.

pois não sou egoísta. Adeus, beijo-te muito, e sou só teu (Dilermando de Assis apud Andrade, 1987:59).

Os rumores e as fofocas, logo, advertiram Euclides do que se passava. Max Gluckman (1963) em *Gossip and Scandal* considera que: [...] “os valores do grupo são claramente afirmados em fofocas e escândalos, já que um homem ou uma mulher é sempre condenado por falhar em viver de acordo com esses valores” (p.313). Foram eles que intensificaram a crise entre o casal, inaugurando, portanto, a segunda fase do drama social postulada por Victor Turner (2008), a intensificação da crise.

Anna estava próxima dar à luz, quando Euclides doente de hemoptise⁴³, “grita[va] , exasperado, que não se afast[asse], que permane[cesse] ao seu lado e prov[asse] ser sua mulher. Estende[u] a bacia de sangue” - e lhe propôs um ordálio⁴⁴, isto é: provar sua inocência através de um desafio, a partir daí ela seria culpada ou inocente do que lhe acusavam – “Beba. E prove assim que me ama” (Andrade, 1987:53). Anna recusou.

A preocupação com as atitudes do marido, logo, cederia lugar à alegria da maternidade. O menino Luiz nascera saudável, aos nove meses. Anna tratou, rapidamente, de escrever uma carta ao amante, comunicando-lhe a graça do nascimento. Em novembro de 1907, ele participava da felicidade de ter um filho. Euclides, no entanto, se referia ao pequeno como “a espiga de milho em meio ao cafezal”⁴⁵ (Assis, 1916).

Anna continuava esperando Dilermando como uma menina espera pelo seu primeiro namorado. Ele preencheria seu vazio. Sua esperança era que acontecesse uma espécie de milagre para livrá-la da situação na qual se encontrava.

Estou cansada deste casamento. Não me atrai o papel de D. Anna... Nem de chegar à velhice ao lado de um cadáver ambulante, e sem maior espaço que o desta casa, enquanto lá fora a juventude, a força, a beleza, a saúde, o vigor de meu

⁴³ A definição de **hemoptise** engloba qualquer **sangramento proveniente das vias aéreas inferiores**, seja pulmonar ou da árvore brônquica. <http://www.medicinanet.com.br/conteudos/revisoes/1870/hemoptise_e_hemorragia_alveolar.htm> acesso em 13 de setembro de 2013.

⁴⁴ Os Ordálios foram uma forma de se obter evidências da inocência ou culpa de uma pessoa, por meio de provas em que se acreditava ter a intervenção divina. A pessoa acusada era submetida aos ordálios, quando não se podia provar a inocência ou a culpabilidade por meios de provas comuns. Então, a justiça divina era consultada, porque Deus na sua onisciência não permitiria que uma pessoa inocente fosse punida. Ele interveria com um milagre, se necessário, para revelar a verdade. Os Ordálios foram conhecidos e praticados por várias pessoas da antiguidade e, ainda hoje, está presente em tribos não-civilizadas < <http://www.newadvent.org/cathen/11276b.htm>> acessado em 16 de fevereiro de 2014.

⁴⁵ Palavras que lhe eram atribuídas por Dilermando.

amor me prometem um mundo de felicidade. Ele me rejuvenesce. Quem me dera morrer agora, enquanto sou amada. Meu Deus! Eu não quero ficar velha! Eu não quero ficar indesejada! (*apud* Tostes, 1990:19).

Além de cansada do casamento, seguia alentando um sonho. Sua mãe teve de entrar em cena para impedi-la de romper o matrimônio. Iniciou-se, então, a terceira fase do drama social (Victor Turner, 2008) aquela na qual costumam acionar-se os mecanismos de controle ou de regeneração do tecido social. Dona Túlia tentou chamá-la à realidade, recordando-lhe os sacrifícios que uma mulher precisa fazer em prol de sua família (Andrade, 1987). Parecia-se a *Julie* que não queria continuar vivendo “descontente como uma atriz que não soube representar bem o seu papel” (Balzac, 2013:98). Continuava, neste sentido, a desafiar “as leis da sociedade”, que lhe exigiam fazer feliz o seu marido (idem, *ibidem*: 77)⁴⁶. Desse modo, os conselhos de sua mãe não surtiram efeito. O primeiro dos mecanismos de controle tinha-se revelado, portanto, ineficaz.

Os irmãos e amigos de Anna, entretanto, continuavam a pressioná-la. Mas, ela não desejava, em definitivo, “conviver desordenadamente com o escritor”, pois mantinha “viva sua união com Dilermando” (Andrade, 1987:57). Não se curvaria aos apelos. Com o ímpeto de uma Solon Ribeiro dizia: “Não há Madalenas. Só Madalenas. Mulher não pode ter desejo.” (*apud* Tostes, 1990:14).

Anna continuava, pois, dando rédea solta aos seus anseios. No passado, buscara o amor nos braços de Euclides – “quando meu corpo cheio de tremido o procurava, nos bons tempos em que era a esposinha, dona de casa” [...] “gritava de amor (*apud* Tostes 1990:16). Euclides, por sua vez, condenava o amor-paixão. Considerava-o um “não amor – um desvario”; “um desejo impulsivo, que explode fulminante, como faísca elétrica atraída ao pára-raios” (*apud* Tostes, 1990: 48). Aquilo que Euclides desprezava, era o maior anelo de Anna, justamente aquele que seu amante satisfazia:

Mas eu sei que foi ele quem revelou em mim o quanto de amor acumulei, inutilmente durante esses dezesseis anos que estou unida a Euclides ? [...] Depois [de conhecê-lo], senti que sou alguém. Nasci com o condão da sensibilidade. Para amar. Amar *perdidamente*, aqui ou além, pouco importa, mas amar. Amor de um homem? Sim, mas de *um homem que seja um deus*. Poderão me chamar de ambiciosa. Acusar-me de

⁴⁶ Angústias da personagem Julie do romance de Balzac são igualmente as de Anna.

impudor. Ignoram *que eu toda sou alma*, ambição de amar, que nada mitigue e farte (*apud* Tostes, 1990:16; grifo nosso).

Ao jovem deus louro de olhos azuis, ela clamava – “Meu amor! Meu amante!” (*apud* Tostes, 1990:16), enquanto Euclides, severo, condenava este mesmo sentimento, com palavras duras: “amor blasfemo, insano, sensual. Propositadamente erótico, até à indecência [...] Amor veneno, como de Tristão por Isolda... Amor paixão, incompatível com as leis que regem o mundo [...]” Para ele, o verdadeiro sentimento amoroso era “sofredor e benigno”, “aquele que se porta com a decência”, (*apud* Tostes, 1990:48).

Anna Emília, ao invés, acusava “os homens”, num verdadeiro libelo em favor das mulheres:

Os homens inventam filosofias que servem muito para eles, e depois querem nos forçar a pensar da mesma maneira. Um dia, ainda há de aparecer uma mulher filósofa que mude tudo isso. Mudar? Sim. Por que não? Mudaram o império em república, as províncias em estados, a Corte em Capital Federal. Quem sabe venham mudar também em relação as mulheres (*apud* Tostes, 1990:14; grifo nosso)

Vivia, neste sentido, um drama análogo ao da Julie de Honoré de Balzac, como ela, uma mulher de trinta, para a qual o casamento “era conveniente aos olhos da sociedade, mas - horrível na realidade” (Balzac, 2013:97). Para ilustrar este ponto, bastaria reler o relato do jornal *Correio da Manhã* de 18 de Agosto de 1909:

Desde o regresso [da casa do sogro] de d. Anna, o casal vivia debaixo da maior exaltação de ânimos e de rixas, prolongando-se esse estado de coisas até quarta feira, 11 corrente. Neste dia, d. Anna, a pretexto de que iria procurar uma casa, para mudar-se, depois de violenta alteração com seu esposo, retirou-se de casa para a de sua progenitora, no Campo de S. Cristóvão, onde pernitoou. No dia seguinte, isto na quinta feira, d. Anna esteve na estação da Piedade, para onde foi em companhia de seu filho Lulu e de Dinorar, a fim de ir falar com Dilermando, regressando para São Cristóvão, no mesmo dia. No dia seguinte, sexta feira, à noite, depois de ter d. Anna se dirigido novamente para casa de Dilermando, esteve na casa de sua sogra, em São Cristóvão, o Dr. Euclides Cunha, a quem exprobando o procedimento de sua esposa, della se queixava amargamente allegando que aquella situação não poderia continuar[...]No sabbado, não tendo sua esposa regressado à casa, o dr. Euclides Cunha estava, com isso, perturbado, promettendo que poria um termo na situação (Correio da Manhã, 18 de agosto de 1909)⁴⁷

⁴⁷ Depoimento das senhoras Ratto.

Entretanto - “Poucos percebem a crise de excitação sopitada” – era preciso, neste sentido, ser mais do que um amigo comum, para que Euclides lhe fizesse confidências - “As magoas ficam-lhe no peito, cahindo as gottas, formando cavernas sombrias” (Pontes, 1938: 282).

Em *A Vida Dramática de Euclides da Cunha*, Eloy Pontes contava, ainda, que, face ao “desfecho trágico de um film americano”, Euclides, tomado por forte emoção, teria dito alto e bom som: ‘É assim que eu compreendo’ (*idem:ibidem*)⁴⁸.

Os passos subseqüentes da tragédia encontram-se registrados nas folhas do processo; nos depoimentos publicados pelos jornais da época; nos demais livros escritos sobre o drama, e na biografia de Euclides da Cunha. Caminhavam, todos, portanto, para o clímax, para o desenlace trágico.

O penúltimo dia da vida de Euclides da Cunha – 14 de agosto de 1909 – tinha raiado, como resulta, claramente, do processo:

[...] no sábado, 14 de agosto, [Euclides] chamando [Euclides Filho], assim como seus irmãos Sólon e Affonso, lhes dissera que eles não tinham mais mãe, que Euclides ficaria no ginásio, que Sólon se empregaria e que outro iria para um colégio; Sólon disse que ainda esperaria o dia seguinte e iria procurar pela [mãe], dando-lhe Euclides, a quantia de mil-réis (Anna Emília *apud* Eluf, 2009: 45)⁴⁹

Por um momento, pareceu haver, ainda, uma esperança de reconciliação do casal: Euclides mandara o filho, Solon Ribeiro, buscar a mãe (Andrade, 1987).

Cerca de seis e meia horas da tarde, estava no quarto da casa em que residia com seu pai quando foi chamado por ele; indo à sua presença, lhe disse seu pai: sua mãe é adúltera, não dormiu na casa da mãe dela, e não tendo dormindo aqui, em algum lugar há de estar (Anna de Almeida Lima *apud* Eluf, 2009: 46- 47)⁵⁰.

Solon estava disposto a trazê-la de volta para casa, mas não havia logrado o seu intento. Dilermando o impedira, dizendo-lhe que esperasse o amanhecer. Todos os mecanismos de reconciliação tinham, pois, falhado. Inaugurou-se, então, a quarta fase do drama social, aquela em que pode ocorrer a reintegração do grupo social

⁴⁸ Teria confessado ao seu amigo Coelho Netto depois de uma sessão de cinema em que discutiam sobre o filme. Eloy Pontes, infelizmente, não disse o nome do filme.

⁴⁹ Cf. Fls. 152 a 160.

⁵⁰ Ver depoimento em Anexo II : Cf. Fls. 167 e 168.

perturbado ou reconhecimento do cisma: as partes em conflito se separam definitivamente.

Ao anoitecer daquele dia, Euclides mostrava-se “bastante agitado”⁵¹, (como revelava O Correio da Manhã de 18 de agosto de 1909.

[...] sentado à mesa de jantar tomando um café juntamente com as senhoras Ratto, que estavam em sua casa, perguntara a uma dessas senhoras o que merecia uma mulher que traía o marido, respondendo dona Angélica que o marido devia matar a mulher e que em seguida devia cuspir sobre o rosto dela (Anna Emília *apud* Eluf, 2009: 45).

Angélica e Lucinda Ratto, tias de Dilermando de Assis, aconselharam-no a matar Anna Emília. Lembraram-lhe como se tratava uma mulher que havia cometido uma falta⁵². Outrora amigas de Anna, desejavam, agora, vê-la punida.

O tempo ia passando. Anna Emília e seu filho Solon não retornavam. Diante disso, cada vez mais, Euclides ia se convencendo de que não lhe restava outra coisa senão *lavar sua honra*. A vergonha, o escárnio público, e o banimento social pareciam-lhe, cada vez menos, uma alternativa aceitável. Diante dessas circunstâncias, e pressionado a tomar uma decisão, exclamou em tom exaltado - “Basta!”⁵³. Fizera sua escolha. Traçara seu destino.

No domingo, logo depois de se levantar da cama, Euclides da Cunha chamou seu filho, como ele, chamado Euclides e, entregando-lhe a chave de seu cofre de segurança, disse-lhe que a guardasse, pois encerrava a segurança de seu futuro. E como notasse que essa declaração alarmara o espírito de creança, o escriptor ajuntou bondosamente que dizia aquilo temendo que lhe acontecesse algum desastre (Correio da Manhã, sexta feira, 20 de Agosto de 1909).

Em seguida, Euclides deixou o menino, o qual viu pela última vez. Partiu para concluir sua vingança. Mas, antes, precisava de uma arma. Pensou, imediatamente, no primo Nestor da Cunha. “Visita tão matinal”, - no entanto - “precisava de uma explicação” (In: Andrade, 1987: 82). Contou-lhe, desse modo, da existência perturbadora de um cão hidrófobo. Numa pequena conversa, o primo lembrou-lhe que

⁵¹ Depoimento das irmãs Ratto.

⁵² No romance *Colomba* de Merimée, a personagem feminina, Colomba, tem a obrigação de lembrar o homem da família, neste Caso Orso, a necessidade de vingar a morte do pai. As mulheres não podem “lavar a honra”, mas são encarregadas de lembrar os que tem o dever de fazer.

⁵³ Ver depoimento completo de Euclides da Cunha em Anexo III.

era aniversário de morte de seu pai, o tio Antônio, como Euclides costumava chamá-lo. Este, logo, pensou que era uma grande coincidência⁵⁴.

Tinha, agora, tudo de que necessitava para executar sua vingança: “um revólver *Smith and Wesson*, calibre 22” (Andrade, 1987: 82:), que acabara de conseguir e o endereço dos irmãos Assis, que lhe fora fornecido pelas irmãs Ratto. Estava decidido a “matar ou morrer” (In: Andrade, 1987:67-72)⁵⁵. Seguiu, então, viagem para o bairro da Piedade. Lá, caminhando pela Estrada Real, buscou, atentamente, a casa de número 214. Fez algumas perguntas, pediu informações, até que, enfim, encontrou o endereço que procurava. “Diante do portão, em frente ao jardim, seu coração estremeceu mais uma vez” (Dantas *apud* Andrade, 1987: 87)⁵⁶

Naquele minuto, talvez tivesse hesitado, pensando em voltar para casa. Mas, algo o impelia a continuar. Este algo era sua consciência do dever. Após ter enfrentado e vencido “o clima, o beribéri, a febre, a fome, a sede, os peruanos, as cachoeiras, os rios e as florestas, os naufrágios”, e sua própria “gente” – na “longa missão em Alto Purus” – e os “jagunços de Antônio Conselheiro”; ele não permitiria que a esposa e o amante ofuscassem as glórias que conseguira com ardor em muitas batalhas. Não se tornaria um “covarde”, permitindo que se destruísse a sua reputação, a sua imagem. Ele era, afinal, um homem honrado (In: Tostes, 1990: 55)⁵⁷.

Noutros tempos, quando o duelo ainda era permitido, talvez Euclides tivesse agido conforme preconizava o rito: sacramentaria um padrinho, o qual teria a função de entregar um bilhete convocando o adversário para o duelo. Neste pedacinho de papel, estariam especificados data, hora e local apropriado para o desafio. Caso o desafiado não aceitasse, sendo ambos da mesma posição social, estaria, doravante, desonrado (Pitt-Rivers, 1968).

Quando, por fim, Euclides se deparou com a casa que vinha buscando, partiu para o confronto. Adentrou a moradia dos irmãos Assis com ímpeto e, numa reação brusca, alvejou o jovem Dinorah que morava junto com o irmão. Apareceu, logo, Dilermando, seu adversário. Os dois travaram, em seguida, o que se poderia chamar

⁵⁴ “Visita tão matinal exigia uma explicação. Euclides deu-a simplesmente: __Anda lá por perto um cão hidrófobo que me tem inquietado. Você não dispõe de um revólver?... Os primos tentaram conversar. Lembrou Nestor que aquele dia era o aniversário da morte de seu pai, tio de Euclides. __Do tio Antônio? Que coincidência...” – Passagem contada por Sylvio Rabello, o biógrafo de Euclides da Cunha (In: Andrade, 1987: 82).

⁵⁵ Ver anexo IV - Depoimento de Dilermando de Assis publicado pela Revista *Diretrizes*: Euclides da Cunha não foi assassinado”, publicado em 13/09/1941.

⁵⁶ Ver passagem completa em anexo VI.

⁵⁷ Ver documento completo em anexo III.

de uma espécie de duelo des-ritualizado, ou 'selvagem'. Os dois adversários não cumpriram, por assim dizer, as regras do rito convencional. Este duelo foi lembrado numa charge:



Figura 7: Duelo entre Euclides da Cunha e Dilermando de Assis

Fonte: <http://diariodonordeste.globo.com/materia>.

Euclides acusava-o de pertencer a uma “corja de bandidos”. Anos mais tarde, Dilermando contaria, em depoimento, que lhe dissera para fugir, pois não queria machucá-lo. Como, no entanto, Euclides não quisesse escutá-lo, e tratando de defender-se, tinha atirado contra o escritor:

Precavidamente, temendo uma possível emboscada, penetro na sala de visitas. Chego até a porta e vejo Euclides caído, junto à escada, acionando desesperadamente a tecla do gatilho e pronunciando palavras confusas: Bandidos...Odeio...Honra... Euclides ouve gritos de D.Anna e dos meninos, escondidos na despensa e caminha até à sala de jantar. Que pretendia ele?[...] Temia, por outro lado, a sorte de Anna e dos meninos [...] vi também Euclides de revólver em punho, movendo agitadamente a cabeça, como que à procura do local de onde partiam os gritos (*Dilermando de Assis*. In: Andrade, 1987:67-72)⁵⁸.

O Correio da Manhã, de 20 de agosto de 1909, narrou os fatos da seguinte maneira:

“Euclides ia retirar-se, estando já no jardim quando Dilermando, armado ainda de seu revólver, chegou a porta de casa e disse:

⁵⁸ Ver reportagem completa em anexo IV.

- Rua, seu cachorro! Assim insultado Euclides ia a responder o desaforo, quando Dilermando o alvejou em pleno peito, disparando a arma”⁵⁹

A esta altura Euclides estava morto, Dinorah e Dilermando feridos. Na manhã daquele domingo, na Piedade, Sólon, Euclides Fº e Manoel Affonso perderam o pai. E Anna ficara viúva.

Os amigos de Euclides foram, rapidamente, avisados: “A notícia chega confusa a casa de Coelho Netto – “Euclides gravemente ferido, traga Afrânio. Aturdido, Coelho Netto imagina a hypotese de desastre,” (Pontes, 1938:283). Esta haveria de confirmar-se logo em seguida. Quando chegou à casa de Dilermando, espantou-se ao ver “numa cama o cadáver de Euclides da Cunha transpassado de balas” (idem:ibidem). No dia seguinte, falaria à Câmara sobre a morte de seu amigo – “o grande moço patriota, o heróe, o angelino, o genial Euclides Cunha” – “um dos mais robustos representantes literários da língua portugueza”. (*O Correio da Manhã*, Terça feira, 17 de Agosto de 1909):

Ali chegando, ante uma casa de aspecto miserável, pareceu-me, de improviso que estava entrando, páginas adentro, pela obra do grande mestre grego, tendo à frente de meus olhos o episodio dos Atrides: era, francamente um trecho de Oréstia,⁶⁰ tal a grandeza da tragédia.

Ao comparar a tragédia da Piedade com a *Oréstia de Ésquilo*, Coelho Netto, talvez previsse o futuro através de uma simples evocação literária. Tal como sucedera a Orestes, os filhos de Euclides foram pressionados, das mais diversas maneiras, no sentido de vingar a morte do pai. Solon, o mais velho, morrera vítima de uma emboscada, no Amazonas, em 1915. Não podia, pois, cumprir o dever filial da vingança de sangue. Como esta é, desde sempre, imprescritível, coube a Euclides Filho executá-la. E, assim, estava por abrir-se um novo capítulo da tragédia.

Com seus apenas 16 anos de idade, o menino Euclides Filho perdera o pai e, com ele, a possibilidade de conviver com o restante de sua família. Chegou, ainda, a morar com sua mãe e Dilermando, juntamente com seus irmãos: - “Em dado momento, Dilermando, julgou inconveniente a permanência dos rapazes em sua companhia” – os mais velhos – foram confiados, respectivamente, ao Marechal

⁵⁹ Ver reportagem completa em anexo V.

⁶⁰ Ver sinopse da trilogia da tragédia de Orestes em anexo X.

Cândido Mariano Rondon e ao Sr. José Carlos Rodrigues - o menino caçula, Manoel Afonso, “ficou aos cuidados da tia Alquimena” (Andrade, 1987:111-112).

Anna, certa vez, recordou a rixa que Quidinho tivera com um colega. Este dissera-lhe: “Não me bato contigo porque tu és um covarde. Pois se ainda não tiveste coragem de matar o assassino de teu pai” (*idem:ibidem*). Esses clamores e lembretes para que vingasse a morte do pai tratavam de pressioná-lo neste sentido.

Em 1916, Euclides Filho, com cerca de 21 anos já, era Aspirante da Marinha de Guerra do Brasil. Até aquele ano, não cultivara com o padrasto nenhuma relação amistosa. Chegara mesmo a se enfurecer quando o irmão Manoel Afonso fugira do internato e, em seguida da casa de seu tutor, Nestor da Cunha, para ficar com a mãe. Dizia que o irmão mais novo não podia se dar com o assassino do pai. Manoel Afonso, porém, não desejava morar com Nestor Cunha, e muito menos, que este fosse seu tutor, pois: “numa refeição, à mesa, ele acusou a sua mãe de ‘assassina de seu pai e de seu irmão Solon’” (*apud* Andrade, 1987:112).

O Juiz de Órfãos, por sua vez, analisando a causa, julgou que o menino poderia continuar ao lado da mãe até a nomeação de um novo tutor. O advogado da causa percebeu o quão transtornado *Quidinho* estava por tê-la perdido e exclamou – alto e bom som: - “Euclides Filho está muito nervoso, anda neurastênico e é preciso uma providência” (*apud* Andrade, 1987:114).

A convivência do menino Manoel Afonso com Dilermando, seu padrasto perturbara-o. Euclides F^o. então, “trabalhando pela voz da tradição e recebendo, diariamente, insinuações sobre o dever que tinha de vingar a morte do pai, um dia decidiu matar Dilermando de Assis” (Revista da Semana *apud* Andrade, 1987:265-266).

Quidinho escolhera o dia 04 de Julho de 1916 para executar sua vingança. Armou-se de um revólver. Segundo Dilermando de Assis (1951:172), ele havia deixado um bilhete, no qual dizia que Nestor da Cunha tinha-lhe conseguido a arma. Ocorreu, então, outro duelo selvagem.

E, novamente, Dilermando enfrentou um Cunha, desta vez, no Cartório da Vara de Órfãos. Mais uma vez, matou e quase foi morto por um homem cujo nome era Euclides. A tragédia se repetira.

O caso não demorou muito para ir a julgamento. Na defesa de Dilermando, atuou Evaristo de Moraes, o mesmo advogado que o defendera da primeira vez. E, no dia 27 de setembro de 1916, Dilermando de Assis fora, uma vez mais, absolvido. Os dois *Conselhos de Guerra* absolveram-no, em grande parte, graças à brilhante defesa de seu advogado.

No livro “Grandes Advogados, Grandes Julgamentos: No Júri e noutros Tribunais”⁶¹, de Paulo Filho (2004), ambos os casos são relatados e comentados.

A favor de Euclides da Cunha, o Promotor apresentou o seguinte argumento:

Depois de fazer a apologia de Euclides da Cunha, [...] declarou, categoricamente, que o mesmo partiu para a casa onde se achava Dilermando, com a esposa do escritor, Anna, com a evidente intenção de matar ou morrer [...] era direito de Euclides invadir a casa para reaver o filho, que mesmo nascido da união da esposa adúltera com o réu não tivera, porém, sua filiação contestada pelo escritor [...] Falou que Euclides conhecia os fatos que lhe enodoavam a honra, concluindo que, assim agindo, guardando o segredo de sua desdita, demonstrara que não era um desequilibrado nem um desvairado mas um verdadeiro forte. guardou o segredo de sua mágoa. Demonstrou, assim que não era um desequilibrado nem um desvairado, mas um homem forte. Por último, em nome dos bríos do Exército, pediu a condenação de Dilermando de Assis.

Em defesa de Dilermando, argumentou Evaristo de Moraes:

O grande tribuno carioca iniciou a defesa formulando um repto ao promotor público, alegando que, na época, se propalava que o réu Dilermando fora um protegido de sua vítima [...] Relembrou Santo Agostinho e Jean-Jacques Rousseau, aos quais chamou de sinceros por terem confessado os seus pecados carnis. Quem não teve desses pecados aos 17 anos? Em seguida, sustentou a doutrina que admite o adultério, desde que o seu responsável tenha pouca idade, classificando de convenções sociais as manifestações hipócritas dos que não têm coragem de confessar suas fraquezas[...] Divagou sobre a ação da imprensa que rebaixou o réu a categoria de homicida comum. Negou o direito, defendido pelo promotor, de Euclides da Cunha entrar na casa de Dilermando. Falou, por fim, do exercício de legítima defesa por parte do réu, não só em relação à sua própria pessoa, como em defesa da adúltera. Justificou a impossibilidade de Dilermando fugir, alegando o ridículo do aspirante a oficial fugir em trajes menores, pés nus, dando as costas ao agressor de sua própria casa. A própria lei – argumentou Evaristo de Moraes – sustenta que não se pode fugir, sempre que essa fuga seja vergonhosa e perigosa [...] Analisou a alegada

⁶¹< <http://www.oabsp.org.br/institucional/grandes-causas/as-mortes-de-euclides-da-cunha-e-seu-filho>> acessado em 15 de fevereiro de 2014.

condescendência de Euclides da Cunha com o adultério, alegada pelo promotor, aludindo que o grupo social repelia essa condescendência, que seria um verdadeiro *ménage à trois*, só sustentável quando a família estivesse destruída pelo amor livre.

Diante desses argumentos “O Conselho de Sentença reconheceu a legítima defesa adotada pelos defensores e absolveu Dilermando de Assis, em 5 de maio de 1911. Foi posto em liberdade”⁶². Uma nova sessão de julgamento pela morte de Euclides, em 03 de maio de 1913, adiada para junho de 1914, confirmou a inocência de Dilermando.

Na segunda tragédia, aquela que envolveu Euclides Fº, “O Jornal do Comércio” relatou o julgamento, ocorrido aos 28 de setembro de 1916. Nele, argumentava Evaristo de Moraes:

Pergunta-se: é ou não é de admitir a justificativa de legítima defesa, em face da boa interpretação da lei, da doutrina e da jurisprudência?

A defesa privada deriva psicologicamente do instinto de conservação, instinto primitivo, básico da existência, que, sendo o primeiro a aparecer, é o último a abandonar a criatura humana. Por isso Cícero viu na legítima defesa uma prescrição da lei natural, (*non scripta, sed nata lex*). Tão imprescritível é essa lei suprema que diante dela, cedem os sentimentos mais afetivos, as injunções do respeito filial, as contemplações para com o infortúnio e para com a inconsciência. Certo, sustentava o principio da legítima defesa - assente no instinto da própria conservação – o trágico grego Sófocles, pondo na boca de Édipo as seguintes palavras em resposta às imprecizações de Creonte, quando o acusava pelo homicídio do próprio pai: “Responde-me esta pergunta: - Se alguém agora mesmo aqui se aproximasse de ti e te quisesse matar, que farias, homem justo? Buscarias saber se o assassino era teu pai, ou pelo contrário, o punirias de pronto? Seguramente, se ligas a importância à tua vida, castigarias o agressor, sem te inquietar com a legalidade do teu ato? [...] O indivíduo que age em estado de legítima defesa representa um instrumento de defesa do qual a sociedade se utiliza em uma situação de perigo iminente (*Su la legitima difesa, 2ª. Edição, pág. 7*) – (Evaristo de Moraes *apud* Andrade, 1987: 130)

O advogado mostrou ainda que, para Dilermando, não havia outra possibilidade senão a de agir em legítima defesa:

1º) tinha sérios motivos para sentir a sua vida em perigo, quando, já gravissimamente ferido, buscava a porta e era ainda alvejado pelo agressor, que ninguém continha;

2º) que não se lhe apresentara, ao espírito, naquela ocasião, outro meio de escapar à morte, diverso do que empregou;

⁶² <<http://www.oabsp.org.br/institucional/grandes-causas/as-mortes-de-euclides-da-cunha-e-seu-filho>> acesso em 12 de fevereiro de 2014.

3º) que ele não estava apenas emocionado, mas, sim, completamente perturbado, em razão das graves lesões recebidas, das quais quatro, porém, eram mortais (Evaristo de Moraes *apud* Andrade, 1987:132).

A sentença fora proferida. E, mais uma vez, Dilermando fora declarado inocente pelo Conselho de Guerra. O tribunal da opinião pública, entretanto, não parecia querer convencer-se da sua inocência. Aliás, para Assis, este era – “o lado mais revoltante da história: enfrentar a opinião pública” (Assis *apud* Andrade, 1987:61). Em seu livro *A Tragédia da Piedade: Mentiras e Calúnias da “A Vida Dramática de Euclides da Cunha*, tomou, em sua defesa, os argumentos de Pujol:

A semente de uma acusação, por mais vazia que pareça, lançada ao espírito da opinião pública sedenta de emoções, ávida de escândalos com que alimente a sua curiosidade, deve fatalmente frutificar... E no dizer do grande Waldeck – Rousseau, a justiça das multidões substituindo-se a justiça da lei (Pujol *apud* Assis, 1951:54-55)

Nestor da Cunha, primo de Euclides, era um dos que faziam parte daquela multidão inconformada.

Se a denúncia da Justiça pública não classificou o crime de assassinato de Euclides da Cunha como *um ato de emboscada*, nós teremos a franqueza de assim classificá-lo. Este homizido tornava-se, pois um ato aviltante da honra do desventurado escritor, provocador da explosão da sua dignidade em desagravo da mesma honra. O seu assassino tinha homiziado em sua casa (onde se deu o crime) a esposa e o filho mais velho do desgraçado escritor e mais outra criança que se tornou o ludibrio do mesmo escritor (...) “Era aquele homizido um ato de tácito acordo entre eles, agravado pela natureza das relações entre o assassino de Euclides da Cunha e a ex-mulher deste” [...] (*apud* Tostes, 1990: 109; grifo nosso).

Por duas vezes, a família Da Cunha não viu, pois, restaurada a sua honra. Restara uma última e única esperança – Manoel Affonso. Este, no entanto, rompeu com o código do mundo da honra.

Os jornais da época deram aos acontecimentos do dia 15 de Agosto de 1909 o apodo de *A Tragédia da Piedade*. E nisto podemos reconhecer o fato de que a sociedade da época entendeu que aquilo que se passara no bairro da Piedade, subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, era de fato e sem sombra de dúvida, uma tragédia.

A tragedia da Piedade
O ENTERRO DE EUCLYDES CUNHA
Manifestações de pesar
O INQUERITO POLICIAL
A viuva interrogada
SEGREDO DE JUSTIÇA
Dilermando e Dinorah
A NOSSA REPORTAGEM

Figura 8: Manchete do jornal *Correio da Manhã* (RJ), Terça feira, 17 de Agosto de 1909.
 Fonte: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

A tragedia da Piedade
A MORTE DO DR. EUCLYDES CUNHA
O inquerito policial

Figura 9: Jornal *Correio da Manhã* (RJ), quarta feira, 18 de agosto de 1909.
 Fonte: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

A tragedia da Piedade
O ASSASSINATO DO DR. EUCLYDES CUNIA
 Como a policia reconstitue a scena tragica
O QUE CONSTA DOS AUTOS
 As primeiras versões postas de lado
AS DILIGENCIAS DE HONTEM
 No local do homicidio
PROVAS COMPROMETTEDORAS

Figura 10: Correio da manhã (RJ), 20 de Agosto de 1909.

Fonte: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

A TRAGEDIA
DA PIEDADE
O JULGAMENTO
DE DILERMANDO
No 2.º tribunal
O assassinato do dr. Euclides

Figura 11: Jornal O Século (RJ), 5 de maio de 1911.

Fonte: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

Os depoimentos obtidos hontem pela policia do 23º districto levantam, finalmente, o véo, já tenue, que envolvia esse triste caso da estrada real de Santa Cruz, e desvendam em sua repulsiva nudez factos e caracteres que mais pungente ainda tornam o drama doloroso em que foi sacrificado o saudoso e intemerato Euclides Cunha.

Figura 14: Jornal O Paiz 18 de Agosto de 1909

Fonte: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

Lamentavel tragedia
O PROSEGUIMENTO DO INQUIRITO — NOVAS DILIGENCIAS — O EXAME DAS ANIMAS — NOTAS E INFORMAÇÕES

Figura 12: Jornal do Brasil (RJ), 21 de Agosto de 1909.

OS DRAMAS SENSACIONAES
O EPILOGO DE UMA TRAGEDIA
Mais algumas informações sobre a sangrenta scena de ante-hontem — Os funeraes do aspirante Euclydes — O estado do tenente Dilermando

Figura 13: Jornal Gazeta de Notícias, 06 de Julho de 1916.

Fonte: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

Todos os elementos dramáticos que inspiraram os teatrólogos gregos estavam presentes neste caso: a *honra*, um valor caro à sociedade; as *harmatías*, - “os erros, as faltas graves de um membro maior da família [que] contaminam a todos a que ela estejam vinculados” (Brandão, 1991:37); e a noção de *fado* (ou *destino*).

A traição de Anna Emília e a morte do seu marido, ultrajado pelo o amante de sua esposa, representavam “uma ofensa aos sentimentos morais e ao senso de decência.” (Murray *apud* Dampierre, 1954:330). Como nas tragédias gregas, os violadores da regra tinham de ser punidos. Era necessário restaurar a boa consciência da sociedade que fora abalada. A ‘Tragédia da Piedade’ foi, portanto, no verdadeiro sentido da palavra, um escândalo – “o desmentido brutal das crenças mais queridas” (Carvalho, 1995:220).

Os depoimentos hontem publicados pela imprensa [...] vieram causar o mais profundo abalo no espírito público pelo novo aspecto, ainda mais doloroso, que passou a ter o tristíssimo caso (Correio da Manhã, quinta feira, 19 de agosto de 1909).

A multidão se agita: “E a grita manifesta-se isófona, vibrante e felina como o pregão ardoroso da sarabatana estrídula de seu instigador... A turba delira bradando o ‘*Crucifige!*’” (Assis, 1951:49). Iniciou-se, então, “a execução pública da coletividade através dos jornais” (Canetti, 1983:54) – “um assassinato sem risco, permitido,

recomendado, compartilhado com muitos outros constitui uma sensação irresistível para grande maioria dos homens” (p.51).

Anna Emília e Dilermando de Assis enfrentaram, a partir daí, o que bem se poderia classificar, com Elias Canetti, como uma “massa de perseguição” (Canetti, 1983: 50):

- 1- “Mais uma vez compareceu ontem a barra do júri, Dilermando de Assis, o assassino de Euclides da Cunha. Mais uma vez ficou adiado esse julgamento tão imperiosamente reclamado pela voz pública, para a satisfação à sociedade de um delito monstruoso. A falta de alguns jurados deu motivos mais esse adiamento. Lá esteve o réu, entretanto – audacioso e cínico, a cuspir seus olhares de escárneo sobre a multidão que o espreitava como um ente desprezível e asqueroso” (Assis *apud* Jornal Folha do Dia, 1951:48);
- 2- “[...] dr Euclides foi *covardemente* assassinado, e não nas condições anteriores ditas”; “não há legítima defesa”; “donna Anna Solon estava de facto na casa do crime desde a tarde de terça feira” (Jornal O Correio da Manhã, 20 de agosto de 1909; grifo nosso);
- 3- Segundo Dilermando de Assis, sua “defesa jamais foi aceita pela imprensa” – Dizia – Contra o Ten. Dilermando de Assis tudo; a favor nada; “Nem que nos pague contos de réis”, declarou o jornalista a um amigo que lhe apresentara um artigo defendendo-me” (Assis, 1951:85).
- 4- [...] a selvagem brutalidade de Dilermando e Dinorah, que não quiseram evitar o conflito (Delegado Alcântara *apud* Assis, 1951:231)

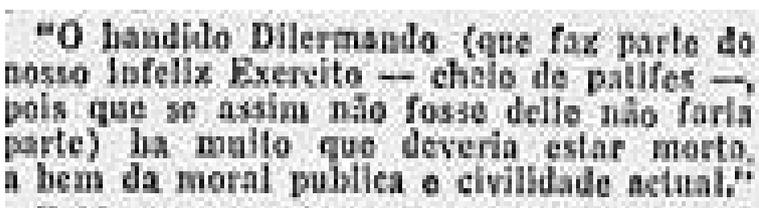
5- 

Figura 15: Jornal A Noite (RJ), 5 de junho s/ano⁶³.

⁶³ “O bandido Dilermando (que faz parte do nosso infeliz Exército – cheio de patifes -, pois que se assim não fosse della não faria parte) há muito que deveria estar morto a bem da moral pública o civilidade actual”.

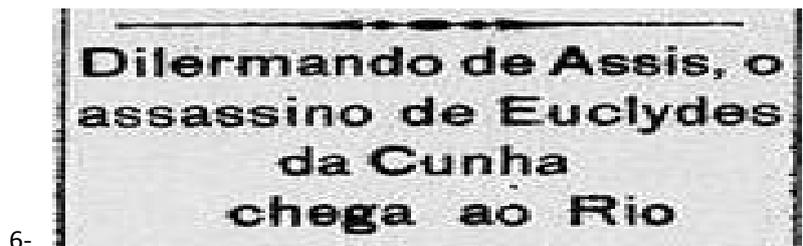


Figura 16: Jornal: A Época, 19 de Julho de 1914. (Jornal A Época, 19 de julho de 1914);

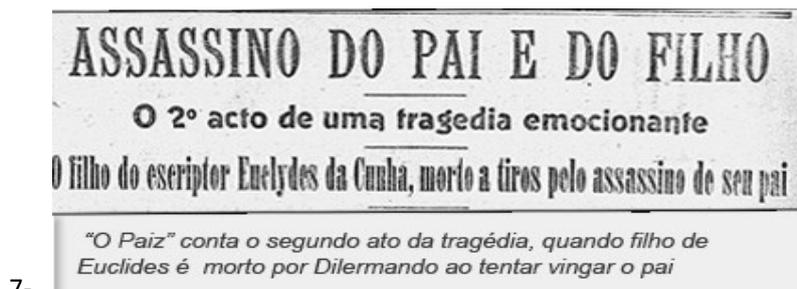


Figura 17: Jornal O Paiz. /Notícias reunidas sobre a tragédia da Piedade. Fonte: < <http://globoesporte.globo.com/bau-do-esporte/noticia/2012/11/historias-incriveis-tiro-de-euclides-da-cunha-desgracou-jogador-do-bota.html>>

Não parece impróprio, neste sentido, dizer que o casal foi vítima de uma espécie de rito sacrificial. “Fora preciso que fosse condenado, arremessado ao abismo”- sacrificado –“esta é a questão. Assim, ordenaram os grandes do país” (Assis, 1951:52), “porque eu um simples peão, matei um rei. Porque eu, um aspirante anônimo, matei um deus” (*apud* Andrade, 1987:61). A sociedade é sem perdão quando se trata de julgar os caluniadores “de um valor” (Dampierre, 1954:332) – porque o escândalo:

mina a base dos valores recebidos, revela que não são intangíveis, torna ridículo o respeito que se pode ter por eles. O respeito pelo valor, esta ação corrosiva ganha inevitavelmente o valor em si e joga descrédito sobre ele (Dampierre, 1954: 335)

Anna e Dilermando foram os bodes expiatórios, as vítimas do sacrifício. A expiação é, portanto o estabelecimento da aliança rompida (Mauss, s/d: 142), a restauração da harmonia social. Neste sentido, as *dramatis personae* de um ritual estão, pois, claramente colocadas: as vítimas - Anna Emília e Dilermando de Assis; o sacrificante – a sociedade; o sacrificador – os jornais, representantes da opinião

pública⁶⁴. As palavras foram a arma utilizada nesse tipo de sacrifício através da difamação, calúnia e intriga. Um meio de destruição da imagem alheia, tornando-os desonrados, pessoas indignas de respeito, os proscritos da sociedade. Sofreram, portanto, uma morte social⁶⁵.

Até o final de sua vida, Dilermando de Assis preocupou-se em “lavar sua honra”. Em seu livro *A Tragédia da Piedade: Mentiras e Calúnias de “A Vida Dramática de Euclides da Cunha”*, escrito em sua defesa, declarou a respeito dos jornalistas:

E assim, mentindo a si próprios e à sociedade incauta e de boa-fé - os jornais – oferece[ram] suas teorias evangelizadoras animando a credice alheia, incitando-a a prosseguir na vingança, arrastando-lhe interjeições de cólera, armando-lhe o braço carrasco e sepultando, mercenariamente, no mais cruel dos ódios, o espírito frágil e impotente da desolada vítima (1951: 51).

A sensação de ser “um eterno e irremediável condenado” (Assis, 1951:38), foi um estímulo para Dilermando escrever e publicar os livros que apresentavam sua versão da história – segundo ele – “a verdade dos fatos”. Estava convencido de que tinha de “lavar sua honra” – poder-se-ia dizer - da mesma forma que Euclides da Cunha. Dilermando fazia “parte de uma classe onde não podem ter força moral os que não defendem sua honra custe o que custar”. Preocupava-se também com sua “próle já numerosa e crescente ainda” (1951:39). Sentia que sua descendência também fora maculada. Seus filhos “cresceram como vítimas dessa perseguição atroz contra Anna e Dilermando” (*Judith de Assis*. In: Andrade, 1987:284).

A propósito, sua filha, Judith, recordava em um de seus depoimentos:

Veja, que eu e meus irmãos crescemos com aquele *estigma*, são filhos de Anna e Dilermando. Quando voltamos da ilha de Paquetá, já quase todos moços, *sofremos muita discriminação*. Éramos olhados como *filhos de um assassino e de uma mulher infiel*, traidora. Filhos de uma mulher vaidosa, e doidivana [...] Quantas vezes lá mesmo na ilha de Paquetá, quando eu me aproximava de um grupo de meninas, pedindo para brincar também, elas se afastavam e diziam: não, mamãe não deixa. *Você é filha de assassino*. E os meus irmãos recebiam o mesmo tratamento (*Idem:ibidem*; grifos nossos).

⁶⁴(1) Vítimas – os bodes expiatórios foram os animais; (2) O sacrificante é o “sujeito que recolhe assim os benefícios do sacrifício ou sofre seus efeitos” – pode ser- “um indivíduo, uma coletividade, família, clã, tribo, nação ou sociedade secreta”; (3) “O sacrificador é o sacerdote, o mediador entre a massa e a vítima” (Mauss, s/d: 159).

⁶⁵“A execução pública pelos jornais é originada das formas primitivas mais comuns de morte: a expulsão e a de matar coletivamente” (Canetti, 1983:52).

Com a morte de Anna, Dilermando e Euclides, seus descendentes continuaram a lutar entre si para *lavar a honra* das respectivas famílias. E, por extensão, a honra de cada um de seus membros. Poder-se-ia dizer que as famílias Assis e Da Cunha, tornaram-se rivais da mesma forma que os *Montechio* e os *Capuleto* da tragédia “Romeu e Julieta” de William Shakespeare. Também nela a vingança é o centro gravitacional da situação dramática (Politi, 1973).

O embate entre duas pessoas convertera-se, em ambos os casos, numa luta entre famílias. Estas duelavam, uma com a outra, publicando livros, com a finalidade de, exculpando-se, incriminar seus desafetos na Tragédia da Piedade.

Os livros “Anna de Assis: História de um Trágico Amor” e “Águas de Amargura: O drama de Euclides da Cunha e Anna” são armas dessa contenda. O primeiro, escrito por Judith, filha de Anna e Dilermando, visava apagar na opinião pública a imagem demoníaca com que os jornais tinham carimbado sua mãe e seu pai. Apresentava as razões que tinham sido a força motriz das ações de Anna. Em contrapartida, retratava um Euclides diferente daquele imaginado pelo público, o homem visto por sua mãe.

Joel Bicalho Tostes escreveu uma outra obra. Era um euclidianiano do grêmio fundado em memória do grande escritor. Veio a integrar a família Da Cunha pelo seu matrimônio com Eliethe, neta de Euclides. Seu livro é dedicado as irmãs Eliethe da Cunha Tostes e Norma da Cunha Póvoa – “Falecidas em 1989, sempre souberam defender a memória de quem realmente merece defesa” (7:1990).

O autor pretendia, com ele, o “desmascaramento de um livro medíocre”. Afirmava, neste sentido, que as informações contidas no outro eram “absolutamente falsas”, taxando de mentirosa a declaração da Judith, segundo a qual Euclides tinha arrancado o menino Mauro dos braços da mãe, privando-o do seio materno. Por causa disso, a criança teria vindo a falecer com apenas sete dias de nascida, vítima de inanição.

No mesmo diapasão, pinta um retrato de Anna bem pouco lisonjeiro, como se podemos ler no seguinte trecho:

[...] o linguajar de Anna tem o sabor da linguagem de uma freira, de repetente cantando canções de bordel, no coro da capela; ou de uma “madame” que surgisse, por bruxaria, numa clausura de carmelitas, contando anedotas de suas meninas (Tostes, 1990:139)

Caso visse a existir uma terceira obra, para responder a esta, Tostes declarava, de antemão: “Esperamos que estas páginas sejam suficientes. Mas se necessário, ou se assim nos forçarem os ousados caluniadores, nosso arquivo, mais uma vez, voltará a responder-lhes com novos documentos” (Tostes, 1990:9).

Quando este livro foi escrito já tinham se passado 81 anos da morte de Euclides da Cunha, mas os descendentes brigavam como se tudo tivesse acontecido no dia anterior. A tragédia, portanto, não atingiu só os personagens que viveram num momento específico, mas ultrapassou gerações, suscitando discussões sobre valores e direitos.

7- Considerações Finais:

Euclides Pimenta Rodrigues da Cunha e Anna Emília Solon Ribeiro eram figuras liminares. Nasceram e viveram numa sociedade envolta nos tumultos pelas quais estava passando, em virtude de um conturbado processo de mudança, destinado a transformar profundamente toda a sua organização social. Ambos, pertencentes a um grupo descontente com o regime monárquico - visto como epítome do atraso - ansiavam pela República, na qual viam a encarnação da vida civilizada e do progresso.

Euclides, entretanto, embora pautasse sua vida pelo ideário positivista, tinha sido educado no interior fluminense, segundo costumes antigos, vigente numa sociedade tradicional, católica, escravocrata e monárquica. Nesta, homens e mulheres eram regidos pelo valor da honra. Já adulto, vivendo na cidade capital do Brasil, então centro do movimento positivista, aprendera que essas tradições tinham de ser suplantadas pela Civilização.

Como correspondente do jornal *A Província de São Paulo*, Euclides tinha presenciado ativamente o maior dos dramas sociais daquele tempo - a Guerra de Canudos. Do seu ponto de vista esta ilustrava, cabalmente, o conflito entre a Civilização, representada pelas tropas republicanas e a Barbárie encarnada pelos jagunços de Antônio Conselheiro.

Em 1901, em nota preliminar ao seu *magnum opus* “Os Sertões: Campanha de Canudos” tinha escrito, a respeito desse embate: “A civilização avançará nos sertões impelida por essa implacável “força motriz da História” que Gumplowicz, maior do que Hobbes, lobrigou, num lance genial, no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes” (*Euclides da Cunha*. In: Coutinho, 1966:93).

Nesse contexto, Antônio Conselheiro representava aos olhos de Euclides: o “grande homem pelo avesso”:

[...] o profeta, o emissário das alturas, transfigurado por ilapso estupendo, mas adstrito a todas as contingências humanas, passível do sofrimento e da morte e tendo uma função exclusiva: apontar aos pecadores os caminhos da salvação. Satisfiz-se sempre com esse papel de delegado dos céus. Não foi além. Era um servo jungido à tarefa dura; e lá se foi, caminho dos sertões bravios, largo tempo, arrastando a carcaça claudicante, arrebatado por aquela idéia fixa, mas de algum modo lúcido em todos os atos, impressionado pela firmeza nunca abalada e seguindo para um objetivo fixo com finalidade irresistível (In: Coutinho, 1966:196).

Para Euclides, o Conselheiro tinha todos os atributos de um grande homem, mas viesados para a barbárie. Do nosso ponto de vista, diríamos que o próprio Euclides era “o grande homem pelo direito”, o herói nacional da República, isto é, da Civilização.



Figura 19 – Antônio Conselheiro.

Figura 20 – Euclides da Cunha.

Fonte: Euclides da Cunha: Obra Completa (Volume I e II)

Se o Conselheiro, “era o profeta emissário das alturas que apontava o caminho da salvação, Euclides anunciava o futuro, quando afirmava: “Estamos condenados à civilização. Ou progredimos ou desaparecemos. A afirmativa é segura” (In: Coutinho, 1966:144). Da mesma forma que a “multidão aclamava” - Antônio Conselheiro – “representante das suas aspirações mais altas” – o mundo “civilizado” – louvava em Euclides o emissário do evangelho laico.

Em 1897, este arauto da civilização define a si mesmo, numa dedicatória poética a Lúcio de Mendonça, com os seguintes versos:

Em falta de um *postkarte*, iluminura
Que enquadre do que penso ou sinto a imagem,
Em relevo, na artística moldura
De um trecho fugitivo de paisagem –

Aí vai, para saudá-lo no remanso
De um lar, onde terá digno conchego,
Este caboclo, este jagunço manso
-- Misto de celta, de tapuia e de grego...
(In:Coutinho, 1966:656)

Este “jagunço manso”; este mestiço que tinha um pé na tradição e outro na República viu se repentinamente metamorfoseado em “jagunço bravo” com a traição de sua esposa. Não rompeu com o *script* cultural (Turner, 2008: 11). Acabou agindo como faria provavelmente, qualquer jagunço de Antônio Conselheiro, ou seja, qualquer sertanejo. Vingando-se, lavando sua honra com as próprias mãos, da mesma forma que um bárbaro. Ele não fora, pois, civilizado; não se comportara civilizadamente, deixando ao Estado a tarefa de diminuir as contendas entre os seus súditos. Estava condenado à civilização, mas não se curvava às interjeições desta. Euclides da Cunha agira como um “selvagem”.

Ao passo que Euclides se curvara ao costume, Anna Emília recusou-se a fazê-lo. Quebrou as convenções, traindo o marido (Schehr, 2008: 59)⁶⁶ e dando margem, portanto, a um escândalo. No Brasil do início do século XX, havia “uma dupla moral sexual – que a homens permitia toda sorte de aventuras amorosas e da mulher esperava pureza, recato, dedicação incondicional ao marido, à casa e aos filhos” (Rocha-Coutinho, 1994:85). Era, pois, o adultério, encorajado nos homens, mas

⁶⁶ Sébastien Schehr em sua obra *Traîtres et trahisons de l' Antiquité à nos jours* se refere aos diversos tipos de traição como uma ruptura, desde a traição política no âmbito da esfera pública às traições entre o casal, na esfera privada. “O caso do adultério e de sua evolução do século XIX ao XX sob este ponto de vista significativo, pois evidência particularmente a importância do quadro normativo da apreciação das rupturas como traição” (2008: 59).

reprimido nas mulheres (Schehr, 2008). Por isso, Anna, certa vez, escreveu: “Homem não peca, por isso pode prevaricar [...] Só os maridos tem honra a vingar” (*apud* Tostes, 1990:14).

Existiam naquele tempo duas figuras femininas distintas: a cortesã – amante – personagem ligada a sensualidade e ao prazer sexual⁶⁷; e a mulher virtuosa – mãe e esposa – cabendo-lhe a “responsabilidade da transmissão dos primeiros valores [aos filhos] e o aperfeiçoamento da moral [destes]”, ao mesmo tempo, ela devia cuidar do marido e dos eventos sociais no âmbito doméstico (Rocha-Coutinho, 1994:78).

As mudanças na organização social, no decorrer do tempo, haviam transformado também o pensamento das mulheres. Muitas delas, como Anna, passaram a não se conformar mais aos seus papéis. Os romances do século XIX, entre outros, “A Mulher de Trinta Anos”, de Honoré de Balzac; “Anna Karenina”, de Leon Tolstoi⁶⁸; “Madame Bovary”, de Gustave Flaubert; e “Nana”, de Émile Zola; eram, ao mesmo tempo, retratos de mulheres da época e das estruturas sociais, em que lhes havia tocado viver, formar suas personalidades, e, com elas, também, suas opiniões.

A propósito, Anna Emília se parece, em certa medida, com a personagem balzaquiana da Julie, em *La Femme de trente ans*, que “apresenta um destino de mulher inspirado por modelos reais e emblemáticos da condição moderna da mulher casada debatendo-se com as conseqüências de seu adultério” (Aziza, 1993:21).⁶⁹

Não há como esquecer, neste sentido, a temática geral das “mulheres mal amadas”, tal como esta se nos depara na “Anna Karenina” de Tolstoi, em “O Eterno Marido” de Dostoievski ou a “Candida” de Bernard Shaw (Aziza, 1993:120).

A partir do final do século XIX, as mulheres desejavam homens que as percebessem também como amantes; que fossem mais do que pais zelosos e maridos provedores. Anelavam homens-amantes. Anna relata, oportunamente, o que havia encontrado nos braços de Dilermando:

⁶⁷ Temos como exemplo a personagem Nana do romance de Emile Zola.

⁶⁸ (1828-1910).

⁶⁹ “La Femme de trente ans présente un destin de femme, inspiré par des modeles réels et emblématiques de la condition moderne de la femme mariée se débattant avec les conséquences de son adultère”.

Passei uma tarde gloriosa e feliz com D. em nosso ninho de amor. Dormi no ombro de Hércules, os meus suores se misturando aos seus suores. Nossos cheiros se misturando, me entontecendo, me transportando. O sol refulgindo lá fora. O calor. Ele me acaricia lentamente, e suas mãos musculosas e seus dedos fortes vão descobrindo os segredos que existem em mim (Anna Emília apud Tostes, 1990:19).

Euclides, por sua vez, estava convencido de que sempre soubera satisfazer “todos os desejos” da sua esposa, pois acreditava que sempre a amara e lhe fora fiel (*apud* Tostes, 1990:55):

[...] minha mulher se queixou da profissão e trabalhos da vida que levei até aqui, e que me obrigou a meses de ausência... Neste caso, sua mãe minha sogra... Meu sogro também era militar. Foi para guerra do Paraguai, como tantos oficiais e soldados... Uma guerra que durou cinco anos... Neste caso, a mulher do meu sogro, todas as esposas dos soldados e oficiais que partiram para guerra, dos milhares que foram para só regressarem anos depois, ficando liberadas para todas as aventuras ...E as mulheres dos maridos que viajam embarcados, dos marinheiros, dos oficiais da Armada, dos que andam pelo mundo a serviço de sua pátria, seriam as mais libertinas das mulheres. Para elas, não haveria lar. Tudo ficaria reduzido a prostíbulos (*apud* Tostes, 1990: 54).

Anna quebrou o paradigma de comportamento da mulher virtuosa, encarnado por sua mãe. Como se respondesse a Euclides, disse: “E se fosse ao contrário? Se as mulheres viajassem, como se portariam os maridos à espera?” – Não por acaso ocorreu-lhe, nesse momento, o triste destino da Penélope de Ulisses, sobre o qual havia lido, certa vez na escola.

Minha mãe ficou uma porção de anos esperando meu pai que partiu para a guerra, como na história de Ulisses, [...] Pobre Penélope. marido podia dormir com quantas princesas ou escravas quisesse, lá por Tróia. Ela não. Tinha que se manter como se não tivesse nervos, carne sangue, envelhecendo a fiar (*apud* Tostes, 1990:14).

Anna buscava a “inovação dos padrões” (Turner, 2008: 13). Imbuída do espírito da modernidade, colocava sua vontade acima de tudo.

O espírito da modernidade devia rechaçar toda autoridade espiritual no verdadeiro sentido da palavra, autoridade que tem sua origem na ordem supra-humana e toda organização tradicional baseada essencialmente nessa autoridade, seja qual for a forma que adota, a forma que define naturalmente segundo as civilizações (Guénon, 2001: 77-78)⁷⁰.

⁷⁰ Tradução não publicada: Arno Vogel.

Ao contrário do que ocorre nas sociedades tradicionais, aqui, a vontade do Indivíduo é soberana. Pressupõe-se que, apenas, ele é o senhor das próprias escolhas. Anna, era, neste sentido, uma vanguardista, porque se comportava como *Indivíduo*, isto é, de forma independente com relação aos grupos aos quais pertencia.

Em suas declarações públicas nunca apareceu como mulher arrependida: “Eu não errei, eu amei”, dizia (*apud* Andrade, 1987: 292). Colocou sempre o seu amor por Dilermando acima do sacramento do matrimônio, vínculo indissolúvel aos olhos da tradição. Na sociedade moderna, porém, o Indivíduo pode reverter suas escolhas. Para ela a liberdade de escolha estava acima do dever.

O conflito entre Anna Emília e Euclides da Cunha pode ser considerado, de certa forma, um embate entre a tradição e a modernidade. Euclides não admitia perder a honra, valor que lhe era conferido pelo *ethos* vigente no patriarcado, e provavelmente reforçado pelo costume. E absorvido nas mais diversas instituições, da família ao exército, passando pelo positivismo, e, portanto, pelo pensamento politécnico. Seguiu, portanto, o paradigma tradicional do *pater-famílias*⁷¹.

Anna, no entanto, aspirou ao amor, pois: “só se ama uma vez na vida” (*apud* Andrade, 1987:292). Quebrou um paradigma e, ao mesmo tempo, tornou-se um. O dilema de ambos residia, portanto, nos seus interesses desencontrados.

Como que numa confiança cega em seus anseios mais profundos, Euclides e Anna passaram a agir em conformidade com eles. O ato de um implicava numa reação do outro, em nome do valor de que não podiam, de forma alguma, abrir mão. Ou, nas palavras de Monteiro Lobato foram “vítimas da deusa fatalidade” (in: Andrade: 1987:181). O próprio Euclides, em carta ao poeta Vicente de Carvalho parecia pensar a mesma coisa ao escrever-lhe: “Quem definirá um dia essa maldade obscura e inconsciente das causas, que inspirou os gregos à concepção indecisa de Fatalidade?” (*apud* Andrade, 1987:84). Causas inconscientes encaminharam os dois no rumo da tragédia. E como definia Hegel, com grande sagacidade e pertinência - “*Tragik ist der Konflikt, nicht zwischen Recht und Unrecht, sondern zwischen Recht und*

⁷¹ Ver a obra *The Family in Bahia, Brazil: 1870-1945* de Dain Borges a respeito do mundo patriarcal no Brasil.

*Recht*⁷². Quanto a Euclides e Anna ambos estavam plenamente convencidos de suas 'razões', o que contribuía para tornar o fato trágico um acontecimento inelutável.

Euclides, como qualquer mortal⁷³, respondendo ao costume num ato reflexo manifestou sua ira diante da quebra da regra explícita: "Não cobiçarás a mulher do teu próximo" (Tavris, 1989:49). Não havia, pois, como evitar a vingança. As pessoas de todas as culturas sentem raiva e desejo de se vingar quando estão a "serviço de suas regras culturais" que foram violadas (idem:ibidem). Neste sentido, a vingança é parte integral da terceira situação dramática - *Crime Pursued by Vengeance*⁷⁴ - comentada por Georges Polti (1973).

Os contemporâneos de Euclides da Cunha, intimamente ligados à literatura, para interpretar o acontecido, naquele dia de 15 de agosto de 1909, tomaram os textos literários como parâmetro. Sobretudo, dentre as tragédias gregas consideravam a trilogia da Oréstia e Édipo Rei. O delegado, responsável pelo caso, analisava, explicitamente, a situação como o faria Sherlock Holmes nos romances policiais de Conan Doyle.⁷⁵ E também ele recorria a escritores, como Maurice Leblanc, Edgar Allan Poe; Gaston Leroux; Machado de Assis; Balzac e Dostoievski.

Visto dessa perspectiva, o drama social que resultou da Tragédia da Piedade foi, no seu tempo, uma oportunidade extraordinária para a reflexão social, senão nos equivocamos continua a sê-lo, ainda, nos dias de hoje.

⁷² Dessas palavras resulta que: a tragédia não é o embate entre certo e errado, mas entre um direito e outro direito.

⁷³ Ciúme sexual é um universal antropológico presente em todas as culturas. Ver : Pinker, Steven. *The Blank Slate: The Modern Denial of Human Nature*.

⁷⁴ Crime cometido por vingança.

⁷⁵ Delegado Alcântara disse: "Elementar", diria "Holmes" (*Notas de um Delegado*. In: Tostes: 1990:77).

8. Referências:

- Andrade, Jeferson. *Anna de Assis: história de um Trágico Amor*. Editora: Codecri: Rio de Janeiro, 1987.
- Appiah, Kwame Anthony. *O Código de Honra: Como ocorrem as Revoluções Morais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- Araújo, Alcione (org.). *Proposta de leitura do mundo através da narrativa dramática*. In: ___. Rio de Janeiro: Argus, 2006.
- Assis, Dilermando de. *A Tragédia da Piedade: Mentiras e Calúnias de "A vida Dramática de Euclides da Cunha"*. O Cruzeiro: Rio de Janeiro, 1951.
- Assis, Dilermando de. *Um conselho de guerra: a morte do aspirante de Marinha Euclides da Cunha Filho – defesa do tenente Dilermando Cândido de Assis*. Tipografia dos Anaes: Rio de Janeiro, 1916.
- Aziza, Claude. *Guide de Lecture*. Presses Pocket, 1993.
- Balzac, Honoré de. *A Mulher de Trinta anos*. Martin Claret: São Paulo, 2013.
- Biblioteca Nacional <memoria.bn.br>
- Borges, Dain. *The Family in Bahia, Brazil: 1870-1945*. Califórnia: Stanford University Press, 1992.
- Bourdieu, Pierre. *O Senso de Honra*. In: Corrêa, Mariza (org). *Ensaio sobre a África do Norte*. UNICAMP: IFCH. n. 46, Fev. 2002. (Textos didáticos).
- Brandão, Junito de Souza. *Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega*. Vozes: Petrópolis, 1991.
- Cairns, Douglas. *Honour and Shame: Modern Controversies And Ancient Values*. v.53, l.1, 23-41, Apr.2011.
- Canetti, Elias. *Massa e Poder*. Universidade de Brasília: São Paulo, 1983.
- Carvalho, Olavo de. *O Jardim das Aflições*. Diadorim: Rio de Janeiro, 1995.
- Catholic Encyclopedia* - <<http://www.newadvent.org/cathen/07462a.htm>> acesso em 18 de Abril de 2013.
- Coutinho, Afrânio. *Euclides da Cunha : obra completa*. Companhia José Aguilar: Rio de Janeiro: 1966. (Volume I).
- Coutinho, Afrânio. *Euclides da Cunha : obra completa*. Companhia José Aguilar: Rio de Janeiro: 1966. (Volume II).
- Cunha, Euclides da. *Um Paraíso Perdido : (ensaio, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Tocantins, Leandro(Org, Introdução e notas)*. José Olympio : Rio de Janeiro, 1986.

Dampierre, Eric de. *Thèmes pour L'étude du scandale*. In: Annales. Paris: Armand Collin, ano 9, n.3, p.328-336, jul./set. 1954.

Elias, Norbert. *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Elias, Norbert. *Mozart, sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

Faoro, Raimundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1974.

Flaubert, Gustave. *Madame Bovary*. São Paulo: Rideel, 2010.

Geertz, Clifford. "From the Native's Point of View": *On the Nature of Anthropological Understanding*. In: Basso, Keith H & Selby, Henry A. *Meaning in Anthropology*. A School of American Research Book: New Mexico, 1976.

Gluckman, Max. *Gossip and Scandal*. In . *Current Anthropology*. v.4, n.3, pp. 307-316, jun, 1963.

Guenon, René. *La Crisis Del Mundo Moderno Paidos*, Orientalia: Barcelona, Buenos Aires, México, 2001 [1946].

Hastings, James (editor). *Encyclopedia of religion and ethics*. N. Iorque: T & T. Clark, 1908.

Hilton Ronald. *Positivism in Latin America*. In: __. *Dictionary of the History of Ideas: Studies of Selected Pivotal Ideas*, 1974.

J.G. Peristiany. *Honor and Shame, the Values of Mediterranean Society*. Fundação Calouste Goulbenkian, Lisboa, 1971.

Lanson, G. *Toute oeuvre Littéraire est une Phénomène Social*. In: __. *Éléments de Sociologie*. Paris: Librairie Félix Alean, 1939.

Linton, Ralph. *Status e Papel*. In: _ *O Homem: uma introdução à Antropologia*. São Paulo: Martins, 1970.

Martins, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. Edição: T.A QUEIROZ: São Paulo, 1996 (volume V- 1897-1914).

Mauss, Marcel. *Manuel d'ethnographie*. Edição: 6º. Petit Bibliothèque Payot: Paris, s/d.

Mauss, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

Mérimée, L. *Colomba*. Paris: Bordas, 1965.

Moxnes, Halvor <Honor and Shame Biblical Theology Bulletin: A Journal of Bible and <http://btb.sagepub.com/search?author1=Halvor+Moxnes&sortspec=date&submit=Submit>> acesso em Jun-26-2013.

- Pavis, Patrice. *Dicionário de Teatro*. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- Panoff, Michel & Perrin, Michel. *Dicionário de Etnologia*. Lisboa: Editora: Edições 70, 1979.
- Peristiany, J.G. & J.Pitt-Rivers (org). *Honor and Grace in Anthropology*. 1992.
- Peters, Edwards. *História da Tortura*. Lisboa: Teorema, 1985.
- Pinker, Steven. *The Blank Slate: The Modern Denial of Human Nature*. Editora: Viking. 2002. Appendix: Donald E Brown 's List of Human Universal.
- Piqué, J. F. *Arcaísmo na tragédia: reconciliações*. Letras, Curitiba, n.44, p.25-35. 1995. Editora da UFPR.
- Pitt-Rivers, Julian. *Enciclopedia Internacional de las Ciencias Sociales*. In: Julian Johnson, Alvin (Diretor Honorário). 1968.
- Pitt-Rivers, Julian. *The Fate of Schechem or the Politics of Sex- Essays in the Anthropology of the Mediterranean*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- Polti, Georges. *The Thirty-Six Dramatic Situations*. Boston: The Writer, 1973.
- Pontes, Eloy. *A Vida Dramática de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: 13ª edição: José Olympio, 1938.
- Revista de História da Biblioteca Nacional, Ano 4, nº 47, Ago 2009.
- Rocha-Coutinho, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos Panos: A Mulher Brasileira nas Relações Familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- Rohden, Fabíola. "Para que serve o Conceito de Honra, ainda hoje?" In: *Ensaio Bibliográfico*. Campos 7(2):101-120, 2006.
- Schechner, Richard. *O que é performance?* In: ___. *Performance studies: an introduction*. Ed.2ª. New York & London: Routledge, 2006.
- Schechner, Richard. *Performers e Espectadores- Transportados e Transformados*. João Pessoa: Moringa artes de espetáculo, v.2, n.1, p.155-185, jan./jun. 2011.
- Schehr, Sébastien. *Traîtres et trahisons de l' Antiquité à nos jours*. Berg International éditeur: Paris, 2008.
- Sertillnages, Antonin-Dalmace. *A Vida Intelectual: Seu Espírito, Suas Condições, Seus Métodos*. São Paulo: É Realizações, 2013.
- Shakespeare, William. *Otelo, O Mouro de Veneza*.
- Smith, T.V. *Honor* In: Seligman, Edwin R.A. (org.) *Encyclopedia of the Social Sciences*. Chicago: University of Chicago, 1954.
- Sófocles. *Édipo Rei* . <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/edipo.pdf>> acesso em 03 de Out de 2013.
- Suassuna, Ariano. *Iniciação à Estética*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

Theology November 1993 23: 167-176.

Tolstoi, Leon. *Anna Karenina*. São Paulo: Cosac e Naify, 2011.

Tostes, Joel Bicalho; Brandão, Adelino Marques da Silva. *Águas de amargura: o drama de Euclides da Cunha e Anna*. 3. ed. Rio de Janeiro: rio Fundo, 1990.

Turner, Victor *From Ritual to Theatre. The Human Seriousness of Play*. PAJ Publications. New York, 1982.

Turner, Victor W. *Betwixt and Between: The Liminal Period*. In: Rites of Passage, The Proceeding of the American Ethnological Society. In__. *The Forest of Symbols – Aspects of Ndembu ritual*. Ithaca: Cornell University Press, 1967.

Turner, Victor. *Schism and Continuity in an Africa society*. Manchester: Manchester University Press, 1957.

Turner, Victor. *Dramas, Campos e Metáforas: Ação Simbólica na Sociedade Humana*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

Vernant, Jean-Pierre. *Héstia-Hermes. Sobre a expressão religiosa do espaço e do movimento entre os gregos*. In:__. *Mito e Pensamento entre os gregos: estudos de psicologia histórica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Wikan, Unni. *Em Honra de Fadime, Assassinato e Humilhação*. UNIFESP: São Paulo, 2003.

Zola, Emile. *Nana*. São Paulo: Cia Brasil, 1956.

Tavris, Carol. *Anger: The Misunderstood Emotion*. New York; London; Toronto; Sidney; Tokyo; Singapore: Published by Simon & Shuster, 1989.

<<http://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh4/trabalhos/Heloi%20Jos%C3%A9%20Fernandes%20Moreira.pdf>> acessado em 16 de fevereiro de 2014.

DOCUMENTOS EM ANEXO

Anexo I

CRONOLOGIA DOS FATOS				
Brasil		Euclides da Cunha	Anna Emília Ribeiro	Dilermando de Assis
Brasil Império	1864	Início da Guerra do Paraguai		
	1866		20/01 -Nascimento	
	1869		Perde a mãe	
	1870	Fim da Guerra do Paraguai		
	1875			18/06- Nascimento
	1888	Fim da Escravidão	Euclides publica 14 artigos no jornal "A Província de São Paulo"	
Brasil República	1889	Proclamação da República		
	1890		Euclides da Cunha casa-se com Anna Emília	
	1891		Abandona os estudos da carreira militar	
	1892		Nasce a primeira filha do Casal: Eudóxia que morre de Variola.	
	1893		Nasce Solon Pimenta da Cunha, filho do casal.	
	1894		Euclides publica Cartas na Gazeta de Notícias	
	1895		Nasce Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha Filho, filho do casal.	
	1896	Guerra de Canudos		
	1897		Atua na Quarta Expedição Militar contra Canudos	
	1901		Nasce Manuel Afonso Pimenta da Cunha, filho do casal.	

CRONOLOGIA DOS FATOS				
Brasil	Euclides da Cunha	Anna Emília Ribeiro	Dilermando de Assis	
Brasil República	1902	Publica "Os Sertões: Campanha de Canudos"		
	1903	Eleito membro da Academia brasileira de Letras		
	1904	13/12- Viagem à Amazônia para a missão de demarcação dos limites do Acre em Altos Purus.		
	1905		Anna e Dilermando se encontram na pensão <i>Monat</i> e iniciam um romance	
	1906	06/01- Retorna doente de Malária ao Rio de Janeiro. E Anna continua a viver com Euclides		
		Nasce o menino Mauro em julho, filho de Anna que morre no sétimo dia de vida.		
	1907		Nasce o menino Luiz que pode ser filho de Dilermando	
	1909	Euclides tenta matar Dilermando, mas é morto.	Anna decide sair de casa para ficar com Dilermando	
				- Dinorah de Assis, irmão de Dilermando é atingido por Euclides da Cunha
			Dilermando é preso	
	1911			Dilermando é absolvido
				Dilermando e Anna se casam
	1912			Nasce Laura, a filha do casal.
	1913			Nasce Judith, mais uma filha do casal
	1914			Nasce Carlos Frederico, filho do casal.
1915	Sólon Ribeiro, filho de Anna e Euclides, é assassinado no Amazonas.			

CRONOLOGIA DOS FATOS				
Brasil	Euclides da Cunha	Anna Emilia Ribeiro	Dilermando de Assis	
Brasil República	1916	30/06 - Nasce Frederico Guilherme, filho do casal		
		04/07 - Filho de Euclides da Cunha e Anna de Assis, Euclides Filho, tenta vingar a morte do pai e é morto por Dilermando.		
		Dilermando é absolvido.		
	1921	Dinorah, irmão de Dilermando, comete suicídio.		
	1926	Anna e Dilermando se separam.		
	1938	Eloy Pontes publica a bibliografia de Euclides da Cunha "A vida dramática de Euclides da Cunha".		
		Venâncio-Filho edita "Coletânea de Euclides a seus Amigos".		
	1946	Dilermando de Assis publica "Um Nome, uma Vida, uma Obra".		
	1950	Dilermando de Assis publica: <i>A Tragédia da Piedade: Mentiras e Calúnias de "A vida Dramática de Euclides da Cunha"</i>		
	1951	12/05- Morre Anna Emilia.	13/11- Morre Dilermando de Assis	
	1987	Judith de Assis em depoimento a Jefferson de Andrade publica: "Anna de Assis: História de um Trágico Amor".		
	1990	Joel Bicalho Tostes em depoimento a Adelino Brandão publica: "Águas de Amargura: o Drama de Euclides e Anna"		
	2009	Luiza Nagib Eluf publica: "Matar ou Morrer: o caso de Euclides da Cunha"		
		Coletânea de artigos sobre a vida profissional de Euclides da Cunha publicada pela Revista de História da Biblioteca Nacional		

Quadro 2: Cronologia dos principais acontecimentos

Fonte: Dados retirados dos livros: *Um Paraíso Perdido (ensaios, estudos e pronunciamento sobre a Amazônia)*; *Anna de Assis: História de um Trágico Amor*;

Anexo II

Depoimento de Anna de Almeida Lima (empregada dos irmãos Assis)

Cerca de seis e meia horas da tarde, estava no quarto da casa em que residia com seu pai quando foi chamado por ele; indo à sua presença, lhe disse seu pai: sua mãe é adúltera, não dormiu na casa da mãe dela, e não tendo dormindo aqui, em algum lugar há de estar [...] seu pai lhe entregou duas moedas de quinhentos réis; sabendo que sua mãe não estava na casa da avó, dirigiu-se a estação de Piedade, a fim de na casa do denunciado lhe informarem onde a mesma se achava; ... (já na casa do acusado) entrou na sala de visitas sendo por ele acesa a luz e encontrando nessa sala sua mãe sentada numa cadeira ao lado de estante disse a ela que seu pai achava muito excitado e que necessário era que ela regressasse em sua companhia para sua casa, originou-se uma discussão entre o informante e [Dilermando de Assis] , discussão essa provocada [Dilermando de Assis] que lhe disse que o botaria pra fora de casa se insistisse muito e que sua mãe não sairia dali naquela noite com o tempo que estava...combinaram, então que sua mãe o acompanharia no dia seguinte pela manhã (Anna de Almeida Lima, In: Eluf, 2009: 46- 47)⁷⁶.

Anexo III

Pensamentos de Euclides da Cunha na véspera da Tragédia

Não, não. Ainda não estou destruído, nem derrotado. Não me derrotaram na Escola Militar, não me derrotaram para a Academia Brasileira de Letras, não me derrotaram no Purus onde mais poderosos eram os adversários – o clima, o beribéri, a febre, a fome, a sede, os peruanos, as cachoeiras, os rios e as florestas, os naufrágios, a minha própria gente...não me derrotaram as intrigas argentinas, nem os complôs internacionais do Ministro Zeballos, nem os mexericos do Itamaraty; não me derrotaram os sóis do Nordeste, nem as balas dos jagunços de Antônio Conselheiro, como não me derrotaram no concurso para a conquista da cadeira de Lógica do Ginásio Nacional... Não me derrotarão agora [...] Amanhã, hei de por tudo em pratos limpos. Não serei apontado na rua como um covarde. Nem me considero vencido. Depois... Impossível aceitar que se fique vivendo assim, com um terceiro, para minha desonra, desonra do lar, da família... Ninguém pode dar as costas a tudo isso sem mergulhar na lama, a não ser que se tenha uma alma tão monstruosa que a consciência de nada se abale...O que não acredito, por mais que D. Angélica e as

⁷⁶ Cf.: Fls. 167 e 168 do processo.

evidências que agora se descobriram para mim me empurrem para o abismo da realidade...Mas basta... (*apud* Tostes, 1990:55).

Anexo IV

**Depoimento de Dilermando de Assis publicado na Revista Diretrizes.
Artigo - “Euclides da Cunha não foi assassinado”, publicado em 13/09/1941.**

Era domingo. Seriam dez horas da manhã. Tomávamos café – D. Anna, Solon, Dinorah, o pequeno Luiz e eu na sala de jantar.

Dinorah vai até à sala de visitas buscar cigarros e volta logo depois, comunicando que o Dr. Euclides estava à porta e queria falar-me.

- Que entrasse, disse ao meu irmão.

E, enquanto retornava à sala de visitas, fui ao meu quarto a fim de vestir minha túnica.

- Adiantando-se de meu irmão, que lhe abriu o portão do jardim e a porta da sala de visitas, Euclides da Cunha entrou precipitadamente em minha casa, declarando:

- Vim para matar ou morrer.

No interior do meu quarto, ouvi distintamente apenas as palavras “matar ou morrer”. A porta se abre com ponta-pé. E de súbito vejo Euclides que me aponta o revólver.

- Que é isso, doutor?! –perguntei-lhe.

Ele responde:

- Bandido!... Corja de bandidos! – atirando contra mim, quase à queima-roupa.

Embora ferido, procuro tomar-lhe a arma. Avanço com a mão esquerda. Euclides recua o braço direito e eu consigo agarrar a manga do seu casaco. Recebo, então um segundo tiro. Caio. Desta vez, estou ferido no peito. Dói-me horrivelmente [...]

Vendo-me em perigo, Dinorah tenta desarmar Euclides, que dispara contra meu irmão. Desarmado, este corre pelo corredor e ao aproximar-se da porta do seu quarto, Euclides acerta-lhe um tiro na coluna vertebral, inutilizando meu desventurado irmão pelo resto da vida.

Euclides ouve gritos de D. Anna e dos meninos, escondidos na despensa e caminha até à sala de jantar. Que pretendia ele?

Caído à porta do meu quarto, levantei-me como pude. Sabia que meu irmão estava ferido. Eu vi Euclides atirar em Dinorah pelas costas. Temia, por outro lado, a sorte de Anna e dos meninos. Olhando para o corredor tive a impressão de ver Dinorah caído e vi também Euclides de revolver em punho, movendo agitada-mente a cabeça, como que à procura do local de onde partiam os gritos.

Foi quando apanhei o meu revólver. Desferi o primeiro tiro na direção oposta à que se encontrava o meu agressor, pois minha intenção era amedrotar Euclides mostrando-lhe que estava em condições de reagir.

À detonação, Euclides volta pelo corredor em direção à sala de visitas.

Contra minha expectativa, Euclides retoma o ataque. Surpreendido, disparo pela segunda vez sem alvejá-lo. Ele insiste. Disparo pela terceira vez, procurando ainda desarmá-lo, alvejando o seu revólver. Fui infeliz, porém. Num movimento rápido, Euclides levanta a mão, procurando, de novo, alvejar-me. A bala, como depois revelou a autópsia, fere-o no pulso, embora sem desarmá-lo.

Euclides está agora no início do corredor, junto à sala, atirando contra mim, encostado à parede. Digo-lhe ainda:

_Fuja, doutor, que não quero lhe matar!...

Ele não me ouve. Fere-me, mais uma vez. Eu aí também atirei contra Euclides. Este ainda no corredor, recua de costas e desaparece da sala de visitas afora.

Sigo-o. Precavidamente, temendo uma possível emboscada, penetro na sala de visitas. Chego até a porta e vejo Euclides caído, junto à escada, acionando desesperadamente a tecla do gatilho e pronunciando palavras confusas:

_ Bandidos...Odeio...Honra...

Euclides ouve gritos de D.Anna e dos meninos, escondidos na despensa e caminha até à sala de jantar. Que pretendia ele?[...] Temia, por outro lado, a sorte de Anna e dos meninos [...] vi também Euclides de revolver em punho, movendo agitada-mente a cabeça, como que à procura do local de onde partiam os gritos (Revista Diretrizes: In: Andrade, 1987:67-72)⁷⁷.

⁷⁷ Depoimento de Dilermando de Assis.

Anexo V

Notícia da Morte de Euclides da Cunha e narração dos seus últimos passos pelo jornal Correio da Manhã: 20 de agosto de 1909.

Saltou na Piedade, e procurando encaminhar-se para Estrada Real, tomou a réu da Piedade, seguindo por ella à fora. Quasi ao chegar a Estrada Real, o dr. Euclides Cunha encontrou-se com o entregador de jornaes Constantino Frutoinha, com que se informou a respeito da residência de Dilermando.

Esse homem que reside na casa 216 da Estrada Real, junto, portanto, à casa dos dois estudantes, estava a cem léguas de supor o que se ia dar, vendo aquelle homem calmo e aparentemente tranqüilo a pergunta-lhe coisa tão fácil de responder, informou o dr. Euclides Cunha sobre a residência de Dilermando.

O escriptor dirigiu-se então para casa fatal, entrando no jardim da mesma. Estava Dinorah á janela da casa, e vendo-o entrar avisou seu irmão e d. Anna da sua chegada.

Segundo affirma no inquérito policial a creada Anna de Almeida, creada da casa, d. Anna e seus filhos Luis e Sólón, se esconderam nesse momento na câmara escura de photographia, que os rapazers tinha nos fundos da casa.

O dr. Euclides Cunhas bateu então à porta, vindo à abril-a Dinorah, a quem o recém-chegado, perguntou:

- Estah ahi minha mulher?
- Não
- E meu filho?
- Também não.
- Deixe-me entrar , quero falar a Dilermando.

E Euclides Cunha entrou na sala, penetrou o corredor e abriu a porta do quarto perguntarem que estava Dilermando.

Logo ao vê-lo, Dilermando ao que consta dos autos, tomou seu revolver e, entrincheirando atrás de uma porta , atirou sobre Euclides perdendo o tiro. Dinorah, vendo que Euclides pegou seu revolver para se defender, procurou desarmal-o, o que não conseguiu. O escriptor voltou para elle, perdendo, ainda dessa vez o tiro. Euclides voltou novamente ao quarto de Dilermando ferindo-o e sendo por elle ferido.

Aturdido, Dinorah fechou-se em seu quarto durante todo esse tempo.

Mal ferido, Euclides ia retirar-se, estando já no jardim quando Dilermando, armado ainda de seu revólver, chegou a porta de casa e disse:

- Rua, seu cachorro!

Assim insultado Euclides ia a responder o desaforo, quando Dilermando o alvejou em pleno peito, disparando a arma.

Euclides caiu pesadamente, ficando ali a estertorar [...] (jornal - Correio da Manhã, 20 de agosto de 1909).

Anexo VI

Historiador Paulo Dantas narra os passos de Euclides até a casa de Dilermando de Assis.

Desceu a plataforma, sob sortilégios da palavra. “Piedade, Deus haveria de ter dele, que, nessas alturas, já não sabia mais o que estava fazendo”. Completamente alucinado, encaminhou-se para estrada Real de Santa Cruz .

Humilde, perguntava, de venda em venda, onde moravam os dois cadetes, um do exército e outro da Marinha. Na terceira venda, o dono indicou:

- É logo ali naquele chalé...

Diante do portão, em frente ao jardim, seu coração estremeceu mais uma vez. Tocou a campainha, batendo palmas logo em seguida.

Dinorah, o irmão mais moço de Dilermando, chegou à janela. Emocionado, viu que o grande escritor, promovido recente, num concurso, a professor de lógica no ginásio Pedro II, queria entrar, de qualquer jeito. Nem notou como ele estava visivelmente nervoso e tremia.

Desceu e veio abrir o portão.

_ Entre, doutor... (In: Andrade, 1987:87).

Anexo VII

“A morte de Euclides da Cunha causou espanto. A notícia Chega a casa de Coelho Netto confusa, quase como uma charada telegraphica: Euclides gravemente ferido, traqa Afrânio” .Aturdido, Coelho Netto imagina a hypottese de desastre [...] Na estação da Piedade saltam, informam-se. A surpresa de ambos é enorme. As primeiras pessoas sabem, que depois do grande tiroteio, na casa que indicam, a policia chegara encontrando o homem morto e dous outros feridos. Coelho Netto cada vez compreende menos, a despeito dos mãos presentimentos. Martins Fontes recolhem outros informantes nervosos, ali mesmo. A distância que vencem é pequena. Há grupos à porta da casa 214, discutindo. Sem nenhum inquérito compreendem. A custo ambos penetram. Ali estava o espetáculo espantoso. Numa cama o cadáver de Euclides da Cunha transpassado de balas” (Eloy, 1938:283).

Anexo VIII

Julgamento de Dilermando de Assis

**Fonte: Grandes Advogados, Grandes Julgamentos - Pedro Paulo Filho -
Depto. Editorial OAB-SP**

1. Domingo, 15 de agosto de 1909. Na casa de número 214 na Estrada Real de Santa Cruz, na Piedade, no Rio de Janeiro, entra um homem agitado e nervoso. Era Euclides da Cunha, o autor de “Os Sertões”.

Bate palmas, é recebido pelo jovem Dinorah de Assis, a quem manifesta o propósito de avistar o dono da casa, Dilermando de Assis, aspirante do Exército.

Vai logo entrando na sala de visitas. Aí, saca de um revólver e diz: “vim para matar ou morrer!”. Entra no interior da casa e atira duas vezes em Dilermando que, atingido, cai.

Dinorah, vendo o irmão ferido, tenta arrebatá-lo a arma de Euclides. Ouvem-se mais dois disparos. Outro tiro e Dinorah é atingido na coluna vertebral, junto à nuca, que ficaria, posteriormente, inutilizado para o resto da vida.

Dilermando, embora ferido, consegue apanhar o revólver, atira duas vezes sem atingir Euclides. Euclides aperta o gatilho de novo e recebe um tiro de Dilermando que lhe fere o pulso. Duelo de vida e morte. Tiros de ambos os lados e um projétil atinge o pulmão direito de Euclides, que cai morto ao solo.

Assim foi o que se denominou “A Tragédia da Piedade”.

2. No dia 4 de maio de 1911, inicia-se o julgamento, perante o Tribunal do Júri do Rio de Janeiro, de Dilermando de Assis. Seu advogado de defesa foi o grande criminalista Evaristo de Moraes. A acusação ficou a cargo do promotor público Pio Duarte.

Depois de fazer a apologia de Euclides da Cunha, o promotor declarou, categoricamente, que o mesmo partiu para a casa onde se achava Dilermando, com a esposa do escritor, Ana, com a evidente intenção de matar ou morrer. O advogado Evaristo de Moraes, em aparte, agradeceu aquela confissão do Ministério Público.

Narrou em seguida, o acusador público o diálogo de Euclides com o filho Solon, dizendo ao rapaz que sua mãe era adúltera. Relembrou que ele já havia encontrado a própria mãe em Piedade com o réu, condenando seu comportamento e tentando convencê-la a voltar para a casa da família, onde seria aceita novamente

pelo marido, como acontecera anteriormente, mesmo depois de outros episódios de infidelidade.

Declarou o promotor que era direito de Euclides invadir a casa para reaver o filho, que mesmo nascido da união da esposa adúltera com o réu não tivera, porém, sua filiação contestada pelo escritor.

Ressaltou também o depoimento da mulher do escritor, Ana, que, embora elogiasse o marido, chamando-o de homem bom e amoroso, não podia corresponder a essa atenção, pois amava Dilermando, o réu.

Refere-se à confissão de Ana, segundo a qual tivera dois filhos com Dilermando, mas argumenta, longamente, com o fato de ter Euclides o direito de reclamar sua mulher e filhos, responsabilizando Dilermando pelo resultado letal.

Falou que Euclides conhecia os fatos que lhe enodoavam a honra, concluindo que, assim agindo, guardando o segredo de sua desdita, demonstrara que não era um desequilibrado nem um desvairado mas um verdadeiro forte. guardou o segredo de sua mágoa. Demonstrou, assim que não era um desequilibrado nem um desvairado, mas um homem forte. Por último, em nome dos brios do Exército, pediu a condenação de Dilermando de Assis.

3. Pela defesa falou o advogado Delamare Garcia e, em seguida, Evaristo de Moraes. O grande tribuno carioca iniciou a defesa formulando um repto ao promotor público, alegando que, na época, se propalava que o réu Dilermando fora um protegido de sua vítima.

Se a acusação pública conseguisse descobrir nos autos uma frase ou palavra que provasse tal proteção, abandonaria, de imediato, a tribuna de defesa. Se tal ocorresse, não teria aceito o encargo da defesa.

Falou do passado do réu, dizendo que na sua infância fora educado por um tio, conhecido por Quincas Rato. Demonstrou por meio de provas documentais que Dilermando jamais fora socorrido por Euclides da Cunha. Este conhecera Euclides muito tempo depois de ser amante de sua mulher.

Relembrou Santo Agostinho e Jean-Jacques Rousseau, aos quais chamou de sinceros por terem confessado os seus pecados carnis. Quem não teve desses pecados aos 17 anos? Em seguida, sustentou a doutrina que admite o adultério, desde que o seu responsável tenha pouca idade, classificando de convenções sociais as manifestações hipócritas dos que não têm coragem de confessar suas fraquezas.

Demorou-se em divagações acerca da diferença da responsabilidade do adolescente e do adulto, citando vários autores, procurando demonstrar que não se pode falar em sinceridade dos atos de um adolescente, porque, o mesmo nunca é imoral nem moral, mas simplesmente amoral.

Divagou sobre a ação da imprensa que rebaixou o réu a categoria de homicida comum. Negou o direito, defendido pelo promotor, de Euclides da Cunha entrar na casa de Dilermando. Falou, por fim, do exercício de legítima defesa por parte do réu, não só em relação à sua própria pessoa, como em defesa da adúltera.

Justificou a impossibilidade de Dilermando fugir, alegando o ridículo do aspirante a oficial fugir em trajes menores, pés nus, dando as costas ao agressor de sua própria casa. A própria lei – argumentou Evaristo de Moraes – sustenta que não se pode fugir, sempre que essa fuga seja vergonhosa e perigosa.

Fez menção ao tiro de misericórdia que Dilermando teria dado, da soleira da porta, quando Euclides já se achava abatido, alegando que não se pode dimensionar a repulsa de um homem atacado com a exatidão absoluta da medida do ataque, lendo vários autores e doutrinadores.

Analisou a alegada condescendência de Euclides da Cunha com o adultério, alegada pelo promotor, aludindo que o grupo social repelia essa condescendência, que seria um verdadeiro menage à trois, só sustentável quando a família estivesse destruída pelo amor livre.

Argumentou que a condenação, ainda que mínima, seria um absurdo, dentro das circunstâncias. Ou tudo ou nada! Se o Júri reconhecesse a culpabilidade do réu, como assassino perverso, ingrato, miserável, que traiu seu protetor que o condenasse; caso contrário, estava na obrigação moral de absolvê-lo. Evaristo de Moraes conclamou os jurados a exercer a sua nobre função, sem medo da opinião alheia e apreciações de censura ou de aplauso.

O Conselho de Sentença reconheceu a legítima defesa adotada pelos defensores e absolveu Dilermando de Assis, em 5 de maio de 1911. Foi posto em liberdade.

No dia 4 de julho de 1916, Dilermando de Assis, já quite com a Justiça, absolvido por duas vezes no processo de homicídio contra o escritor Euclides da Cunha, chegou ao Cartório do 2º Ofício da 1ª Vara de Órfãos da então capital da República, por volta das 13 horas.

Dirigiu-se ao escrevente Meilhac, inquirindo-o sobre a decisão que fora proferida por parte do juiz, a propósito da tutela de Manoel Afonso Cunha. Em seguida pediu ao escrevente autorização para tomar conhecimento das declarações feitas naquele processo por Nestor da Cunha e, como a resposta fora afirmativa, começou a ler os autos, apoiado no corrimão da grade que divide em duas partes a sala.

Não havia lido ainda as 15 linhas quando ouviu uma detonação atrás de si, sentindo-se ferido – suas pernas fraquejaram e a vista se lhe turvou. Dilermando de Assis voltou-se para a direita e viu recuando um vulto trajado de escuro com o brilho de metais, deixando parecer que se tratava de um aspirante da Marinha.

Apesar de não ter visto o seu rosto, presumiu logo que se tratava de Euclides da Cunha Filho, filho do famoso escritor, o único aspirante da Marinha que podia tentar contra sua vida.

Lembrando-se de que se tratava de um filho da mulher com quem há pouco se casara, e portanto um irmão de seus próprios filhos, procurou retirar-se, dirigindo-se a passos rápidos para a porta da rua, sem no entanto correr.

Percebeu, porém, que seu agressor continuava a disparar a arma e a feri-lo, sem que ninguém o socorresse, mas, ao contrário, fugiam do local apavorados. Sentindo que sua vida corria sério risco, procurou tirar do bolso de sua calça o revólver Smith and Wesson, calibre 32. Com muito custo, disparou contra seu agressor que ainda estava de revólver em punho. Morria o aspirante Euclides da Cunha Filho que tentara vingar a morte do pai.

O Jornal do Comércio de 28 de setembro daquele ano reproduziu a brilhante defesa de Evaristo de Moraes, que, entre outras alegações, se manifestou: "ora, por mais rigoroso que se pretende ser, julgando o tenente Dilermando de Assis, não se pode desconhecer:

1º) que ele tinha sérios motivos para sentir a sua vida em perigo, quando, já gravíssimamente ferido, buscava a porta e era ainda alvejado pelo agressor, que ninguém continha;

2º) que não se lhe apresentara, ao espírito, naquela ocasião, outro meio de escapar à morte, diverso do que empregou;

3º) que ele não estava apenas emocionado, mas, sim, completamente perturbado, em razão das graves lesões recebidas, das quais quatro, porém, eram mortais.

Não cremos haja aí quem pense na possibilidade de fuga para escapar à agressão. Em primeiro lugar, cumpre ter em vista que o primeiro tiro fora disparado com surpresa e os três seguintes enquanto Dilermando não se tinha armado e estava à mercê do agressor. A fuga não mais evitaria, pois, a efetuação do dano à integridade física do agredido. Mas a lei e a doutrina, em verdade, não aconselhavam a fuga em homem nas condições do acusado”.

Depois de relacionar a opinião de vários doutrinadores nacionais e estrangeiros de que a possibilidade de uma fuga vergonhosa ou perigosa não exclui a legalidade da defesa, mas a defesa deixa de ser legal, se é possível escapar à agressão sem ignomínia ou sem perigo, Evaristo de Moraes acentuou: "no caso do tenente Dilermando de Assis, todas essas ponderações jurídicas são acrescidas de uma importantíssima ponderação médico-psicológica: ele não era no momento de principiar a reagir uma pessoa apenas agredida, um oficial militar apenas atacado por um seu inferior; era, já, um homem mortalmente ferido, em cujo organismo se operavam fenômenos depressivos e perturbadores de inegável gravidade e de alta significação refletindo na sua inteligência e na sua vontade. O acusado tinha lesados os dois pulmões, o diafragma e o fígado; o seu aparelho respiratório, de cuja função depende essencialmente a vida, estava prejudicado; não o estavam menos os órgãos circulatórios, também primordiais na manutenção da harmonia vital. (...)

A condenação do acusado, pela recusa da justificativa da legítima defesa, equivaleria, além de tudo, a um triste conselho de covardia e de vilipêndio pessoal, transmitido aos oficiais do brioso Exército Brasileiro.

A Auditoria de Guerra da Capital Federal, em 27 de setembro de 1916, absolveu o acusado com base na justificativa da legítima defesa, prevista no artigo 26, parágrafo 2º, do Código Penal Militar.

Tendo havido apelação ao Supremo Tribunal Militar, este, em 8 de novembro do mesmo ano, decidiu: "um organismo ferido de morte, em quase desfalecimento, reage irregularmente sobre o que o rodeia e assim sem condições de medir a reação... com os fundamentos aludidos, negando provimento à apelação e confirmando a decisão proferida pelo Conselho de Guerra, mandam que o réu seja posto em liberdade".

As defesas produzidas em favor do tenente Dilermando de Assis nos processos de homicídio de Euclides da Cunha e Euclides da Cunha Filho, perante a Justiça Comum e a Militar, constituem um dos pontos mais altos da grande carreira de advogado criminalista de Evaristo de Moraes.

Anexo X

“A Oréstia de Ésquilo, apresentada em 458 a.C [uma trilogia] composta por três tragédias: Agamemnon, As Coéforas e As *Eumênides* [...] Nela vemos o desenrolar de uma série de crimes de sangue que atinge a casa real de Argos. Em Agamemnon, após a queda de Tróia, o comandante aqueu é recebido como herói por sua esposa, Clitemnestra, que a seguir o assassina junto com a escrava troiana Cassandra. O crime teria como motivo mais imediato o sacrifício, anos antes, de Ifigênia, filha do casal, para que a esquadra grega obtivesse ventos favoráveis que a levassem a Tróia. Nas Coéforas, Orestes, diante do túmulo do pai assassinado pela própria esposa, encontra a irmã, Electra, e ambos, invocando o espírito do morto, decidem a morte da mãe. Orestes viera do exílio, depois de receber do Oráculo de Delfos a missão de vingar o pai, caso contrário, pagaria com a própria vida a omissão, depois de terríveis sofrimentos. Após matar Clitemnestra e seu amante, Egisto, Orestes se dirige ao santuário de Apolo em Delfos, para aplacar a maldição que nasce do sangue derramado da mãe. No final da peça surgem, em sua perseguição, as Erínias (“Fúrias”), antigas divindades de formas monstruosas, cuja função era vingar crimes entre consangüíneos”. A terceira peça, As *Eumênides*, inicia-se com Orestes no Templo de Apolo, em Delfos, mas já alcançado pelas Erínias, que exigem a entrega do matricida. O deus o manda então a Atenas, onde a deusa Palas Atena julgará o direito das duas partes. Para isso, Atena institui em cena o Areópago, o principal tribunal da cidade, que julgava crimes sangrentos. Durante o julgamento, Apolo se apresenta como testemunha e se diz o maior responsável pelo crime contra Clitemnestra. Sua ação é na verdade a manifestação da vontade de seu pai, Zeus, que desejava vingar, assim, a morte ingloria de um herói detentor do cetro real. Como voto, a favor, de Atena, Orestes é absolvido. Em vista desse resultado, as Erínias ameaçam o solo ateniense com a esterilidade, mas Atena lhes diz que serão bem-vindas e cultuadas na cidade se aceitarem a decisão que, em última instância, procede do próprio Zeus. A trilogia termina com a transformação das Erínias em entidades protetoras de Atenas, as *Eumênides*, isto é, as “Benfazejas” (Piqué, 1995: 26-27).